

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

FERNANDO ALBERTO FACCO

**ESPAÇO E SENTIDOS NA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL E EM MINAS
GERAIS: UMA ANÁLISE DAS ENTRELINHAS**

**POUSO ALEGRE, MG
2020**

FACCO, FERNANDO ALBERTO	ESPAÇO E SENTIDOS NA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DAS ENTRELINHAS		DOUTORADO PPGCL 2020
-------------------------------	---	--	----------------------------

FERNANDO ALBERTO FACCO

**ESPAÇO E SENTIDOS NA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL E EM MINAS
GERAIS: UMA ANÁLISE DAS ENTRELINHAS**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem para obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e sociedade.

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Paula Chiaretti.

POUSO ALEGRE, MG

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Facco, Fernando Alberto.

Espaço e sentidos na produção de café no Brasil e em Minas Gerais: uma análise das entrelinhas / Fernando Alberto Facco. – Pouso Alegre: Univás, 2020.

137f.

Tese (Doutorado – Ciências da Linguagem), Universidade do Vale do Sapucaí, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Chiaretti

1. Espaço. 2. Análise do discurso. 3. Produção de café. 4. Sentidos.
I. Título.

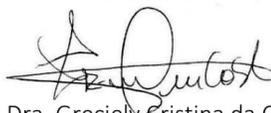
CDD – 401.41

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada “ESPAÇO E SENTIDOS NA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE NAS ENTRELINHAS” foi defendida, em 25 de novembro de 2020, por **FERNANDO ALBERTO FACCO**, aluno regularmente matriculado no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº 61000072, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Graziely Cristina da Costa
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Examinadora



Prof. Dr. Marcelo Bregagnoli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS
Examinadora



Prof. Dr. Atílio Catosso Salles
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador



Profa. Dra. Joelma Pereira de Faria Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, *in memoriam*, que estariam com seus olhares radiantes de alegria, como sempre fizeram nestes casos.

Aos meus filhos Fernanda, Gerusa, Lauro, à minha esposa Lucília e meus netos Otávio, Helano e Helena.

AGRADECIMENTOS

A todos que, desde minha infância, colocaram-se em meu caminho mostrando e auxiliando na busca do saber: meus Professores.

FLORADA DO CAFÉ

(De Saulo Ramos)

[...]

Nessa terra de histórias e de lendas,
enquanto o cafezal dorme nas estatísticas,
nas divisas, nos bancos e nos cais,
nas mãos daqueles que nem viram cafezais,
repete-se a miséria das fazendas:
o caboclo sem nada,
uma casa de chão, um filho doente,
a pedra de amolar a enxada
e ele doente também.
O fazendeiro calculando a nova abotoação
com a eterna esperança no ano que vem.

Mas a lavoura continua branca,
Com perfumes e flores à espera do fruto,
a cabeça da Yara vestida de noiva
e esse instante da história vestido de luto.
Pouco importam, porém,
essas coisas que a vida tem,
importante é o cafezal florido
e diante de tanto colorido
a esperança é verde também.

FACCO, F. A. Espaço e sentidos na produção de café no Brasil e em Minas Gerais: uma análise das entrelinhas. 2020. 137f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre - MG.

RESUMO

Por meio do referencial teórico e analítico da Análise de Discurso, a presente pesquisa compreende de que modo o percurso do café (relacionado à história, às políticas públicas de desenvolvimento e às políticas de produção e consumo), desde a chegada ao Brasil ao atual *status* da produção a nível mundial, com políticas agrícolas em *terroir* próprio, critérios de bebida “de qualidade”, produz efeitos de sentidos relacionados ao espaço de produção simbolizados no discurso e nas diferentes regiões do Brasil. Vale apontar que trabalhamos aqui numa distinção entre o espaço físico-geográfico (de onde ora partimos) e espaço simbólico (com o qual trabalhamos). A esse movimento de produção de sentidos, relacionado aos modos de sedimentação e deslocamentos da produção cafeeira, demos o nome de espacialização. O objetivo de compreender esse processo de espacialização nos levou a constituição de um *corpus* heterogêneo, composto por mapas cartográficos ou textualizados, descrição de regiões de cultivo, história do desenvolvimento dos processos produtivos, normatização, definições do *terroir*, caracterizando café e produtores. Por meio da pesquisa, pode ser compreendido que o processo (simbólico) de espacialização implica o tensionamento de sentidos estabilizados como “terroir”, “terra”, “região” dentre outros, apontando para o trabalho simbólico, histórico e político na produção de sentidos dos e sobre os espaços. Buscamos compreender esse processo de distribuição da produção de café como um processo por meio do qual os espaços (físicos e geográficos) passam a ser significados por meio da própria produção de café, dando novos contornos aos mapas, regiões, promovendo fluxos econômicos e populacionais, enfim, afetando as formas de vida e, conseqüentemente, as formas de compreender e significar os espaços. A pesquisa conclui que esses processos de espacialização estão relacionados a um processo de mútua constituição entre produção de café e espaço geográfico – um significando o outro, numa relação tensa de sedimentações e deslocamentos de sentido. Processo esse que implica ainda em denominações que, por sua vez, produzem o que abordaremos como efeito de sentido de referente (de espaço), numa mútua significação.

Palavras-chave: Historização do café; Espacialização; Denominação; *Terroir* mineiros.

FACCO, F. A. Space and senses in coffee production in Brazil and Minas Gerais: an analysis of between the lines. 2020. 137f. Thesis (Doctoral). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre - MG.

ABSTRACT

Through the theoretical and analytical framework of Discourse Analysis, this research seeks to understand how the path of coffee (related to history, public development policies and production and consumption policies), from the arrival in Brazil to the current worldwide production status, with agricultural policies in its own terroir, “quality” drink criteria, produces effects of meanings related to the production space symbolized in the discourse and in the different regions of Brazil. It is worth pointing out that we work here in a distinction between the physical-geographic space (from where we now start) and symbolic space (with which we work). This movement of production of meanings, related to the modes of sedimentation and displacement of coffee production, has been called spatialization. The objective of understanding this spatialization process led us to the constitution of a heterogeneous corpus, composed of cartographic or textual maps, description of growing regions, history of the development of productive processes, standardization, definitions of terroir, characterizing coffee and producers. Through research, it can be understood that the (symbolic) process of spatialization implies the tensioning of stabilized meanings such as “terroir”, “land”, “region” among others, pointing to symbolic, historical and political work in the production of meanings and about spaces. We seek to understand this process of distribution of coffee production as a process through which spaces (physical and geographical) come to be signified through the production of coffee itself, giving new contours to maps, regions, promoting economic and population flows, in short, affecting the forms of life and, consequently, the ways of understanding and signifying spaces. The research concludes that these spatialization processes are related to a process of mutual constitution between coffee production and geographical space – one signifying the other, in a tense relationship of sedimentation and displacement of meaning. This process also implies denominations that, in turn, produce what we will approach as an effect of the sense of referent (of space), in a mutual meaning.

Keywords: Coffee historization; Spatialization; Denomination; *Terroir mineiros*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1	21
Histórico do café no Brasil e em Minas Gerais: uma análise das entrelinhas ...	21
1.1 O avanço do café no Brasil.....	26
1.2 Café, Brasil e Política.....	32
1.2.1. Aspirações de uma “Belle Époque Caipira”	34
1.3 A evolução das máquinas e do trabalho nos cafezais.....	37
1.4 Modos de produção de café: procedimentos e mão de obra	41
1.5 O café no Brasil República.....	51
1.6 Processos e técnicas nos primórdios da produção cafeeira no Brasil	56
CAPÍTULO 2	58
Processos de espacialização da produção do café	58
2.1. As transformações no espaço urbano	59
2.2. Normatizações	62
2.3. O <i>terroir</i> : processo de mútua significação café-espaço.....	66
2.4. As regiões produtoras do café no Brasil	68
2.4.1. O mapa como significação do espaço	68
2.4.2. Outras formas de significar o espaço	74
2.5. <i>Terroir</i> e as qualidades do café mineiro.....	77
2.6. Políticas públicas adotadas para o café do estado de Minas Gerais	88
2.7. Como a legislação recorta e significa o espaço geográfico	93
2.8. A significação do lugar, espaço e território na produção do café.....	105
2.9. Processos de nomeação do café a partir do espaço.....	111
2.10. Análise do mapa das regiões mineiras produtoras de café.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa aborda os modos de significar o espaço, dando a ver os processos políticos, históricos e econômicos que implicam as significações desses espaços, por meio da retomada do processo histórico de implementação da produção do café no Brasil e seus desdobramentos, com atenção especial ao estado de Minas Gerais. Essa pesquisa permite pensar o espaço rural pelo espaço urbano (ORLANDI, 2010) e os processos de significação desse espaço. Os sentidos que ali circulam, atravessam, recortam, discretizam e significam um espaço geográfico afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade.

Assim, partimos de uma questão geral: de que forma o espaço é significado por meio do seu uso, administração e controle, significando, por sua vez, os processos simbólicos e sociais que ali se desenrolam? Por meio dessa questão inicial, a pesquisa busca compreender de que forma a produção do café (em especial no Sul de Minas) significa o espaço ocupado por esta atividade, reconfigurando e nomeando-o, num processo de significação e produção de sentidos contemporaneamente constituídos – espaço que significa café e café que significa espaço.

A abordagem se inicia no primeiro capítulo, que trata da evolução e do desenvolvimento histórico do café no Brasil e em Minas Gerais, numa análise das entrelinhas que delimitaram os espaços que, gradativamente, foram sendo ampliados com a produção cafeeira que se distribui pelos territórios nacionais de forma desigual, permitindo que certas regiões se signifiquem e sejam significadas como cafeeiras ou de “café de qualidade”.

A análise trata dos principais aspectos a respeito da evolução histórica e dos deslocamentos geográficos referentes à produção de café no Brasil, até os atuais espaços ocupados que, de certa forma, vieram denominar e identificar as regiões brasileiras e, com especial interesse, as principais regiões produtoras de café em Minas Gerais.

Para que se compreenda a influência que a semente de café exerce em nível mundial e a sua importância no cotidiano de todas as pessoas, é fundamental entender o surgimento da bebida no mundo e suas mais profundas raízes (LANNA, 1990).

Relatos apontam que o café chegou do Maranhão passando pela Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, no período de 1707 a 1727, adentrando pela Zona da Mata mineira, vindo da Baixada Fluminense, e que, de maneira mais sólida, a produção do café no Brasil se firmou com os proprietários das grandes fazendas que exploravam a mão de obra escrava, viabilizando, assim, altos lucros e uma grande fortuna, e que foram necessários ajustes a partir da proibição da escravidão (mão de obra livre), promotora dos avanços tecnológicos e financeiro do setor.

Além da popularização do café que ocorreu fortemente após 1852, no Brasil, outras inovações condicionaram as formas de vida no país, tais como a eletricidade, o automóvel, o telefone, os tecidos finos, o *Petit pavê*, os bulevares, o calçamento das ruas, os palacetes, o aeroplano, o poudre de riz, o teatro e o cinema, entre outras novidades, conforme aponta Doin *et al.* (2007). É possível observar, por exemplo, o relato de como as palmeiras faziam parte desse discurso progressista que vinculava a ideia de nobreza e poder. Do relacionamento entre a burguesia, surgida em função da cultura cafeeira e o núcleo inicial da cidade, várias ações transformadoras vão tomar corpo, notadamente no último quarto do século, revelando a tensão entre o caráter colonial do sítio e o caráter quase cosmopolita dos cidadãos de então.

Fazendo um elo entre a produção cafeeira, o Brasil e a política nacional, foi possível observar que a aplicação das riquezas geradas em decorrência do cultivo do café no Vale do Paraíba foi responsável pelas mais profundas transformações econômicas, sociais e ambientais nessa região, durante o período que compreendeu os anos de 1830 a 1890, promovendo o Brasil e interferindo no quadro político da época.

Entretanto, enquanto na maioria das vezes a estrutura inicial desses espaços é aquela evidenciada pela tradição colonial paulista, em um momento posterior, essencialmente depois da metade do século XIX, os mencionados espaços passam a ser a base para a restaurada concepção de cidade nos moldes da corte e, conseqüentemente, com vasta influência europeia.

A “Belle Époque Caipira” (DOIN ET AL, 2007), A “Belle Époque Caipira” (Doin et all, 2007) uma inspiração do período que compreendeu os anos de 1850 a 1852, em que os vilarejos que compunham a porção mais interiorana de São Paulo

perceberam uma considerável e significativa onda de transformações, logo que uma certa bebida de aroma marcante assumiu o protagonismo econômico daquela região. Fato que, no ano de 1867, quando da conclusão da estrada de ferro “The São Paulo Railway Company Limited”, foi observado pelo escoamento efetivo da produção cafeeira para as localidades que permitiam sua movimentação econômica, e, de forma oposta, pela vinda de imigrantes para as fazendas e centros urbanos, promovendo ou desenvolvendo todas essas edificações urbanas que eram fortemente afetadas pelo ecletismo – marca determinante da expressão arquitetônica burguesa que ficou popular no século XIX, visto que prezava, fundamentalmente, pelo conforto e modismo das fachadas, fato observado por alguns autores.

Em tempos passados, muito embora houvesse grande mobilização de mão de obra escrava, observou-se a sua substituição por máquinas, capazes de atender ao volume crescente da produção, para a obtenção de um produto capaz de concorrer com os demais. Na evolução econômica brasileira, o café, em razão de seu volume e valorização, apresentou-se como uma das principais sustentações econômicas do Brasil, a ponto de ser possível afirmar que a economia nacional, analisada profundamente, sob vários aspectos, deve muito a esse produto agrícola. O café foi considerado uma das principais fontes canalizadoras de dinheiro para os cofres nacionais, obrigando, assim, a evolução das máquinas utilizadas tanto nos cafezais como no beneficiamento dos grãos – considerando que grande parte do sucesso e da qualidade do grão depende das técnicas de beneficiamentos que são utilizadas no processo. Por isto foi observada a evolução das máquinas e a mudança do trabalho nos cafezais até então.

A análise historiográfica da escravidão no cenário brasileiro é essencial para se compreender a evolução do trabalho livre na produção do café e suas consequências nos processos de significação. Tanto assim o é que, no final do século XIX, as ideias opostas à escravidão e pela liberdade no trabalho passaram a ser cada vez mais latentes e evidenciadas. É nesse período que se pode perceber a transição entre o trabalho escravo exercido pelo negro e a formação do mercado de trabalho formado pelos próprios ex -escravos junto a imigrantes e brasileiros como descreveu Lanna (1990).

Os estudos voltados para a análise desse período de transição, ainda que com a sua imensa diversidade, direcionam a um único objetivo: determinar uma teoria que exponha o trabalho escravocrata e sua passagem ao “trabalho livre”, considerando todas as nuances que envolvem essa passagem, conforme demonstrou Gadelha (1989). Apesar disso, as noções diversas e distintas a respeito da liberdade no trabalho encontraram forte embate na transição do século XIX para o século XX, visto que a ideia de ser livre estava associada à vida longe da influência e tutela do senhorio, com o amplo exercício do direito de ir e vir, e à reconstituição dos laços familiares (NETTO, 1973).

Antes mesmo de adentrar no cerne específico desse movimento de transição, é preciso compreender que, conforme aponta Lanna (1990), a questão abolicionista teve como foco, ao menos em relação às fazendas cafeeiras paulistas, a substituição de mão de obra e não, essencialmente, a liberdade do trabalhador; e, diante do sucesso do grão e da enorme procura, as fazendas se reorganizaram para o plantio do café, construindo terreiros para secagem dos frutos, tulhas para o armazenamento dos grãos secos, casa de máquinas, além das plantações e da residência da família do fazendeiro.

Os imigrantes, essencialmente europeus, deixaram o seu continente de origem em decorrência de problemas econômicos, principalmente, porque os pequenos agricultores não conseguiam concorrer com a produtividade das grandes fazendas e, nas cidades, o emprego estava cada vez mais escasso, com as indústrias que estavam lentamente se instalando. Em São Paulo, mesmo, verificou-se um processo de imigração em massa, principalmente de italianos, o que condicionou as formas de produção; no entanto, não a ponto de refletir a clássica imagem elaborada pela bibliografia de uma substituição de negros escravos por brancos imigrantes que teriam “abarroto” o mercado de trabalho a partir das duas últimas décadas do século XIX conforme os apontamentos de Lanna (1990).

É importante ressaltar que, desde 1815, o Brasil não possuía um estatuto colonial ou qualquer codificação nesse sentido. Dessa forma, se após o ano de 1815 a influência econômica da Grã-Bretanha era destaque, tal influência seria

verdadeiramente compensada pela atividade cultural trazida e executada pelos franceses.

Assim, a missão francesa representou o marco do estilo dos grandes acontecimentos relacionados à dinastia no Rio, como a vinda da arquiduquesa Leopoldina, da casa dos Habsburgo e a coroação de Pedro I como Imperador do Brasil completamente independente.

Dessa forma, a bandeira representava a tradição dinástica e não “*significava*”, naquele momento histórico, o verde das florestas amazônicas ou mesmo o ouro do subsolo brasileiro. A Cruz nela inserida estava envolta por um anel azul formado por 20 estrelas de prata e, ao redor da Cruz, dois Ramos, um representando o tabaco e outro, o café. Apesar da constituição da bandeira, o período do Império foi relativamente limitado quando se falou de símbolos, uma vez que o imperador era o “símbolo representativo” mais importante. Pois esta unidade era ameaçada pelas grandes desigualdades sociais visíveis à época, assim como pela manutenção do sistema escravagista, cabendo ressaltar que o reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra ficou condicionado ao embargo do tráfico de escravos.

A nação jurídica originada a partir da Constituição de 1824 só se fazia representar por uma mínima parcela de seus cidadãos, à qual se reconhecia o direito de eleger e de ser eleito, considerando, para tanto, a sua posição social e situação financeira. Porém no ano de 1831, considerando a oposição crescente contra seu reinado puramente envolvido nos interesses de Portugal, Dom Pedro I abdicou, retomando, portanto, o trono de Portugal.

As grandes fazendas, no início, eram verdadeiras unidades econômicas autossuficientes, pois o café era cultivado e beneficiado com as técnicas rudimentares utilizadas naquela época. Nos primeiros anos de sua popularização em solo brasileiro, ou seja, a partir de 1852 até meados de 1860, aproximadamente, o beneficiamento do café era extremamente precário, feito pelos mais primitivos processos.

Com o passar dos anos foram sendo adquiridos aprimoramentos técnicos que utilizaram da própria natureza para a evolução, com diversas melhorias na produção como no beneficiamento cafeeiro. Isto foi observado porque, em qualquer ponto onde houvesse uma queda de água, montavam-se monjolos hidráulicos protegidos por

telheiros, possibilitando-os contra a condição climática. Estes equipamentos seguiam a mesma lógica de funcionamento dos monjolos de rabo, mas, eram movimentados através de rodas sob o fluxo de água. Naquele período, os técnicos entenderam que não seria adequado o plantio em linhas geométricas rígidas, de modo que os cafeeiros deveriam ser dispostos em fileiras, paralelas ou não, obedecendo às curvas de nível do terreno para assim evitar as consequências da erosão. Entenderam também que as reservas de água, se existentes, deveriam possibilitar a irrigação por aspersão, um método que foi amplamente utilizado pelos cafeicultores na época dos grandes cafezais do sudeste do Brasil, fato que contribuiu com o desenvolvimento de pequenas vilas localizadas nas regiões interioranas do estado de São Paulo.

O segundo capítulo identifica e reconhece os espaços ocupados pelos sujeitos produtores que procuram certificar e qualificar seus cafés com os Selos de “*Denominação de Origem*” – DO e “*Indicação de Procedência*” – IP, tornando seu café um produto reconhecido internacionalmente, juntamente com o espaço regional em que se instalou, identificado como o lugar em que ocorre uma procedência com garantias de aspectos, cor, sabor, aroma e um buquê de elevado reconhecimento. Procuram, com estes estudos de pesquisa, reconhecer formas de ocupação e/ou a espacialização dos cafezais que têm um modo característico de produzir qualidade.

Buscaremos compreender esse processo de distribuição da produção de café como um processo por meio do qual os espaços (físicos e geográficos) passam a ser significados por meio da própria produção de café, dando novos contornos aos mapas, regiões, promovendo fluxos econômicos e populacionais, enfim, afetando as formas de vida e, conseqüentemente, as formas de compreender e significar os espaços.

Foram descritas as primeiras tentativas de fazer a ligação férrea entre o porto de Santos e o Planalto Piratiningano, para assim eliminar o gargalo que dificultava a exportação do café, com um projeto levado a cabo em decorrência de uma parceria entre investidores britânicos e um grupo local, encabeçado pelo barão de Mauá.

Do relacionamento entre a burguesia, surgida em função da cultura cafeeira, e o núcleo inicial da cidade, várias ações transformadoras vão tomar corpo, notadamente no último quarto do século, revelando a tensão entre o caráter colonial do sítio e o caráter quase cosmopolita dos cidadãos de então, a reclamar "melhorias".

Costumes e hábitos cafeeiros logo se instalaram nos principais centros urbanos da época, impulsionando a corrida financeira rumo ao “progresso” que era, por sua vez, descrito a partir de novas regras, novas leis e novos costumes que chegaram aos dias de hoje, buscando a “qualidade e eficiência” na produção do ouro verde brasileiro.

As leis¹ buscam respeitar a biodiversidade do país e todas as pessoas que estão, direta e indiretamente, envolvidas na produção do café; essas leis preocupam-se em evitar a exploração do trabalho escravo ou infantil nas lavouras e no beneficiamento, ainda que, por vezes, seja por impunidade ou por interesses econômicos, ainda sejam encontrados casos dessa natureza.

Essa proposta de cuidar do trabalho exercido pelo menor e da exploração do trabalho escravo nas atividades agropecuária foi formulada de maneira preponderante na Constituição Federal de 1988, demonstrado do artigo Art. 243 e no seu parágrafo único, como segue:

Art. 243: As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014).

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014).

A ISO – *International Organization for Standardizations* – em especial a 9001 – dá importância para o imaginário da Qualidade e Sustentabilidade, como um dispositivo de controle na certificação do café com qualidade, buscando os campos econômico e ambiental, com uma série de prescrições para o produtor em seu meio

¹ Lei n. 4.504 de 30/11/64 – Propõe o Estatuto da Terra; Decreto 55.891 de 31/03/65; O Estatuto da Terra; Constituição Federal de 1988 – Dá nova estrutura jurídica ao Brasil; Lei 8.171 de 17/01/91 - define os objetivos e as competências institucionais para incrementar as Políticas Agrícolas; Decreto 175 de 10/07/91- Objetiva Programas de garantias das Atividades Agropecuárias; Lei Estadual Mineira n.11.405 de 94 procura articular desenvolvimento ambiental, econômico e social nas políticas rurais; e outras mais recentes.

de trabalho, além de significar o consumidor como exigente e como aquele que valoriza a qualidade do que consome.

A aplicabilidade dessas normas por diferentes empresas certificadoras é notável no setor dos cafés mineiros, tanto no transporte quanto no uso individual pelos degustadores, e está inserida na construção dos selos, que textualizam os sentidos de bom, de qualidade e de eficiência.

A qualidade passa a ser não só um fator de disputa ou competição entre os atores, mas também de acordos e de cooperação pela manutenção de seus espaços no mercado, pois no caso das IGs (Indicação Geográfica), o reconhecimento representa o usufruto de uma exclusividade no mercado, outorgado e garantido pelo Estado.

Sabendo do destaque que o Brasil possui diante de sua vasta produção cafeeira, é importante destacar quais são os estados em que o grão melhor se desenvolveria graças ao *terroir* (conceito tratado no item 2.3 e 2.5) característico de sua constituição.

Por influenciar diretamente na qualidade dos grãos e safras, entende-se que o *terroir* seria um dado indispensável no momento da degustação, a partir do qual a qualidade da bebida passa a ser significada de acordo com os seguintes fatores: clima, solo, altitude, sentido do vento, quantidade de luz solar, umidade, colheita e latitude. *Terroir* funcionaria aqui então, discursivamente, como aquilo que condensa diferentes significações relacionadas ao espaço e à sua legitimidade no que diz respeito ao efeito de qualidade do café.

Localizado na região sudeste do país, o estado de Minas Gerais é o maior produtor de café brasileiro e, sendo assim, responde por aproximadamente 50% de toda a produção nacional, de maneira que se apresenta como uma das principais fontes de cafés especiais do país. A maneira com que as regiões estão distribuídas no nosso estado mineiro pode ser observada através dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), pela EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) e pelo IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), em que o *terroir* se destaca em posições próprias, com características

definidas, onde sua localização se sobressai pelas condições climáticas e relevos bem distintos, porém que produzem com qualidade o café mineiro.

A tese é composta fundamentalmente por dois capítulos: o primeiro procura tratar da parte histórica do café no Brasil e em Minas Gérias e; o segundo preocupa-se com o que chamamos aqui de *processo de espacialização* da produção cafeeira, também no Brasil e Minas Gerais.

CAPÍTULO 1

Histórico do café no Brasil e em Minas Gerais: uma análise das entrelinhas

Neste capítulo, serão abordados os principais aspectos a respeito da evolução histórica e deslocamentos geográficos referentes à produção de café no Brasil, até os atuais espaços ocupados que, de certa forma, vieram a denominar e identificar as regiões brasileiras e, com especial interesse, as principais regiões mineiras. A análise desse desenvolvimento histórico serve de parâmetro para que se construam os demais tópicos e reflexões da pesquisa.

Assim, é importante destacar que o alvo teórico principal é a análise do modo de significar e nomear o café, considerando especialmente as regiões produtoras do café mineiro e as políticas públicas adotadas para fomentar a produção cafeeira em Minas Gerais.

O café é, historicamente, uma das sementes que mais favorecem a economia brasileira. Isso, porque, além de ser extremamente rentável, encontrou, no país, um solo capaz de recepcioná-la de maneira próspera. Existem escritos que comprovam que o café é uma bebida consumida há, pelo menos, mil anos em todo o mundo e, ainda, aposta-se que a África do Sul foi um dos países que mais se aprofundou no conhecimento a respeito da semente (LANNA, 1990).

Neste conhecimento buscou-se a sua origem, e o que se encontrou, dentre tantas pesquisas sobre as histórias que explicam o surgimento do café, são as mais diversas discursividades.

Segundo Rodrigues (2015), uma das lendas mais populares é a do pastor Kaldi. Os registros mostram que o referido pastor vivia na antiga África, há mais de mil anos atrás. A história explica que o pastor Kaldi observava suas cabras e, certo dia, notou que, depois que elas mastigavam certo fruto de coloração avermelhada que estava nos arbustos, ficavam alegres, saltitantes e conseguiam caminhar bastante, facilmente, em morros bem íngremes.

Observando isso, o pastor verificou que as frutas eram fonte de alguma substância diferente e, ao levar as frutas para um monge, percebeu que elas

causavam os mesmos efeitos nos humanos, inclusive espantar o sono. A notícia que uma bebida era capaz de espantar o sono espalhou-se rapidamente entre todos os monges da região, conforme escritos de Rodrigues (2015), o que fez aumentar consideravelmente a demanda pela bebida.

A propagação do conhecimento de que esta bebida promovia a energia necessária para a rotina diária e de que auxiliava na prevenção de diversas doenças foi suficiente para que, desde o princípio, ela fosse ingerida, na maioria das vezes, no jejum. Para que se compreenda a influência que a semente exerce a nível mundial e a sua importância no cotidiano de todas as pessoas, é fundamental entender o surgimento da bebida no mundo e suas mais profundas raízes (LANNA, 1990).

Existem muitas espécies da planta do café em todo o mundo. Em solo brasileiro, especificamente, duas espécies são particularmente mais prósperas, *Coffea Arábica* e *Conillon*, nomes técnicos para os chamados cafés Arábica e Café Robusto, respectivamente, conforme Rodrigues (2015).

O café considerado como o de melhor qualidade é o Arábica, que é produzido em regiões com altitude elevada, mais precisamente entre 700 a 2000 metros de altitude, de modo que quanto mais alto for cultivado mais superior se verifica a qualidade de sua bebida. O primeiro cultivo registrado dessa planta foi na Etiópia, uma região da África. Atualmente, os países que mais produzem esta planta estão situados na América do Sul. O cultivo demanda tratamentos específicos, uma vez que é significativamente delicado e demorado para produzir e, caso não passe por um tratamento rigoroso, compromete toda a plantação (RODRIGUES, 2015).

De maneira diferente, a planta *Conillon* apresenta uma característica peculiar que faz a população aceitá-la mais que o Arábica, pois possui gosto achocolatado. A sua produção precisa ser feita em regiões com altitude em torno de 600 metros, além de ser capaz de resistir a diversas condições de intempéries, seja no verão ou inverno (RODRIGUES, 2015).

Apesar dessa popularização, foi somente em meados do século XIV que a bebida passou a ser consumida e produzida de maneira semelhante com a que se verifica na atualidade. Além disso, foi justamente nessa época que começou a ser produzida em larga escala, com a finalidade de comercialização. Por muitos anos e

desde os anos de 1500, o Iêmen (país árabe que ocupa a extremidade sudoeste da Península da Arábia) conseguiu manter o segredo da produção do café do tipo Arábico, tornando-o um dos melhores cafés do mundo. Por causa disso, era o único país capaz de comercializá-lo (LAVAZZA, 2018).

Com o passar do tempo, o café fez tanto sucesso na Ásia que, em 1616, chegou a solo europeu, por meio dos holandeses que perceberam a viabilidade de cultivar as sementes do café em estufas no jardim botânico de Amsterdã. Após um curto espaço de tempo, os holandeses passaram a levar a semente para suas colônias em todo o mundo a fim de ver em quais lugares melhor se adaptava e, diante disso, foi levada para a América do Norte e lá foi muito bem-sucedida (LANNA, 1990).

No Brasil, de acordo com Lanna (1990), os relatos apontam que o café chegou no ano de 1727, quando o governador do Estado de Maranhão, à época, mandou o Sargento Mor Francisco de Mello ir até a Guiana Francesa a fim de buscar a semente da planta que tanto se falava em todo o mundo e que ele, o governador, teria aspirações econômicas em cultivá-la. Assim, a planta entrou no Brasil através da cidade de Belém do Pará. Graças às condições favoráveis do clima, fez com que o cultivo do café se espalhasse rapidamente pelos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Com a realização da histórica Primeira Guerra Mundial (8 de julho de 1914 – 11 de novembro de 1918), o Brasil experimentou outra relevante crise na economia cafeeira. Em razão desse conflito, percebeu-se uma parada nas exportações de café e uma conseqüente baixa nos preços. Esses fatores, aliados à dificuldade de se obter empréstimos provenientes do exterior, levaram os paulistas a solicitarem uma nova valorização do grão e pressionar o então presidente Wenceslau Brás (1914-1918) a fim de que emitisse papel-moeda para atender as necessidades financeiras do Estado de São Paulo (ABIC, 2019b)

De maneira mais sólida, a produção do café no Brasil se firmou com os proprietários das grandes fazendas que exploravam a mão de obra dos escravos, viabilizando, assim, altos lucros e uma grande fortuna. Em um curto espaço de tempo, a produção do café se tornou a mais rentável garantindo, com melhoras, as

exportações. Nesse sentido, o estado de São Paulo foi o maior beneficiado pelas produções cafeeiras, passando a ser o estado mais rico do país (RODRIGUES, 2015).

A produção de café foi tão relevante que foi responsável por um significativo período da política brasileira, denominada como política do Café com Leite (1890-1930), em referência à grande produção de café proveniente do estado de São Paulo e a de leite no Estado de Minas Gerais. Tal política foi simbolicamente importante por ser influenciada pelo poder econômico desses estados, ao fazer com que presidentes do país, alternassem no poder, política que durou até o histórico “Golpe de Estado” de 1930 – também chamado a “Revolução de 1930”, foi um golpe de Estado que depôs o presidente Washington Luís, no dia 24 de outubro de 1930, num movimento articulado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, sob alegação de fraude eleitoral (RODRIGUES, 2015). Assume como presidente Getúlio Vargas e, em sua gestão, ocorre a necessidade de controlar os preços no mercado internacional que sofria a intervenção da queda dos valores monetários na Bolsa em Nova York em 1929 sobretudo por não ter preparado para as oscilações do mercado internacional, que deixou os cafeeiros endividados e com elevado estoque sem saber a quem vender. Vargas, como governo, intervém politicamente na atividade cafeeira atravessando-a e determina a queima de toda produção estocada de café, (quantidade...) no período de 1929 a 1945, com o objetivo regular e valorizar o café brasileiro bem como os produtores de café daquele período que se encontrava debilitado financeiramente (POUBEL, 2006, s.p.).

Na atualidade, o Brasil é o maior produtor de café a nível mundial, de modo que a região sul do estado de Minas Gerais é o local onde estão instalados os maiores centros de cultivo do grão que chegou no início do século, adentrando pela zona da mata mineira.

O café chegou a Minas Gerais, em virtude da redução do ciclo do ouro mineiro, que estava se esvaindo não atendendo às expectativas econômicas desejadas e, com a chegada do café, a economia voltou a crescer. Os tropeiros aproveitaram o caminho construído para o transporte do ouro para transportar o café mineiro para o Estado de

São Paulo (porto de Santos), em lombos de burros e mulas que carregavam individualmente 120 kg do grão despoldado (RODRIGUES, 2015).

Na metade do século XIX, o cultivo do café no Brasil foi amplamente estimulado por meio da abertura dos mercados norte-americanos e europeu. Dessa maneira, os altos preços do produto foram fundamentais para proporcionar o crescimento acelerado das plantações, ocasionando crises periódicas de superprodução e, conseqüentemente, causando dificuldades críticas para o setor. Nessas situações, os cafeicultores pressionavam o governo e solicitavam empréstimos para financiar a compra da produção que sobrava, tudo com o objetivo principal de manter o equilíbrio entre a oferta e a procura do produto comercializado a nível internacional, segundo a ABIC – Associação Brasileira de Indústria de Café (ABIC, 2019a).

Quando da proclamação da República e a posterior promulgação da Constituição de 1891, percebeu-se ampla autonomia às unidades da Federação, de modo que os estados produtores passaram a estabelecer as diretrizes que deveriam ser adotadas para viabilizar a prosperidade da política cafeeira. Cada estado focou tão somente em seus próprios interesses, não sendo o assunto remetido à preocupação do governo federal (LAMOUNIER, 2003).

No final do século XIX, conforme Lamounier (2003), percebeu-se uma forte demanda por intervenção governamental no setor cafeeiro, tendo em vista os problemas causados pelas flutuações cíclicas dos preços e demandas. Diante disso, em 1897, por iniciativa do estado de São Paulo, houve uma reunião na qual foi debatido a organização de propagandas para divulgação do produto. Essa reunião não teve resultados práticos, efetivamente percebidos.

No ano de 1902, o governo paulista apostou em uma medida intervencionista, impedindo a instalação de novas plantações e replantas de café pelo período de cinco anos, prorrogados, posteriormente, por mais cinco anos. Tal iniciativa, entretanto, conforme ABIC (2019a), alcançou um sucesso “duvidoso”. Movimentos iguais a esses se repetiram até o ano de 1905, porém não foram suficientes para evitar a intensidade da crise experimentada no setor, até então.

Considerando a gravidade da situação, os maiores estados produtores buscaram fixar políticas comuns para a defesa do café. Com esse objetivo, conforme

ABIC (2019b), os presidentes, à época, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, reuniram-se durante os dias 26 e 27 de fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté, para ajustar um acordo que ficou denominado e conhecido como o Convênio de Taubaté. Tal convênio pode ser compreendido como a primeira intervenção estatal no café (a nível estadual). Os principais objetivos desse convênio versavam sobre a valorização do café, onde se buscou padronizar e regulamentar o seu comércio, além de tornar frequente o seu consumo no país.

Ademais, ficou ajustada a criação de uma espécie de caixa de conversão, com o objetivo essencial de estabilizar o câmbio, buscando controlar as reservas-ouro provenientes dos empréstimos estrangeiros ou mesmo dos saldos comerciais.

1.1 O avanço do café no Brasil

Em terras fluminenses, a invasão cafeeira tomou dois rumos principais no começo do século XIX: o rumo do Norte com as grandes lavouras de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul e o do Noroeste com os núcleos essenciais de São João Marcos e Resende. Na cidade de Resende, que foi um dos centros cafeeiros da época, há uma homenagem a Luís Pereira Barreto, criador do café Bourbon brasileiro e introdutor desse tipo de café na zona de Ribeirão Preto (LAMOUNIER, 2003).

Com o avanço rápido, foi através do Vale do Paraíba que o café penetrou em Minas Gerais, pela Zona da Mata, onde a cultura se desenvolveu de maneira próspera. Assim como no Rio de Janeiro, nesta região mineira criaram-se as grandes fazendas de café com a nobreza rural latifundiária sustentada pelo trabalho escravo (CAIXETA, 1989).

Em meados de 1852, pequenas vilas localizadas nas regiões interioranas do estado de São Paulo foram tomadas por uma sucessão de grandes transformações. Lugares que antes eram somente um aglomerado de humildes casas e pessoas anônimas, repentinamente entraram no acelerado processo de transformação que estava por vir, via uma bebida instigante e com forte aroma, que se transformava em um verdadeiro sucesso (CAIXETA, 1989).

Conforme já apontamos, a popularização do café como bebida, sentida a partir de 1852, trouxe uma série de inovações (a eletricidade, o automóvel, o telefone, os tecidos finos, o *Petit pavê*, os bulevares, o calçamento das ruas, os palacetes, o aeroplano, o *poudre de riz*, o teatro e o cinema, e as palmeiras, dentre outras) que passaram a fazer parte do cenário brasileiro da época, principalmente nos centros mais urbanizados, conforme aponta Doin *et al.* (2007). As avenidas enfileiradas de palmeiras passariam a significar riqueza, cuja importância, D'Elboux (2006) descreve de maneira empolgante:

A espécie em questão é a palmeira-imperial (*Roystonea oleácea* (N. J. Jacquin) O. F. Cook), muito utilizada no século XIX, e mesmo atualmente, nos logradouros públicos das cidades brasileiras, a qual "caracteriza-se por possuir um tronco simples, colunar, de delineamento uniforme, esbranquiçado, liso, sem dilatações, com palmito volumoso exposto no topo, de 15 a 30m de altura e com cerca de 62cm de diâmetro em média. [...] Originária das Antilhas e norte da Venezuela [...] demanda locais expostos, espaçosos e a pleno sol para bom desenvolvimento" (LORENZI *et al.*, 1996, p. 276). Para compreender *como* a ideia de "clássico" é agregada a essa espécie - e como ela passa a desempenhar o papel de elemento paisagístico representativo daquele momento, um signo do próprio Império -, resgatou-se a história de sua chegada ao Rio de Janeiro, a partir do esforço de aclimação de espécies exóticas para uma produção rentável, pela necessidade de geração de renda para o sustento da Corte (D'ELBOUX, 2006, p. 194-195).

Doin *et al.* (2007), nas páginas 4 e 6 de seu artigo, procura enfatizar a maneira como o café se impunha como grande influente das cidades que despontavam com melhores maneiras de convivência e maiores núcleos populacionais, providos pelos negócios influenciados pelo café.

A primeira estrada de ferro do Brasil, criada por Barão de Mauá, foi uma consequência do crescimento acelerado do café no país. Conforme muito bem aponta Doin *et al.* (2007) no seu artigo "A Belle Époque Caipira, problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930)", a riqueza cafeeira necessitou de um gatilho que viabilizasse uma ampla articulação dos produtores de café com a Europa e os Estados Unidos.

A referência ao ano de 1852, constante no título do artigo dos autores acima mencionados, não é por acaso. Isso, porque foi justamente nessa época, que se percebeu as primeiras tentativas de estabelecer uma linha férrea entre Santos e o Planalto Piratiningano, conforme relatam os autores mencionados no parágrafo anterior:

Nessa época perceberam-se as primeiras tentativas de fazer a ligação férrea entre o porto de Santos e o Planalto Piratiningano, para assim eliminar o gargalo que dificultava a exportação do café projeto levado a cabo em decorrência de uma parceria entre investidores britânicos e um grupo local, encabeçado pelo Barão de Mauá. Terminada em 1867, a “The São Paulo Railway Company Limited” foi a principal ferrovia do país, escoando a imensa produção cafeeira e, em movimento oposto, transportando os milhares de imigrantes do porto para as fazendas e as cidades, bem como tornando disponíveis aos moradores do rico interior desse estado os produtos e manufaturas importados e toda a marca de civilização e desenvolvimento que portavam (DOIN *et al.*, 2007, p. 6).

A construção dos trilhos ferroviários possibilitou a articulação do Brasil caipira com a política. O crescimento desenfreado da riqueza no interior de São Paulo estava diretamente relacionado com as disputas pelo poder político por meio do poder da administração pública em que a produção cafeeira viria a permitir.

Prova disso é, conforme Doin *et al.* (2007), que esta região brasileira foi responsável por dois presidentes de estado: Altino Arantes e Washington Luís, de modo que o último alcançou a suprema magistratura do país. Personalidade presente nessa região, além dos políticos citados, era Antônio Prado, político que ocupou cargos de ministro e conselheiro imperial, além de prefeito da cidade de São Paulo.

Além desses, outra figura que se destacou foi Francisco Schmidt, considerado o maior proprietário de café do mundo no início do século XX. Sua atuação no estado foi essencialmente política, mais especificamente no município de Ribeirão Preto, onde ficou conhecido como Rei do Café, conforme aponta Burke (2002).

Ademais, Campinas e os maiores centros produtores de São Paulo tiveram que promover a expansão das ligações com o litoral. Graças ao extraordinário desempenho da cultura cafeeira, o estado de São Paulo tornou-se o maior do Brasil e um dos mais importantes do mundo.

Subindo o Vale do Paraíba, o café adentrou no estado de São Paulo pelo Norte, atingindo a zona das terras roxas e expandindo para o sul de Minas Gerais e, anos depois, para o norte do Paraná. Com a instalação da bebida no país, mais especificamente, no Sudeste, o impacto econômico trazido por ela chamava a atenção de muitos empresários que compunham a elite da época.

A utilização da expressão oligarquia cafeeira, conforme afirma Anderson (1986), é muito frequente na historiografia do período em que a bebida se instalou como destaque comercial e econômico no Brasil. Esse termo estava diretamente ligado à elite do chamado *coffee business* e pressupunha a hegemonia de formações políticas, acompanhada da constituição de uma estrutura social quase que estática.

Diante disso, não se pode negar, ainda que em uma análise superficial, a força econômica e política que as grandes oligarquias cafeeiras possuíam no cenário político brasileiro da época. Um forte exemplo disso, como bem aponta Anderson (1986), é a influência dos Prados e dos Junqueiras em praticamente toda a região do nordeste paulista, assim como a ingerência dos Faleiros e dos Jacinthos em Franca, e dos Arrudas Botelhos em São Carlos nos arredores dessa mesma região.

Nesse sentido, conforme destaca Caixeta (1989), é incontestável que várias eram as personagens que se encaminhavam para as terras do café em busca da descoberta de novas possibilidades. Tudo em razão do comportamento repetitivo e afirmativo do processo de expansão do café, que viabilizava o investimento de certa cota dos lucros na produção industrial, tornando-o um elemento crucial para a criação de uma dinâmica positiva e tendente à modernização da economia que ora se instalava.

Acompanhando a tendência econômica, como era de se esperar, ao longo da Primeira República eram levantados investimentos, ainda que meramente especulatórios, que se fundamentavam no “financiamento do excedente de lucros do complexo cafeeiro, do *know-how* e da mão de obra dos imigrantes”, conforme Caixeta (1989), além da crescente proteção da alfândega e da reserva de mercado, em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

A indiscutível e cobiçada riqueza gerada pelo café movimentava constantemente a busca por sinais que a representassem. Várias eram as tentativas

de se significar a utopia representada pela inspiração da *Belle Époque*, destacando-se, nesse sentido, o gosto pelos novos projetos arquitetônicos e urbanísticos, conforme ensina Netto (1973). Não foi por acaso que a partir da implantação da lavoura cafeeira se fizeram marcadas em considerável parte do dito Brasil caipira as concepções do imperial prefeito de Napoleão III, o então barão Georges Eugène Haussmann.

A popularização dos ideais propagados por Haussmann deve ser compreendida como fenômeno urbano relacionado às reformas da capital francesa no decorrer do século XIX, conforme aponta Gadelha (1989). Tais ideais estavam associados à imagem de uma cidade doente que necessitava da quebra do modelo arcaico para voltar à saúde.

Presente também nas reformas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, a idealização desse modelo de cidade viabilizava o surgimento de uma enorme e múltipla experiência urbanística, expressa, principalmente, nos traços de “Franca, Ribeirão Preto, Batatais, Araraquara, Piracicaba, São Carlos, Mococa, Bauru, Barretos e São José do Rio Preto, entre outras”, conforme Anderson (1986).

Com suas particularidades, cada local exercia seu próprio diálogo com um modelo aplicado em traçados clássicos e, segundo Lanna (1990, s.p.), “marcado por um recorte ortogonal, grandes avenidas radiais, o indefectível quarteirão triangular, os *boulevards* arrematados por um ponto de mira qualquer e o tratamento escultórico e disciplinador dos edifícios”.

Dessa maneira, a verdadeira racionalização assumia considerável importância e era marcada na legitimação de discursos urbanísticos e de engenharia ligados, naturalmente, ao ideal de renovação. Esse processo em nada diferia do que ocorria nas capitais. Apesar disso, é necessário destacar que os referidos discursos também eram úteis à prática e manutenção do poder pelas elites locais que aos poucos se firmavam.

O universo do conhecido *coffee business* se propagava e se tornava fortemente sofisticado, conforme aponta Lanna (1990). É importante ressaltar, como demonstração ao que se mencionou anteriormente, que, segundo Caixeta (1989), o Teatro Carlos Gomes, construído em Ribeirão Preto, teve sua obra concluída 14 anos

antes do previsto como forma de se antecipar ao clássico teatro de São Paulo, capital. Tanto é que os dois locais foram projetados e executados por planejamento de Ramos de Azevedo, assim como tiveram, a título de inauguração, a peça *O Guarani*.

Nesse contexto, é possível mencionar que, como reflexo da riqueza agrícola da época e da reestruturação de paradigmas urbanos e sociais com base nos ideais de Haussmann, o teatro Santa Clara, localizado em Franca, o teatro Variedades, de Mococa, e o teatro São Carlos, localizado na cidade de mesmo nome, foram inaugurados antes do início do século XX, conforme Burke (2002).

Em todas essas construções urbanas, não havia um único estilo arquitetônico, de modo que o ecletismo era predominante. Esse ecletismo, consoante Burke (2002), era muito popular na classe burguesa, típica do século XIX, e que buscava constantemente pelo conforto, progresso e modismo. Segundo o mesmo autor, é importante destacar que o Teatro São Carlos foi o local em que ocorreu a primeira instalação de um cinema, sendo exibido, conseqüentemente, o primeiro filme de cinema do estado de São Paulo.

Nesse período, vale ressaltar, não somente a estrutura urbanística da cidade passava por transformações, mas, também, as pessoas que estavam inseridas nela. O que se via, segundo Lanna (1990), era a formação de uma elite com gostos padronizados e pautados em ideais revolucionários e progressistas.

Apesar de essa elite burguesa desejar a modernização da cidade e, por isso, ter um destaque considerável nos estudos a respeito do período, é fundamental compreender a situação em que se encontravam as camadas mais pobres da sociedade, a fim de entender o contexto geral social, econômico e político da dita *Belle Époque* caipira.

Assim, em busca de riquezas ou melhores oportunidades de empregos nas novas terras, as pessoas com menos recursos iam à cidade e, dessa forma, ajudavam a montar o pano de fundo e a historiografia do período, conforme Caixeta (1989). Dessa maneira, vários meios de comunicação, em especial os periódicos, são importantes para a ampla compreensão das muitas maneiras de participação dessas camadas pobres da população no cenário social.

Diz-se isso, porque, conforme Burke (2002), o enlace político, a atuação profissional, assim como a forma como os pobres incluídos nos cenários urbanos se faziam notar nas cidades analisadas é essencial. Suas atuações estavam, geralmente, ligadas ao estabelecimento de novas atividades comerciais ou industriais, de modo que muitos deixavam-se influenciar pelos movimentos anarquistas, que tanto assustavam a elite. Um considerável número dessas pessoas mais pobres via a necessidade de estabelecer moradia nas áreas mais periféricas e margeadas da cidade.

Nesse contexto, é importante destacar que, ao se transformar em República, no ano de 1889, o Brasil teve de constituir novos símbolos de representação política, muito embora a proclamação da República não representasse uma quebra definitiva com o regime monárquico, consubstanciado através da permanência da ideia de Império do Brasil. Por esse motivo, Netto (1973) afirmou que esse processo de emancipação foi insólito, apresentando peculiaridades que o tornaram consideravelmente atípico.

O século XX se apresentava e o Brasil caipira permanecia mergulhado em intensas transformações – algumas delas experimentadas, ainda, durante o século anterior e outras anunciavam sua chegada, paulatinamente, em decorrência do impacto econômico proporcionado pelo sucesso na comercialização do café em solo brasileiro, com destaque para o sudeste do país.

Além das ferrovias que já se faziam presentes no século XIX, as indústrias, tais como a Companhia Eletro-Metalúrgica de Ribeirão Preto, as cervejarias Paulista e Antártica, na mesma cidade, foram tomando espaço nos cenários urbanos e, conseqüentemente, auxiliaram na mudança dos cenários interioranos.

1.2 Café, Brasil e Política

A aplicação das riquezas geradas em decorrência do cultivo do café no Vale do Paraíba foi responsável pelas mais profundas transformações econômicas, sociais e ambientais nessa região durante o período que compreendeu os anos de 1830 a 1890. Foi justamente nesse período, pode-se salientar, que se percebeu a difusão e o uso

frequente daquilo que viria a se tornar um dos consagrados símbolos de São Paulo à época: as palmeiras-imperiais (CAIXETA, 1989).

Diante desse cenário, segundo considerações de D'Elboux (2006), surgem algumas iniciativas pontuais, tais como a criação dos hortos botânicos, de forma que o mais significativo é representado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Assim, são realizados alguns experimentos direcionados ao cultivo do café e, pouco tempo depois, percebeu-se a introdução da palmeira-imperial. Essas árvores foram utilizadas, inicialmente, na cidade do Rio de Janeiro e, em um curto período, difundiram-se por toda a província fluminense e, acompanhando o rastro da cultura cafeeira, acabaram adentrando a província paulista, em meados do século XIX.

Por se tratar da espécie preferida de D. João VI, esta palmeira esteve estreitamente vinculada à imagem do Segundo Império e, em seguida, à Primeira República. A elite rural, à época, foi responsável por conferir a unidade necessária a esses diferentes momentos históricos e sociais, visto que, em ambos os tempos, percebeu-se o enriquecimento decorrente dos ótimos resultados financeiros obtidos da significativa monocultura cafeeira.

Nessa senda, conforme D'Elboux (2006), tal percurso esteve correlacionado com as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Lorena, especificamente e geograficamente situada no Vale do Paraíba paulista, considerado fundamental ponto de convergência de rotas e caminhos durante os períodos colonial e imperial.

Dentre os locais mencionados, Lorena merece destaque no processo de análise, pois foi a partir dela que, no final do século XVIII, verificou-se o Caminho Novo da Piedade, a estrada responsável pela ligação terrestre entre São Paulo e a Corte. Tal situação, considerada extremamente privilegiada, concederá espaço para novas possibilidades, isto é, uma verdadeira reconstrução na geopolítica da colônia, de modo a ser tornar um centro estratégico para a articulação entre três províncias, quais sejam: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (NETTO, 1973).

Considerando o conjunto do patrimônio urbano vale-paraibano, Lorena destacou-se, consideravelmente, em razão da existência, no aspecto urbano da palavra, de algumas obras de Ramos de Azevedo, o mais famoso arquiteto paulista da época. Dentre as obras mencionadas, D'Elboux (2006) destaca a Igreja Matriz de

Nossa Senhora da Piedade e demais reformas que lhe são atribuídas, a exemplo do Solar dos Azevedo, a Igreja do Rosário e o mausoléu da família Moreira Lima, localizado no cemitério municipal.

Além disso, a mencionada cidade se apresentou como uma relevante ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, no que diz respeito à difusão do uso das palmeiras-imperiais na capital paulista. No tocante ao relacionamento entre a burguesia, que nasceu graças à expansão da cultura cafeeira e o núcleo inicial da cidade, diversas ações ditas como transformadoras começam a ter início, principalmente nos últimos anos do século XIX.

Tal situação foi capaz de revelar a tensão entre o aspecto colonial do sítio e o caráter praticamente cosmopolita dos cidadãos da época, que passaram a reivindicar diversas "melhorias" ao Poder Público. Entretanto, enquanto na maioria das vezes a estrutura inicial desses espaços é aquele evidenciado pela tradição colonial paulista, em um momento posterior, essencialmente depois da metade do século XIX, os mencionados espaços passam a ser a base para a restaurada concepção de cidade nos moldes da corte e, conseqüentemente, com vasta influência europeia (NETTO, 1973).

1.2.1. Aspirações de uma “Belle Époque Caipira”

No período que compreende os anos de 1850 e 1852, os vilarejos que compõem a porção mais interiorana de São Paulo perceberam uma considerável e significativa onda de transformações. Isso, porque anos antes, tais localidades eram predominantemente representadas por casebres e pessoas mergulhadas no profundo anonimato, cenário que sofreu modificações logo que uma certa bebida de aroma marcante assumia o protagonismo econômico na região (DOIN *et al.*, 2007).

Com o seu surgimento e popularização na região interiorana de São Paulo, o café trouxe diversas evidências de seus benefícios para a evolução histórica do país, visto que com ele surgiram a eletricidade, o telefone, o teatro, o cinema e outras inovações, que representavam o avanço paulatino do progresso, como bem afirma Doin *et al.* (2007).

Muito embora existissem evidências práticas do progresso trazido pela influência econômica do café, para que esse progresso fosse experimentado em sua plenitude, era necessário que existisse uma ligação que articulasse a região cafeeira com os países da Europa e os Estados Unidos. Por esse motivo, nessa época, se observou as primeiras tentativas de estabelecimento de linhas férreas capazes de realizar a mencionada articulação (DOIN *et al.*, 2007).

Ainda com as variadas tentativas, conforme aponta Doin (2007), foi somente no ano de 1867, quando da conclusão da estrada de ferro “The São Paulo Railway Company Limited”, que se observou o escoamento efetivo da produção cafeeira para as localidades que permitiam sua movimentação econômica e, de forma oposta, a vinda de imigrantes para as fazendas e centros urbanos.

Diante dessa realidade, a construção dos trilhos que representavam a abertura do Brasil aos campos da modernidade, permitia que o país experimentasse a verdadeira transição de seu aspecto caipira para um universo político amplo e repleto de possibilidades. Sendo assim, o crescimento sem precedentes da riqueza concentrada no interior de São Paulo em decorrência da economia cafeeira, principalmente, estava completamente relacionado às disputas pelo exercício do poder público (DOIN *et al.*, 2007).

Outras pessoas compunham a elite política do Brasil caipira e, mais que isso, lançavam mão do monopólio privado da violência. Muito embora as existências latentes dessa realidade, em muitas oportunidades, verificaram-se diversos casos que foram impunemente contornados e serviram para mostrar, de maneira cristalina, o abafamento da verdadeira barbárie por meio de discursos aparentemente civilizatórios (DOIN *et al.*, 2007).

Exemplo de situações como essa, foi o famoso crime político que aconteceu em Araraquara, popularmente conhecido como Linchaquara, crime esse que envolveu duas poderosas famílias locais e que foi abafado pela construção de uma praça pública, como bem destaca Doin *et al.* (2007), em seus escritos,

Para que a população esquecesse o trágico episódio e as respectivas famílias continuassem a dominar o poder público municipal, foi construída uma bela e ajardinada praça pública, exatamente no largo onde a chacina foi consumada.

A compreensão dessa realidade se mostra essencial para dimensionar a influência das personagens que compunham a, chamada por Doin *et al.* (2007), *Belle Époque* Caipira no cenário político e social brasileiro. De toda forma, é fato que além das personagens mencionadas anteriormente, outras dirigiam-se ao cenário paulista que se formava, especificamente para as terras do café, em busca das mais variadas oportunidades.

Esse fluxo acontecia em função do processo de expansão do café, que viabilizava o investimento de significativa parte dos lucros na produção industrial, tornando-o um elemento fundamental na composição de uma dinâmica propícia à modernização da economia. Com o surgimento do século XX, já se tinha a ideia de que o café era útil para diversos setores, de modo que fez o Brasil caipira se destacar como palco de inúmeras mudanças (DOIN *et al.*, 2007).

Tais mudanças podiam ser percebidas a partir da instalação das ferrovias, das indústrias, a exemplo das cervejarias Paulista e Antártica firmadas em Ribeirão Preto, entre outras, que foram responsáveis por modificar o cenário interiorano. Toda essa riqueza gerada a partir da economia cafeeira era capaz de mover a busca por ideias que a traduzisse (LANNA, 1990).

Assim, várias eram as marcas ideológicas da transformação do Brasil em progresso, como os novos projetos arquitetônicos e urbanísticos, com destaque para a significativa influência do barão Georges Eugène Haussmann, prefeito imperial à época de Napoleão III e responsável pela revolução urbanística experimentada no Brasil à época. Ressalte-se, por oportuno, que todas essas edificações urbanas eram fortemente marcadas pelo ecletismo, marca determinante da expressão arquitetônica burguesa e que ficou popular no século XIX, visto que prezava, fundamentalmente, pelo conforto e modismo das fachadas (LANNA, 1990).

Ao mesmo tempo em que se verificava o progresso estrutural com as transformações urbanísticas, via-se o processo de sofisticação do mundo do *coffee business*, no qual o café se tornava o destaque da economia. Sendo assim, tem-se que não só a cidade passava por transformações, mas também os homens que nela habitavam (LANNA, 1990 s.p.).

Assim, a economia cafeeira estava relacionada, não só ao domínio financeiro, mas, ainda, à comercialização e à importação de insumos e maquinários. Ademais, essa economia era responsável por mover fortemente a importação de mão de obra e o desenvolvimento de um sistema articulado, com o objetivo de viabilizar o escoamento do produto, o que proporcionou uma considerável modernização portuária (DOIN *et al.*, 2007).

1.3 A evolução das máquinas e do trabalho nos cafezais

Em tempos passados que registram a evolução econômica brasileira, o café, em razão de seu volume e valorização, apresentou-se como uma das principais sustentações econômicas do Brasil, a ponto de ser possível afirmar que a economia nacional, analisada profundamente sob várias óticas, deve muito ao produto agrícola, ainda considerado uma das principais fontes canalizadoras de dinheiro para os cofres nacionais (GADELHA, 1989).

De maneira incontestável, o café mostra-se estável dentre os produtos líderes da grandeza econômica nacional e jamais será inoportuno associá-lo à riqueza brasileira, como bem assevera Gadelha (1989); além do processo de melhoramento do café em si, consubstanciado por meio da adubação, por exemplo. É necessário considerar como fator essencial no aperfeiçoamento do referido produto, a melhoria em seu beneficiamento. Não é difícil compreender como o beneficiamento influencia no alcance de um produto de qualidade elevada. É inevitável desvincular a ideia de qualidade de um cafezal formado em consonância com todos os requisitos técnicos, em terras adequadas e que atendam a todas as condições exigidas para a plantação do grão.

A qualidade que se espera é aquela em que quer fazer do café um produto com todas as condições de representar o Brasil como produtor de algo que é bom, é excelente, que produz um prazer especial em degustar e saborear um cafezinho brasileiro, em especial aquele do Estado de Minas Gérias.

Para atingir este objetivo, busca-se a qualidade em todas as suas etapas, atingindo assim a condição de Qualidade Total de um produto que já possui selos de

certificações onde regiões sobressai como produtoras que seguem um ritual rígidos regulamentados pelas ISOs.

AMDRADE e CARIE (2010, s.p.) afirmam que:

O Discurso da Qualidade Total constitui um espaço privilegiado de interpretação onde se entrecruzam o poder e os modos de subjetividade do sujeito. O Discurso da Qualidade Total constitui também um espaço de representação e domínio, discurso e regulação, que são fundamentais para o processo de subjetividade sociais, pois poder identidades sociais estão mutuamente implicados e distribuídos em todos os lugares e classes sociais. Dessa forma, pode se falar em relação de poder, cujos mecanismos estão presentes num conjunto de rituais e práticas situados dentro e fora das organizações.

Conforme está demonstrado no site da “SITEWARE”, publicado em 05 de junho de 2018, é mostrado que:

[...] no processo de gestão, os indicadores são os melhores companheiros dos gestores, pois medem a diferença entre a situação pretendida (meta) e a situação atual (resultado). Eles apontam o caminho e são um indispensável referencial. Os indicadores de qualidade podem ser diversificados e possuem a função de, por meio de padrões preestabelecidos pela empresa e clientes, mensurar o resultado final.

Esse grupo sintetiza, nesta mesma edição, os indicadores de qualidade mais usuais com sua correlação de consequência, como: Indicador de “*Eficiência x Produtividade*”; indicador de “*Eficácia x Satisfação e Fidelidade do Cliente*”; Indicador de “*Eficácia x Valor*”; Indicador de “*Atendimento x Reclamações dos Clientes*”; Indicador de “*Segurança x Qualidade*”.

A qualidade deve estar em todos os pontos, do plantio ao beneficiamento e nesse meio ocorre a colheita que conforme aponta Gadelha (1989), há de se considerar, ainda, a necessidade de uma colheita cuidadosa, com o intuito de se obter um produto com a maior qualidade possível. Caso isto não ocorra, o café produzido em beneficiamento realizado por máquinas imperfeitas, carentes em regulação e que não separem as impurezas ou descasquem indevidamente o grão, será vislumbrado um café de qualidade inferior e que não atenderá às expectativas desejadas.

Desta feita, não é insistência reforçar que o êxito da cafeicultura não está vinculado somente à qualidade do solo, ao processo de cultura ou mesmo à colheita, porque grande parte do sucesso e da qualidade do grão depende das técnicas de

beneficiamento que são utilizadas no processo. Quando se estuda o histórico das máquinas de beneficiamento do café é possível asseverar, inicialmente, que o desenvolvimento de tais máquinas seguiu o progresso percebido pela cafeicultura.

Nas primitivas e minúsculas plantações, o café era descascado manualmente, logo depois da secagem ao sol. Para atingir essa finalidade, o produto era disposto sobre uma mesa, e, com isso, os escravos realizavam o descascamento. Essa operação consistia em manter os grãos entre as palmas das mãos, pressioná-los e, ao mesmo tempo, movimentá-los em fricção. Esse preparo manual do grão era realizado pelas mulheres, enquanto que escravos homens se destinavam, diretamente, ao trato das culturas cafeeiras (GADELHA, 1989).

Além do descascamento manual, outra técnica utilizada era o pilão. Este foi um dos utensílios mais usuais para realizar o beneficiamento do café no Brasil. Sua estrutura se dava, puramente, por um pedaço grosso de madeira, disposto de maneira vertical, possuindo, na parte superior, fundo côncavo. Ademais, era formado por uma haste resistente de madeira com, aproximadamente, um metro de comprimento. Com esse instrumento eram realizadas diversas operações (GADELHA, 1989).

Conforme descreve Gadelha (1989), a rotina na utilização dos pilões era basicamente a mesma. Os escravos enchiam o bojo do pilão com café em coco secado, ou seja, o café que acabou de secar para ser debulhado, e então, alçando as pesadas mãos de pilão à altura máxima que lhes permitia o movimento, faziam-nas cair com energia, em conjugação de esforços, sobre o café. E assim operavam até descascá-lo. Concluída essa operação, passavam a abanar o produto em peneiras de taquara, catando, enfim, os marinheiros (sementes ou favas com pergaminho — endocarpo) — e os cocos, que retornavam ao pilão. Após isso, a operação se repetia.

Apesar de todo o esforço, o processo de piloamento do café era árduo e demandava considerável tempo para pouca rentabilidade prática. Em determinadas plantações, os pilões eram substituídos pelo pisoteamento feito por animais, de modo que o café era disposto em um chão seco e oito ou dez bois pisoteavam o grão para que houvesse o desmembramento em palhas e sementes (GADELHA, 1989).

Além da referida técnica, foram utilizados, para o beneficiamento do café, o descascamento por meio de varas. Nessa técnica, especificamente, o café era

malhado ou surrado, pelos escravos, por meio do uso de simples varas de madeira da mesma maneira que se faz para descascar o feijão. Depois de descascado, dava-se início à abanação em enormes peneiras de taquara. Dessa forma, as cascas eram separadas. O beneficiamento era finalizado após a catação dos grãos não descascados, a fim de se obter o produto apto à comercialização. (GADELHA, 1989)

A manipulação mecânica também foi uma técnica bem utilizada para o beneficiamento do café. Essa realidade foi verificada porque, muito embora o braço escravo fosse abundante, se observava a necessidade de substituí-lo por máquinas capazes de atender ao volume crescente da produção e para a obtenção de um produto capaz de concorrer com os demais (LANNA, 1990).

Diante da polissemia observada acima sobre o sentido de “qualidade”, seus deslocamentos ao longo do tempo, observa-se que a “qualidade” seria uma construção de sentidos. Ora sendo balizada por certas condições de produção que buscam administrar os sentidos de “produção de café” ora de “consumo de café”.

O ideal patriarcalista no Brasil teve início com os grandes engenhos que tinham como fundamento a monocultura e faziam uso da “mão de obra escrava” africana², além da concentração de poder no proprietário de terras. Nos engenhos, por exemplo, tudo se fazia conforme a vontade expressa do patriarca. Tais locais eram como um organismo completo e autossuficiente. Existia a capela, a escola e a horta de onde colhiam seus alimentos, a criação de animais que também serviam para a alimentação, além de serrarias onde eram fabricados os móveis e os instrumentos que deveriam ser utilizados no engenho (LANNA, 1990).

A chamada casa-grande reunia a família dos senhores, que foram os grandes responsáveis pelo processo de colonização do Brasil, visto que consistiam na principal unidade produtiva, levantando o capital que brotava do solo e erguiam as fazendas e a compra de todos os insumos necessários. Sob os comandos do senhor todos os que viviam em suas terras ou que dependiam de sua renda respondiam às suas ordens. (ABIC, 2019a).

² É importante, nesse ponto, destacar que, com frequência, encontramos na textualização da história uma substituição (sempre política) de “exploração” por “trabalho” (trabalho escravo) quando trata-se do período em que a produção agrícola do café era sustentada pela exploração de sujeitos traficados da África para o Brasil.

Os senhores de escravos instigavam determinados comportamentos entre estes, com a finalidade de que pudessem assegurar o seu domínio e exploração do cativo e com o objetivo de que este se rendesse aos comandos de seu senhor (GADELHA, 1989).

No processo de reificação praticado pela escravidão, esses escravos, equivalentes à mercadoria, eram comprados em mercados ou mesmo nas próprias fazendas. Assim, era justamente a mão de obra negra que impulsionava a riqueza do senhor e, por esse motivo, consistia na base do sistema patriarcal. Nas mãos dos escravos estavam todo o trabalho demandado na fazenda, desde o plantio à colheita, a exemplo das grandes culturas do café. Exploração exercida em constante vigilância e sem remuneração.

No ano de 1850 o conseqüente crescimento no preço da mão de obra dos escravos, em função de não poder mais importar escravos, a população escrava começou a ficar concentrada junto aos senhores de terras, essencialmente dos grandes cafeicultores. Por isso, tais trabalhadores viviam sob a constante observação do senhor e de seus capatazes, designados para tal (LANNA, 1990).

1.4 Modos de produção de café: procedimentos e mão de obra

A análise historiográfica da exploração do trabalho escravo no cenário brasileiro é essencial para se compreender a evolução do trabalho livre e suas mais diversas expressões. Isso, porque logo no final do século XIX, as ideias opostas à escravidão e pela liberdade dos seres humanos para que exerçam livremente a venda de sua força de trabalho passaram a ser cada vez mais latentes e evidenciadas; tanto é que, nesse período, se percebeu a transição entre a exploração do trabalho escravo exercido pelo negro e o início de uma formação do “mercado de trabalho livre”³ (LANNA, 1990).

³ A regulação do trabalho livre no Brasil, no final do último quartel do século XIX, evidencia de início um paradoxo: o advento da propalada libertação do trabalho escravo se dava via uma regulamentação rígida na contratação e na disciplina imposta aos trabalhadores. Mas a história “oficial” afirma que, enfim, estávamos libertando nossos escravos, rumo a uma forma racionalizada e humana de trabalho: “o trabalho livre” (MACHADO, 2004).

Os estudos voltados para a análise desse período de transição, ainda que com a sua imensa diversidade, direcionam a um único objetivo: determinar uma teoria que exponha o trabalho escravocrata e sua passagem ao trabalho livre, considerando todas as nuances que envolvem essa passagem, conforme Gadelha (1989).

Antes mesmo de adentrar no cerne específico desse movimento de transição, é preciso compreender que, conforme aponta Lanna (1990), a questão abolicionista teve como foco, ao menos das fazendas cafeeiras paulistas, a substituição de mão de obra e não, essencialmente, a liberdade do trabalhador.

Diante disso, o que se verificou é que, com a “vitória” das propostas abolicionistas no Brasil, mais precisamente no fim do século XIX, surgia um país supostamente fundamentado na liberdade e que prezaria valores completamente opostos às práticas experimentadas durante o período da escravidão. Apesar disso, as noções distintas a respeito da liberdade no trabalho perceberam forte embate na transição do século XIX para o século XX, visto que a ideia de ser livre estava associada à vida longe da influência e tutela do senhorio, com o amplo exercício do direito de ir e vir e a reconstituição dos laços familiares (NETTO, 1973).

No entanto, apesar de ser referida a uma noção muito mais ampla, nesse período, a ideia de liberdade estava muito mais associada a questões econômicas, uma vez que o que se notava era a liberdade *no trabalho*. O estudo desses assuntos se faz necessário, porque restaurar a experiência escrava e associá-la à história social do trabalho permite compreender de maneira ampla diversos significados que, em algumas oportunidades, são apagados (NETTO, 1973).

Como destaca Lanna (1990), o sentido da luta pelo reconhecimento da dignidade de homens e mulheres negros é secular e empreende objetivos que vão muito além da liberdade no trabalho já que também compreende a liberdade impedida por um regime político e um modelo econômico que se pauta na escravização de seres humanos. Busca o exercício pleno da cidadania e indica claros caminhos para reflexão e influência desse público nos dias atuais e o tratamento dispensado a eles. Apesar de ter sido uma marca forte na historiografia nacional, quando se estuda a evolução do trabalho, a exploração relacionada ao processo de escravidão era considerada como parte integrante desse processo sendo sempre analisada de forma isolada.

Libby (2006) parte em seu livro sobre “Trabalho livre e Trabalho escravo” de uma perspectiva comparativa. É notório um diálogo entre os dois discursos, com relação às linguagens culturalmente mistas de trabalho. Na história dos escravos do Novo Mundo e a dos trabalhadores Europeus estão entrelaçadas, além do comércio internacional, o aspecto entre o “trabalho livre e o trabalho não livre”. O que é importante salientar deve ser a economia mineira da segunda metade do século XIX, uma economia diferenciada. Nesse aspecto as questões levantadas por Douglas Libby com relação à transição para o trabalho livre foram fundamentais. No século XIX acontece a desagregação do sistema escravista e a incorporação do “homem livre” no mercado de trabalho.

Utilizada em enorme escala, no decorrer de um longo período, a mão de obra escrava era comprada pelos cafeicultores, a partir do tráfico negreiro, ou mesmo, adquirida no comércio interno, no qual os escravizados eram oriundos de engenhos e fazendas que se encontravam em processo decadente no Nordeste, logo depois da baixa no período do Ciclo do Açúcar, compreendido entre meados do século XVI e meados do século XVIII (LANNA, 1990).

A rotina dos escravizados, nos cafezais, era, na maioria das vezes, limpar o terreno, plantar e colher. Logo depois do processo de colheita, o café era exposto ao sol. Em seguida, quando os grãos já se encontravam secos, eram batidos com vara ou moídos em pilões (LANNA, 1990).

É importante compreender que, nessa época, o negro era cativo para que sua força de trabalho também o fosse. Como consequência, o elemento predominante e definidor da existência do negro era a escravidão. O negro não servia para o trabalho, livre e remunerado, por exemplo. Era a escravidão que o reduzia e anulava sua existência, impondo-lhe o estatuto de coisa. Nas fazendas de café do século XIX, era comum a rotina de exploração do negro que lhe impunha de 15 a 18 horas diárias de subserviência, de trabalho escravo numa jornada que iniciava ainda na madrugada, ao som de um sino (GADELHA, 1989).

Caso as atividades fossem realizadas nas proximidades da sede da fazenda, os escravos deslocavam-se a pé, e, caso fossem mais distantes, um carro de bois

garantia o transporte. Em seus postos de trabalho, distribuíam-se em grupos e trabalhavam horas ininterruptas sob a vista do feitor, conforme Lanna (1990).

Além das condições de trabalho, as condições de vida que eram submetidas, eram desumanas. Isso, porque os negros escravizados, normalmente, habitavam um cômodo sem janelas e com escassa ventilação. Com o intuito de evitar possíveis revoltas dos escravos, uma considerável parcela da senhoria era guiada por manuais que ensinavam a lidar com a sua “mão de obra” (LANNA, 1990).

Durante o período histórico que envolvia a exploração do trabalho escravo dos negros, o Brasil passava por transformações significativas em sua política e economia. Isso, porque em 1808, a família real portuguesa chegava ao Brasil, vinda de Portugal, incluindo o futuro imperador do Brasil, D. Pedro, que contava com apenas 10 anos à época (LANNA, 1990).

Em 1820, logo após as revoluções liberais no Porto e em Lisboa, a Assembleia Constituinte portuguesa objetivou determinar o encerramento da dependência de Portugal em relação à corte do Rio e, dessa forma, exigiu que o D. João VI retornasse à metrópole. O monarca, então, retornou em julho de 1821 e aproveitou a oportunidade para instituir o seu primogênito, Dom Pedro, à época com 23 anos de idade, à posição de regente do reino brasileiro (GADELHA, 1989).

Quando a corte portuguesa ameaçou encerrar o poder do então imperador do Brasil e determinar o seu retorno para à metrópole portuguesa, uma vez que a ideia era concentrar o controle do Brasil a partir de Portugal, D. Pedro, em resposta ao levante por sua permanência em solo brasileiro, decidiu ficar no país e, em 09 de janeiro de 1822, às margens do Ipiranga, ao sul de São Paulo, exarou o histórico “fico”, lançando, quase oito meses depois, em 07 de setembro de 1822, o célebre grito do Ipiranga: “Independência ou Morte!” (ANDERSON, 1986).

Assim, em 1º de dezembro de 1823, ele foi coroado imperador do Brasil, passando a ser chamado de Pedro I. O reino do Brasil transformou-se, dessa forma, em Império. A ideia do Brasil Império estava completamente associada à independência, uma vez que, conforme Anderson (1986), essa ideia parecia conjugar positivamente tanto o Antigo Regime quanto a Revolução, além da continuidade dinástica com os Braganças e o advento de uma nova Nação (ANDERSON, 1986).

Por meio dessa estratégia monárquica, evitava-se a crise de legitimidade com a qual se haviam deparado os novos governos da América hispânica.

Nesse sentido, é essencial destacar que a independência não havia sido uma conquista, exclusivamente, a partir da iniciativa de Dom Pedro. O desejo de autonomia existente entre as elites provinciais, que se percebia, sobretudo na capital, também serviu como um elemento complementar para a reunião de forças visando à independência (DOIN *et al.*, 2007).

Assim, um dos principais suportes do movimento independentista foi a camada social representada pelos grandes proprietários, que aspirava obter a independência, ao passo em que mantinham as estruturas sociais e econômicas já existentes.

Depois de declarada a independência, sobretudo no Segundo Reinado, o Brasil sofreu forte pressão da Inglaterra para que fosse posto um fim ao tráfico negreiro, visto que era justamente esse tráfico que mantinha viva a escravidão no país. O tráfico à época era muito intenso, tanto é que, na década de 1820, por exemplo, mais de 400 mil escravos foram trazidos ao país (DOIN *et al.*, 2007).

No ano de 1826, o Brasil assumiu um compromisso com a Inglaterra para pôr fim ao tráfico de negros para fins de exploração, no período de até três anos. O acordo foi assinado em março de 1831, mas gerou a insatisfação de muitos deputados, que acusaram o governo de colocar em risco a soberania nacional, arruinar a economia basicamente agrícola e ainda diminuir as divisas obtidas com o comércio dos escravos. Toda esta discussão se arrastou por muitos anos e somente em novembro de 1831, a chamada Lei Feijó, foi promulgada, já no período da Regência Trina, nomeada, de acordo com a Constituição vigente, para comandar o país, após a abdicação do Imperador D. Pedro I ao trono brasileiro.

Na qualidade de província, São Paulo era a quinta mais populosa antes do café, perdia para Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Sua capital contava com menos de 10.000 habitantes, em 1836. A rápida expansão da província ocorreu porque sua elite conseguiu se unir em torno de um projeto de modernização que incluiu construir uma consistente rede de transporte para escoar o produto e financiar imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava (DOIN *et al.*, 2007).

Assim, em 1837, havia 36 estradas e já em 1851 esse número subiu, de modo que passaram a existir 61 estradas, ou seja, quase o dobro, em apenas 14 anos. Para que fosse possível financiá-las, o governo da província criou barreiras, termo utilizado à época para o que, na atualidade, se conhece como pedágio. No entanto, o que criou mais polêmica não foi a instalação das barreiras, mas, sim, o seu traçado (DOIN *et al.*, 2007).

Os tropeiros que transportavam o café e os demais produtos desejavam que essas estradas possuísem um traçado o mais reto possível, a fim de economizarem tempo, já os fazendeiros desejavam que as estradas margeassem suas terras, porém não as atravessassem. Além dos traçados e dos pedágios, as indenizações para as desapropriações também foram pauta para os longos e calorosos debates entre a elite econômica e política de São Paulo (DOIN *et al.*, 2007).

Para quem executava as obras, a maior dificuldade era encontrar mão de obra disponível, pois o país ainda não contava com um mercado de trabalho livre. Sendo assim, os que trabalhavam no Brasil eram os escravos, além dos libertos. No entanto, esses últimos se concentravam, em maior número, nas cidades. Os brancos pobres também estavam, de forma clientelista, vinculados aos grandes proprietários de terras (DOIN *et al.*, 2007).

Diante dessa situação, os grandes produtores de café precisavam de jornaleiros. Esse nome era dado, à época, aos trabalhadores livres que vendiam seu trabalho por dia, ou seja, por jornada; daí o nome “jornaleiros”. Os presidentes das províncias, inclusive, chegaram a obrigar os senhores a alugarem os seus escravos para trabalharem nas obras, sendo que os maiores interessados na conclusão das obras eram os próprios fazendeiros que as usavam para escoar a sua produção.

Para remediar a situação, o governo patrocinou a migração de europeus para trabalharem nas obras, mas sem sucesso, já que a grande maioria não se “adaptou” às inadequadas condições de trabalho que lhe eram impostas (ANDERSON, 1986).

Diante do sucesso do grão e da enorme procura, as fazendas se reorganizaram para o plantio do café, construindo terreiros para secagem dos frutos, tulhas para o armazenamento dos grãos secos, casa de máquinas, além das plantações e da residência da família do fazendeiro. Com a abolição da escravidão e, em seguida, com

a grande imigração, desapareceram as senzalas e apareceram as colônias de imigrantes (LANNA, 1990).

No final do século XIX, a imigração muda completamente o cenário social brasileiro. Isso porque o imigrante passou a colonizar grande parte das terras do sul e sudeste brasileiro e, sendo assim, oferecia mão de obra especializada em técnicas específicas. A imigração, nesse período, estimulou o surgimento de novas lavouras e a criação da cultura cafeeira caracteristicamente brasileira (GADELHA, 1989).

Os colonos possuíam experiências e técnicas que trouxeram consigo e que foram espalhadas pelas colônias onde se instalaram. A colonização tinha como objetivo o povoamento e a exploração da terra com as atividades agrárias. Graças a esses imigrantes ocorreram a implementação de diferentes atividades agrárias com novas técnicas agrícolas, e com a rotação de cultura e os hábitos de consumir mais legumes e verduras; como consequência, foram criadas no século XIX importantes centros urbanos como Holambra SP, criada pelos Holandeses; Blumenau, SC, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, criadas pelos Alemães; Americana, SP criada pelos Americanos do Sul, etc. (ESCOLA, 2020).

Como já mencionado anteriormente, os imigrantes europeus, mormente, partiram devido a problemas econômicos, visto que os pequenos agricultores não conseguiam manter a mesma produtividade das grandes fazendas, e, nas cidades, ficava cada vez mais difícil conseguir emprego, já que a instalação das indústrias foi lenta, conforme Lanna (1990).

Assim, vieram ao Brasil, guiados pela promessa de prosperidade que encontrariam no paraíso tropical, a terra das oportunidades. É com esse sonho que os imigrantes começam a chegar ao Brasil. Ao chegarem em solo brasileiro, os recém-chegados perceberam que o país não era exatamente um conto de fadas. A República havia substituído a Monarquia, mas o poder ainda estava concentrado nas mãos dos chamados Barões do Café, em alusão ao produto brasileiro mais vendido no mundo (ANDERSON, 1986).

Assim, com a promulgação da Lei Áurea, era preciso substituir a exploração da mão de obra escrava. Além disso, o governo tinha planos de colonizar as grandes áreas consideradas, a partir de uma política eurocêntrica e colonizadora,

“inexploradas” do sul do país, terras essas habitadas pelos povos originários (indígenas).

Diante desse contexto, foi montada uma estratégia de propaganda para atrair os estrangeiros para o Brasil; e parte dos custos da viagem foi arcada pelo governo brasileiro. O sucesso da propaganda foi tão grande que cerca de 3 mil imigrantes entraram no país até o início da Primeira Guerra Mundial (DOIN *et al.*, 2007).

Inicialmente, os italianos foram os imigrantes em maior número e quase que sua totalidade se instalou no interior paulista, nas lavouras de café, mas logo se desiludiram com as péssimas condições de trabalho. Cada família tinha de cuidar de aproximadamente 7 mil pés de cafés e, ainda, eram obrigadas a pagarem valores absurdos pela alimentação (DOIN *et al.*, 2007).

Os colonos percebiam uma remuneração fixa pelo cultivo dos pés de café, além de um pagamento que variava conforme a quantidade de frutos colhidos. Esse pagamento que deveria ser anual era fracionado entre os meses, sequencialmente, distribuído sempre no primeiro sábado de cada mês, de modo que este dia passou a se tornar, tradicionalmente, um dia de folga para compras e visitas. Apesar de receberem remuneração, essa não cobria os custos que tinham, de modo que eles se transformam em verdadeiros escravos brancos (DOIN *et al.*, 2007).

Em decorrência disso, muitos abandonavam as plantações de café e iam morar nas cidades, os quais passam a exercer outras atividades em bairros tipicamente italianos. Os espanhóis também começaram a chegar em grande número ao Brasil e muitos deles passam a substituir os italianos nas plantações de café. Já os alemães continuam indo para as colônias no sul do país.

Nessa senda, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), entre os anos de 1886 e 1902, Ribeirão Preto percebeu um verdadeiro salto populacional, visto que passou de 10.420 para 52.929 habitantes. Desse total, observava-se uma quantidade de 33.199 estrangeiros e, dentre eles, 27.765 eram italianos. Todo esse fluxo imigratório se deu, logicamente, por causa do café que, à época, se mostrava como a principal referência da economia brasileira e, diante disso, necessitava cada vez mais de mão de obra. Dentre as nacionalidades dos imigrantes

que chegavam a solo brasileiro, era possível observar alemães, italianos, japoneses e árabes (DOIN *et al.*, 2007).

Assim, podemos observar de que modo a produção de café condiciona até mesmo o crescimento populacional e desenvolvimento de uma região, significando-a como uma área de “progresso” ou de “desenvolvimento”. Os sentidos relacionados à região se constituem nessa relação com as condições de produção de café.

As regiões oeste e nordeste de São Paulo, a terra roxa, a altitude, o clima com estações de chuva e seca bem marcadas, além do próprio relevo, foram fatores decisivos para viabilizar as plantações de café e, obviamente, assegurar o seu sucesso. Tanto é que no ano de 1886, a produção de café na área da Mogiana, por exemplo, passou de dois milhões de arrobas, o que significava mais de 20% do total da produção paulista (D'ELBOUX, 2006).

Na transição do século XIX para o século XX, mais precisamente na época que sucedeu a coroação de D. Pedro II, o Brasil já era responsável por 80% da produção mundial de café. Isso fez com que a cidade de São Paulo crescesse de forma avassaladora, materializada a partir do surgimento de novos bairros, para comportar a riqueza emergente por parte dos fazendeiros. Nos bairros mais antigos, ficaram os imigrantes que adaptaram à sua herança cultural aos costumes brasileiros (D'ELBOUX, 2006).

Apesar da organização econômica e social do café ser similar à das plantações de cana-de-açúcar, considerando a necessidade de latifúndio, monocultura e mão de obra, inicialmente, escrava, o capital inicial necessário era menor, o que possibilitou um dinamismo maior dessa produção. No entanto, o retorno demorava em torno de quatro a seis anos para ser percebido. Além disso, não era barato comprar os equipamentos, os escravos, realizar as instalações, derrubar a mata, preparar o terreno, plantar e colher (D'ELBOUX, 2006).

Como a terra era abundante, o solo era utilizado à exaustão sem que se tivesse a preocupação em melhorar a sua produtividade, sem o uso de fertilizantes para aumentar a sua vida útil. Assim que o solo estivesse esgotado, abandonava-se e se plantava em um novo terreno (DOIN *et al.*, 2007).

Nesse contexto, apesar de tudo parecer bem, a produção do café era muito grande e o preço caiu assustadoramente no mercado internacional. Apavorados com a crise, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se reúnem para a constituição do histórico Convênio de Taubaté e pediram que o governo federal comprasse as safras excedentes de café (D'ELBOUX, 2006).

No entanto, Rodrigues Alves, presidente da república à época, não aceitou e os estados foram obrigados a contrair empréstimos no exterior. Em 1907, um novo presidente assumiu a república brasileira, Afonso Penna. O referido presidente instituiu a União como fiadora dos empréstimos contraídos pelos estados. Essa socialização das perdas fez com que os cofres públicos pagassem os prejuízos dos fazendeiros que, por sua vez, foram ficando cada vez mais ricos (D'ELBOUX, 2006).

A substituição da exploração do trabalho escravo por “trabalho livre”, especificamente, na região cafeeira da Mata mineira afetou, intensamente, o panorama do desenvolvimento do capitalismo no que diz respeito aos marcos das rotações da evolução do sistema mundial, caracterizados pela redefinição do imperialismo, e pela revolução tecnológica, principalmente (RODRIGUES, 2015).

Dessa maneira, a análise e o estudo da constituição de um mercado interno de mão de obra é a forma mais assertiva de entender a transição anteriormente mencionada. No caso de Minas Gerais, por se tratar de uma das mais populosas províncias na época e, portanto, com o maior quantitativo de escravos, a compreensão desse processo se faz extremamente relevante (RODRIGUES, 2015).

A mencionada província, já defasada na economia voltada para as minas de ouro e diamantes, não se identificou por constituir uma economia de subsistência, mas, ao revés, por se alocar, ainda que de forma peculiar, no sistema econômico brasileiro pautado na cultura escravocrata e, portanto, produzindo alimentos para o mercado interno, conforme Lamounier (2003).

Conforme bem aponta Lanna (1990), foi somente com o início do século XIX, mais precisamente após meados de 1850, que a região da Zona da Mata passou a produzir café abrindo o seu desenvolvimento paralelamente ao Vale do Paraíba e, assim, repetindo as condições técnicas utilizadas em sua produção. Após 1890, a autonomia e consolidação da produção cafeeira passaram do vale para o oeste

paulista. Antes disso, a mata mineira, à época, vivenciava duas ordens de dificuldades para prosseguir com sua expansão: a escassez de capitais e a precariedade do sistema de transporte.

Nesse contexto, a necessidade do fim da escravidão demandava a reanálise dos mecanismos que coordenavam os modos de produção, de maneira que fossem elaboradas alternativas executáveis para o fim da exploração do trabalho escravo. Dentre estas alternativas estava a possibilidade de utilização da mão de obra dos imigrantes, responsável por marcar, em São Paulo, de maneira relevante, a constituição de um mercado de trabalho livre (LANNA, 1990).

No entanto, mesmo em São Paulo, local onde se verificou um processo de imigração em massa, principalmente de italianos, é essencial observar, sob todos os aspectos, que a ocupação desse mercado está muito distante da clássica imagem elaborada pela bibliografia de uma substituição de negros escravos por brancos imigrantes que teriam "abarroto" o mercado de trabalho a partir das duas últimas décadas do século XIX (LANNA, 1990).

1.5 O café no Brasil República

É importante ressaltar que, desde 1815, o Brasil não possuía um estatuto colonial ou qualquer codificação nesse sentido. Essa situação mudou em 1822, quando o país alcançou sua independência completa, reconhecida em 1825 por Portugal. O Brasil, então, constituía-se assim como um novo Estado-nação. Considerando a ausência de uma consciência nacional fortemente divulgada, a referência à nação estava diretamente relacionada à criação do Estado. Dessa forma, as elites políticas tinham total interesse em formular uma ordem simbólica capaz de expor e significar uma identidade nacional.

Assim, sob o regime monárquico de Napoleão, Joachim Lebreton (1760-1819) foi nomeado secretário da Academia de Belas Artes de Paris. Logo depois da queda (ou derrota) de Napoleão, cujo marco histórico se deu em 1815, na Batalha de Waterloo, Lebreton, assim como muitos membros da referida Academia, não se sentiam seguros na França Restauradora. Desse modo, também o ex-secretário e os

demais membros da parte cultural e artística daquele governo ofereceram seus serviços ao então príncipe regente Dom João, no Rio de Janeiro.

Em decorrência disso, no início de 1816, chegou ao Brasil um grupo numeroso de antigos membros da Academia de Belas Artes. Entre as pessoas que chegavam ao país estavam Joachim Lebreton, consagrado o pintor de história, Jean Baptiste Debret (1768-1848), o pintor de batalhas, e o arquiteto Auguste Grandjean de Montigny (1776-1830). O referido grupo foi responsável por trazer ao Brasil o estilo neoclássico que, até então, era fortemente marcado pelo barroco colonial.

Dessa forma, se após o ano de 1815 a influência econômica da Grã-Bretanha era destaque, tal influência seria verdadeiramente compensada pela atividade cultural trazida e executada pelos franceses. Reflexo claro dessa influência pode ser percebido pela criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em agosto de 1816, por Dom João VI.

Assim, a missão francesa representou marco do estilo dos grandes acontecimentos relacionados à dinastia no Rio, tais como a vinda da arquiduquesa Leopoldina, da casa dos Habsburgo e a coroação de Pedro I como Imperador do Brasil completamente independente. O pintor Jean-Baptiste Debret, tornou-se um dos pintores mais preferidos da Coroa e ficou encarregado de estruturar a Academia de pintura, mantendo constante contato com D. Pedro antes de sua coroação. Assim, o Imperador Pedro I, aproveitando a inspiração francesa, desenhou uma bandeira para simbolizar o Império independente do Brasil. O objetivo dessa representação era o de se tornar o símbolo real da nação, inclusive representando a constituição.

Assim, a primeira bandeira idealizada por Debret, a pedido de D. Pedro I, era constituída, no centro, por um retângulo verde, do qual figurava um losango amarelo. A cor verde correspondia à dinastia Bragança, da qual fazia parte Pedro. Já a cor amarela, fazia referência à dinastia Habsburgo, da qual pertencia sua esposa. Dessa forma, a bandeira representava a tradição dinástica e não significava, pelo menos até esse momento histórico, o verde das florestas amazônicas ou mesmo o ouro do subsolo brasileiro.



Figura 1: Primeira Bandeira imperial idealizada por Jean Baptiste Debret⁴.
Fonte: BBC News, em 18 de outubro de 2019.

A estrutura losangular relacionava-se às bandeiras dos regimentos do exército napoleônico. Posicionamento sobre o losango amarelo existe um brasão azul associado a uma esfera armilar sobre uma cruz, representando a ordem de Cristo. Essa cruz estava envolta por um anel azul formado por 20 estrelas de prata representando as províncias brasileiras e, ao redor da cruz, dois ramos, um representando o tabaco e outro, o café. Possui também ao centro um brasão com uma coroa dourada de fundo vermelho, semelhante à da bandeira do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1 de dezembro de 1822, através de um decreto, Dom Pedro I fez algumas modificações na primeira versão da bandeira imperial. A principal mudança foi o fundo da coroa que mudou de vermelho para verde. Assim ficava definida a coroa imperial sobre o escudo do brasão.

⁴ A bandeira imperial, usada de 1822 a 1889, foi inspiração para a atual bandeira nacional. No dia 19 de novembro se comemora o Dia da Bandeira do Brasil, símbolo criado para marcar o fim do Império e o início da República no país. É por isso que a data é comemorada quatro dias após a Proclamação da República, ocorrida no dia 15 de novembro de 1889.



Figura 1: Segunda bandeira imperial idealizada por Jean Baptiste Debret
Coroa com fundo verde.
Fonte: História do Brasil.net

A bandeira brasileira passa a ser distinta da portuguesa, portanto, a partir de sua independência. Essa distinção pode ser observada por seu perfil específico: a utilização de duas cores, verde e amarelo, assim como o formato losangular que lhe é característico. Observa-se como a identidade de nação à época era pautada por uma submissão a outros espaços e nações a partir das quais o espaço geográfico conquistado era significado. Isso nos permite dar início a uma atenção especial ao modo como os espaços são significados e significam objetivo relevante para a realização da presente tese.

Apesar da constituição dos símbolos anteriormente descritos, o período do Império foi relativamente limitado quando se fala de símbolos, uma vez que o imperador era o símbolo representativo mais importante. Ainda assim, esta unidade era ameaçada pelas grandes desigualdades sociais visíveis à época, assim como pela manutenção do sistema que explorava o trabalho escravo. Nesse sentido, cabe ressaltar que o reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra ficou condicionado ao embargo do tráfico de escravos. Assim, considerando que uma interrupção da importação de escravos para o Brasil poria em perigo a própria existência do país, concordou-se com os termos ingleses.

Durante o período em que aconteceu a Assembleia Constituinte, no ano de 1823 e, tempos depois, no Parlamento, surgiram no Brasil três principais correntes políticas: primeiro, a corrente identificada como a dos exaltados, a dos moderados e a

dos conservadores. O primeiro grupo era caracterizado por adotar uma postura crítica em relação ao imperador e à ideia de uma monarquia, sem formar, porém, um grupo de pessoas de relevante representatividade e importância. Ao contrário, os moderados e conservadores, somavam um expressivo número de adeptos, de modo que se alternavam no poder governamental.

A diferença essencial entre esses dois grupos era que os moderados aprovavam a monarquia, porém buscavam limitar as prerrogativas do monarca por meio de um quadro constitucional. Já os conservadores aprovavam sem hesitação o conjunto das prerrogativas destinadas ao imperador e definidas por meio da Carta "outorgada" em 1824.

Além disso, é essencial destacar que o pensamento político no Império do Brasil era baseado solidamente no modelo britânico de monarquia constitucional. O texto contido na Carta imperial de 1824 era influenciado pelo conceito de Poder moderador, conceito este disseminado a partir dos princípios políticos que Benjamin Constant havia escrito para Napoleão no período de seu célebre governo dos 100 dias, em 1815.

Esse poder era definido como um poder neutro. A ideia era que servisse como verdadeiro árbitro dos demais poderes, de forma a garantir a convivência e aplicabilidade harmônica deles. Esta função controladora constituía realmente um quarto poder acompanhando, assim, os três poderes clássicos: executivo, legislativo e judiciário. Dessa forma, o imperador detinha poderes para nomear os senadores, além de autoridade suficiente para dissolver a Assembleia.

A nação jurídica originada a partir da Constituição de 1824 só se fazia representar por uma mínima parcela de seus cidadãos, aos quais se reconhecia o direito de eleger e de ser eleito, considerando, para tanto, a sua posição social e situação financeira. Desse modo, a ordem constitucional vigente excluía a grande maioria dos habitantes do Brasil.

No ano de 1831, considerando a oposição crescente contra seu reinado puramente envolvido nos interesses de Portugal, Dom Pedro I abdicou, retomando, portanto, o trono de Portugal. Com sua saída, o antigo imperador fez com que seu filho Pedro, aos 5 anos de idade, fosse proclamado imperador do Brasil. Em razão de sua tenra idade, o poder foi confiado inicialmente a uma tríade de Regentes. Sendo assim,

o então imperador regente Pedro II reinaria a partir de 1840 e seu reinado perduraria por sólidos 49 anos.

1.6 Processos e técnicas nos primórdios da produção cafeeira no Brasil

Nessas grandes fazendas, que eram verdadeiras unidades econômicas autossuficientes, o café era cultivado e beneficiado com as técnicas rudimentares utilizadas na época.

Isso, porque nos primeiros anos de sua popularização em solo brasileiro, ou seja, a partir de 1852 até meados de 1860, aproximadamente, o beneficiamento do café era extremamente precário, feito pelos mais primitivos processos. Normalmente, esse processo era realizado em pilões isolados ou construídos em séries, nos quais escravos se revezavam dia e noite na árdua tarefa do beneficiamento. Em muitas fazendas, o café era descascado pelo pisoteamento feito por bois, conforme já mencionado.

Além desses processos, conforme Cascudo (2004), havia ainda os chamados monjolos de rabo, movimentados por tração animal e instalados em diversas séries de três. Tais equipamentos eram utilizados para socar o grão e confeccionados com troncos de madeiras duras - como a maçaranduba, a peroba e a canela preta, por exemplo. Sua haste era feita com um pedaço aparelhado dessas madeiras. A altura de um pilão variava entre 30cm e 70cm e, uma haste, média de 60cm a 1,2m.

Em qualquer ponto onde houvesse uma queda de água, montavam-se monjolos hidráulicos que seguiam a mesma lógica de funcionamento dos monjolos de rabo, mas eram movimentados através do fluxo de água. A grande vantagem desse tipo de equipamento era que o trabalho era ininterrupto (BERTONE, 1999).

Em muitas fazendas, os monjolos hidráulicos eram protegidos por telheiros, possibilitando que o seu funcionamento acontecesse independente da condição climática. O transporte do café para os portos de embarque era feito por muares distribuídos em pequenos lotes. Isso, porque qualquer outro meio de transporte seria inviável, em decorrência dos longos e acidentados percursos que ligavam os centros

de produção aos de escoamento. Fazer esse transporte era atividade de grande importância, por isso ficava a cargo dos membros das melhores famílias.

Segundo Aguiar (2002), dentre os critérios que definiam uma lavoura produtiva estava a confecção das sementeiras. O material considerado mais apropriado à época era a madeira laminada, visto que preservava a qualidade da semente. Nesse método, as sementes começavam a emergir do solo dentro de 40 a 60 dias após semeadas. Dada sua aparência peculiar, eram chamadas de palito de fósforo e orelha de onça.

Na época adequada, eram plantadas nos locais definitivos, convenientemente adubadas. A distância entre os pés de café, considerada ideal para plantação e desenvolvimento, era de 2,40m. Já entre fileiras, o espaço utilizado era de 3,20m para permitir a passagem de máquinas pulverizadoras, facilitar a capina e a movimentação dos trabalhadores. À época, os técnicos entenderam que não seria adequado o plantio em linhas geométricas rígidas, de modo que os cafeeiros deveriam ser dispostos em fileiras, paralelas ou não, obedecendo as curvas de nível do terreno para evitar as consequências da erosão.

Nas lavouras, o combate às pragas, era uma providência absolutamente necessária. Além disso, a erosão e a geada eram consideradas as piores calamidades que poderia atingir um cafezal. As reservas de água eram necessárias para possibilitar a irrigação por aspersão, método amplamente utilizado pelos cafeicultores na época dos grandes cafezais que imperaram no sudeste do Brasil.

Em meados de 1852, pequenas vilas localizadas nas regiões interioranas do estado de São Paulo eram tomadas por uma sucessão de grandes transformações. Lugares que antes eram somente um aglomerado de humildes casas e pessoas anônimas, repentinamente, entravam no acelerado processo de transformação que estava por vir. No decorrer desse movimento, uma bebida instigante e com forte aroma se transformava em um verdadeiro sucesso.

CAPÍTULO 2

Processos de espacialização da produção do café

Neste capítulo, buscaremos compreender os processos de produção, organização e distribuição do café como processos por meio dos quais os espaços (físicos e geográficos) passam a ser significados por meio da significação da produção de café, dando novos contornos aos mapas, regiões, promovendo fluxos econômicos e populacionais, enfim, afetando as formas de vida e, conseqüentemente, as formas de compreender e significar os espaços. Daí nossa proposta de compreensão desse processo como um processo de *espacialização do café*, já que, de acordo com Orlandi (2001), os sentidos são constituídos a partir dos modos de organização do espaço (urbano).

O processo que levou à distribuição da produção de café ao longo de diferentes regiões do país teve início, como já mencionado, com a façanha do Sargento Mor Francisco de Mello em sua viagem, do Maranhão à Guiana Francesa, em 1727, com a intenção de buscar sementes de café para serem inseridas em solo Brasileiro onde se pensava e sonhava com o lucro/rendimento vindo da cultura dessa planta que já era especulada e cobiçada por países europeus que a degustavam tornando um hábito de interesses comerciais. Seu cultivo dispersou rapidamente pelos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

A região sudeste brasileira, principalmente Minas Gerais, com a escassez da exploração de minério pela mão de obra escrava abolida, optou pela mão de obra dos imigrantes e europeus e asiáticos para a atividade da cafeicultura, o que acabou promovendo de início os lugarejos com suas colônias que logo se transformaram em grandes centros comerciais e de manufatura, fato que propiciou a espacialização da atividade cafeeira por muitos estados brasileiros, inclusive promoveu o desenvolvimento rural e urbano no interior paulista.

Orlandi (2001, p. 186) compreende o “espaço material concreto funcionando como sítio de significação [...] Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes”. Sendo assim, esse funcionamento concreto descrito anteriormente e a seguir, no percurso que destacamos para a realização deste

trabalho, a saber, a produção de café no território brasileiro (e em especial, o mineiro), permite compreender o espaço como simbólico e, a partir daí, como modo de significar.

2.1. As transformações no espaço urbano

Como já dissemos, a popularização do café ocorreu fortemente após 1852, no Brasil. Com isso, outras inovações (eletricidade, automóvel, telefone, aeroplano, teatro, dentre outras) aconteceram ajudando a transformar o cenário da época.

D'Elboux (2006) procura enfatizar a maneira como o café se impunha como grande influente das cidades que despontavam com melhores maneiras de convivência e maiores núcleos populacionais, providos pelos negócios influenciados pelo café.

A primeira estrada de ferro do Brasil, criada pelo Barão de Mauá, foi uma consequência do crescimento acelerado do café no país. Conforme aponta Doin *et al.* (2007), a riqueza cafeeira necessitou de um gatilho que viabilizasse uma ampla articulação dos cafezais com a Europa e os Estados Unidos. Percebe-se, assim, de que forma a produção de café modifica o cenário do Brasil ao longo da história da sua constituição. Especialmente quando consideramos esse período, podemos observar que estamos diante de uma constituição mútua entre a produção de café e produção da imagem de um Brasil, que exporta café, que constrói estrada de trem e outros “progressos” em nome dessa produção.

O ano de 1852 se torna referência porque, como já dissemos antes, foi nessa época que se deram as primeiras tentativas de estabelecer uma linha de estrada de ferro entre Santos e o Planalto Piratiningano, conforme Doin *et al.* (2007) relata, dizendo que, por ela, foi possível o escoamento da imensa produção cafeeira, o transporte de milhares de imigrantes do porto para as fazendas e as cidades, e o transporte dos produtos e manufaturas importados aos moradores do rico interior do estado de São Paulo.

O crescimento intenso da riqueza no interior de São Paulo estava diretamente relacionado com as disputas pelo poder político por meio do exercício do poder

público. E a construção da estrada de ferro possibilitou a articulação do Brasil caipira com a política praticada na época.

Campinas juntamente com os maiores centros produtores de São Paulo precisaram se preocupar com a expansão das ligações com o litoral. Isso se deu, como já mencionamos, ao extraordinário desempenho da cultura cafeeira no estado paulista por ter se tornado o maior do Brasil e um dos mais importantes do mundo.

Foi partindo do Vale do Paraíba, e entrando pelo Norte do estado de São Paulo que o café atingiu a zona das terras roxas e se expandiu para o sul de Minas Gerais. Anos mais tarde, foi para o norte do Paraná. O café se instalou no país, mais especificamente, no Sudeste, e o impacto econômico que ele provocou chamava a atenção de muitos empresários que compunham a elite da época.

Conforme afirma Bertone (1999), a expressão "oligarquia cafeeira" estava diretamente ligada à elite do chamado *coffee business* e compreendia a hegemonia de formações discursivas⁵ políticas, que traziam consigo um modo de constituição da estrutura social quase que estática.

Se analisarmos brevemente essa situação, diríamos que a força econômica e política das grandes oligarquias cafeeiras era grande no cenário político brasileiro da época, como já fizemos ver, citando determinadas famílias (Prado. Junqueira, etc.) que se impuseram nas regiões paulistas (CUELLO, 2003).

Conforme já apontamos, as muitas personagens que se dirigiam para as "terras do café" em busca da descoberta de novas possibilidades provocavam o processo de expansão do café, que, por sua vez, viabilizava o investimento de certa cota dos lucros na produção industrial, tornando o investimento no café um elemento crucial para a criação de uma dinâmica positiva e tendente à modernização da economia que ora se instalava.

Com suas particularidades, cada local exercia seu próprio diálogo com um modelo aplicado em traçados clássicos e, segundo Sennett (2001 *apud* DOIN, 2007,

⁵ Entende-se, em AD, por formação discursiva, a partir de Pêcheux (1988, p. 162) "o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras "mudam de sentido" ao passar de uma formação discursiva a outra".

p. 7), “marcado por um recorte ortogonal, grandes avenidas radiais, o indefectível quarteirão triangular, os *boulevards* arrematados por um ponto de mira qualquer e o tratamento escultórico e disciplinador dos edifícios”.

Dessa maneira, a verdadeira racionalização assumia considerável importância e era marcada na legitimação de discursos urbanísticos e de engenharia ligados, naturalmente, ao ideal de “renovação”. Esse processo em nada diferia do que ocorria nas capitais, mas, apesar disso, é necessário destacar que os referidos discursos também eram úteis à prática e manutenção do poder pelas elites locais que aos poucos se firmavam.

Durante todo o século passado, as elites cafeeiras, ao explorar a produção rural de café, configuraram-se como elites culturais e econômicas, marcadas nas “renovação e inovação” dos espaços urbanos, com origem e permanência nos espaços rurais. Modos de significar o urbano pela produção cafeeira. São nesses espaços rurais que geravam riquezas e com seus acúmulos vieram as necessidades de expor e aplicar seus poderes econômicos investindo em negócios nos centros urbanos. Com esses novos rendimentos obtidos no setor urbano, surge a necessidade de expor ou mostrar sua condição financeira em que se rogava pelo respeito e consideração indo até a aquisição de patentes que colocava o produtor em destaque no setor social e político. Isto impulsionou o progresso urbano interiorano com a corrida das diferentes demonstrações da força individual e de alguns grupos que se sustentavam através do café produzido ou financiado. Essa exponencial condição financeira é que levou ao desenvolvimento das regiões produtoras, principalmente no interior do Estado de São Paulo, transformando as aglomerações rurais em núcleos urbanos.

Com a crescente ocorrência do financiamento da produção vinculada à comercialização do café, surge de maneira exponencial o “sujeito comerciante de café”, facilitador das atividades comerciais, com dupla atividade: vendia o café nas praças de Santos e Rio de Janeiro e também agenciava financiamentos para custeio de futuras colheitas, vez que o café é uma cultura anual (PEROSA, 1980). Essa nova atividade tão logo se assentou nos costumes e hábitos cafeeiros, logo se instalou nos principais centros urbanos da época, impulsionando a corrida financeira em rumo ao “progresso” que era, por sua vez, descrito a partir de novas regras, novas leis e novos

costumes que chegaram aos dias de hoje buscando a “qualidade e eficiência” na produção do ouro verde brasileiro.

De acordo com Rolnik (1995, p. 58), “a lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão, que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço”. Assim, dessas condições de produção, num certo momento histórico, resulta uma série de leis e regulamentações que buscam administrar juridicamente essa espacialização.

O modo como se distribui a produção do café e as leis que regulamentam essa distribuição e produção pode ser considerado como parte desse processo que busca aqui ser descrito como espacialização.

2.2. Normatizações

A atividade cafeeira é desenvolvida tendo como fundamento rigorosas leis trabalhistas e ambientais. As referidas leis buscam respeitar a biodiversidade do país e todas as pessoas que estão, direta e indiretamente, envolvidas na produção do café, de maneira que qualquer tipo de trabalho escravo ou infantil nas lavouras é fortemente reprimido. Tanto é que as leis brasileiras, no que diz respeito à produção de café, estão entre as mais rigorosas do mundo (ABIC, 2019b).

Como em qualquer produção agrônoma nos dias atuais, a do café também exigiu técnicas científicas com aplicação de normas e regulamentações em setores necessários, referentes à mão de obra, ao meio ambiente e à produção com qualidade. As normas que regulam o meio cafeeiro são normas reconhecidas no cenário mundial, como a ISO (International Organization for Standardization). De acordo com Marshall Jr. (2001),

[...] é um organismo não governamental internacional que reúne mais de uma centena de organismos internacionais de normatização [...]. Seu escopo reside em promover o desenvolvimento da padronização e atividades correlacionadas, de forma a possibilitar o intercâmbio econômico, científico e tecnológico [...]; o desenvolvimento das normas no âmbito da ISO é norteado por três princípios: consenso, abrangência mundial e voluntariedade. (MARSHALL JR., 2001, s.p.)

São as normas vigentes mais adotadas que impõem regras como regime de controle na qualidade de produção e na qualidade do produto. Nessa reflexão sobre o texto da ISO que se materializa pela língua, associamos aos estudos de Saussure, apontados por Orlandi (2009, p. 21) em que a linguística ganha como objeto a “língua” como um sistema de signos associados como imagem acústica (significante) e o conceito (significado). Tal imagem é psíquica, ou seja, é a imagem do som que ao pronunciarmos nos remete a uma condição imaginária, no caso do café mineiro da “qualidade do produto” e da “sustentabilidade ambiental”.

Batista (2014) faz referências ao cenário do café do Sul de Minas, que foi modificado pelas reformas agrárias que contribuíram no desenvolvimento de produtos brasileiros visando lucros. Métodos e políticas foram determinantes para favorecer a indústria cafeeira no momento da comercialização. A família das normas “ISO”, pautam no imaginário da Qualidade e Sustentabilidade, como ferramenta para a certificação do café com qualidade, buscando o campo econômico e ambiental, como uma visão ampliada para o produtor em seu meio de trabalho e produção, além de visar também, o consumidor que hoje é exigente e valoriza o que consome com qualidade.

Bido, em seus estudos (1999), aponta a importância da implementação da norma ISO, no tangente às exigências de produção por sistemas avançados para a certificação do produto para a comercialização ou consumo que se exige do café. Assim, nessa linha, os cafés mineiros procuraram através das normas “ISO” buscar a sustentabilidade ambiental e a qualidade de cafés finos para satisfazer às exigências dos consumidores. E, para este controle, estampa-se na embalagem o selo, simbólico que certifica que a região atende a padrões de produção e qualidade diferenciados.

Destacam-se entre as inúmeras normas existentes que influenciam diretamente a atividade cafeeira, as séries ISO 9000, a 14000, a 22000 e a 45000. A norma ISO 9000 se ocupa da qualidade organizacional, com possibilidade de evolução e melhoria contínua no gerenciamento da qualidade de seus serviços e produtos. ISO 9000 é um conjunto de normas e padronizações que visaria ajudar empresas a implementarem processos de Gestão da Qualidade e Garantia da Qualidade. O foco da ISO 9000 é o processo e não o produto.

Miranda (2014, p. 18) aponta a norma ISO 9001 para ser utilizadas pelas empresas que buscam um padrão de qualidade organizacional, com evolução no modo de gerenciar essa qualidade de serviços ou produtos; e que a empresa que possui “Certificação de Qualidade ISO 9001” consegue ganhar melhor visibilidade e credibilidade no mercado competitivo [...] incluindo nas negociações comerciais a exigência dos clientes quanto à obtenção da certificação, que atua como interligação entre cliente e fornecedor

A norma ISO 14000 estabelece um sistema de gerenciamento ambiental que tem como objetivo principal especificar os requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental para que todas as organizações desenvolvam práticas sustentáveis em seus negócios: produtos e serviços. Esta série de normas apresenta diretrizes para Auditorias Ambientais, Avaliação do Desempenho Ambiental, Rotulagem Ambiental e Análise do Ciclo de Vida dos Produtos.

A ISO 22000 está voltada para o Sistemas de Gestão de Segurança de Alimentos que são aplicáveis a qualquer organização que venha fazer parte da cadeia produtiva de alimentos, independentemente do tamanho e da complexidade, e, está relacionada com a presença de riscos no alimento, os quais podem ser introduzidos em qualquer estágio da cadeia alimentar. A gestão da segurança proposta por esta ISO abrange a prevenção, eliminação e o controle destes riscos (URZEDO, 2018).

A ISO 45000 - Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSSO) e sua relação com a norma BS OHSAS 18001:2007 - Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (SGSST) tem por objetivo atingir as empresas e organizações que almejam realizar uma gestão de riscos eficaz e integrada aos seus processos de Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança (QSMS) reduzindo o número e o impacto de acidentes, incidentes, danos de imagem, reputação, entre outros, no ambiente de negócios, (ROCHA et SOUZA, 2019, s.p.).

A norma ISO, os selos de garantias de qualidade e/ou de indicação geográfica são tecnologias de imagens, de linguagem, que chegaram para identificar e diferenciar os melhores produtos, e assim, estabelecer o café no comércio internacional com nível de padrão eficaz, garantindo o comércio sólido e constante.

A aplicabilidade dessas normas por diferentes empresas controladoras é notável também, no setor dos cafés mineiros tanto para o transporte a granel como no uso individual pelos degustadores, no momento do consenso, como também estão inseridas na construção dos selos, pela imagem que simboliza a linguagem de bom, de qualidade e de eficiência. Estes selos como estampas nas embalagens dos cafés mineiros é tecnologia adotada para simbolizar e significar a eficiência e controle da qualidade da produção e do produto final em seus diferentes sabores e paladares. Os selos são símbolos de identificação da qualidade do produto.

Quanto ao uso desses selos, há de se pensar nas afirmativas de Rufino (2010, *apud* BATISTA, 2014) que aponta:

[...] o fator qualidade passa a ser não só um fator de disputa ou competição entre os atores, mas também de acordos e de cooperação pela manutenção de seus espaços no mercado, pois no caso das IGs, o reconhecimento representa o usufruto de uma exclusividade no mercado, outorgado e garantido pelo Estado. (RUFINO, 2010 *apud* BATISTA, 2014).

Com a tecnologia de linguagem inserida no “selo de certificação” houve a aceitação de regulamentos e normas que apontam um processo de construção político-social.

Concluindo com a tecnologia da linguagem inserida no “selo de certificação”, podemos dizer que ele se aproxima de uma palavra-discurso, já que constitui um determinado imaginário que traz à memória a qualidade atestada ao produto em forma de “selo”. Conforme Orlandi (2013b; 2013c), as palavras-discurso comprimem os sentidos filiados a uma rede de memória que, quando formulados, no caso de “qualidade”, de “responsabilidade ambiental” etc., remete-nos para o funcionamento discursivo do “selo de qualidade” como uma formulação que comporta esta acumulação simbólica de diferentes materiais significantes.

O Brasil é o exportador de café com mais destaque a nível mundial e, além disso, dentre os países que consomem a bebida, se apresenta na segunda posição. O destaque do país é tão grande que representa um terço de toda a produção da bebida em todo o mundo e, tal *status*, o coloca na posição de maior produtor mundial,

principalmente quando se considera que o grão é cultivado em solo nacional há, pelo menos, 150 anos (ABIC, 2019a).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produção cafeeira no Brasil é uma das mais exigentes em todo o globo, com destaque às questões sociais e ambientais, visto que existe, de fato, uma preocupação latente em se produzir um café sustentável em toda a sua cadeia (ABIC, 2019a).

2.3. O *terroir*: processo de mútua significação café-espço

Sabendo do destaque que o Brasil possui diante de sua vasta produção cafeeira, é importante destacar quais são os estados em que o grão melhor se desenvolveu graças ao *terroir* característico de sua constituição. Antes mesmo de adentrar no cerne dessa questão, é importante explicar o que vem a ser o dito *terroir* no contexto do café (ABIC, 2019a).

Por longos anos, essa terminologia foi objeto de análise e debate, mas, com a apuração do termo e sua aplicação prática na produção cafeeira, passou a ter um entendimento cada vez mais uníssono. De qualquer modo, é fundamental destacar que *terroir* é um conceito complexo e que não envolve apenas um único elemento.

A palavra tem origem francesa e pode ser traduzida, de maneira livre, como “terreno”, na língua portuguesa. Em aspecto prático, trata-se de um conjunto de fatores relacionados à região onde o café é plantado. Por influenciar diretamente na qualidade dos grãos e safras, entende-se que o *terroir* é um dado indispensável no momento da degustação.

Um conjunto de aspectos pode ser útil para viabilizar a compreensão do conceito: clima, solo, altitude, sentido do vento, quantidade de luz solar, umidade, colheita e latitude.

Portanto, na hora de se avaliar a qualidade do café e sua prosperidade de produção em um determinado terreno, é fundamental que se considere o assim chamado *terroir*.

Por isso, dadas essas particularidades, nem todo terreno ou localidade se mostra efetiva para a plantação e desenvolvimento do café. Considerando o Brasil, retomando as linhas anteriores, é possível destacar que alguns estados ganham destaque quando o assunto é *terroir* para a produção cafeeira e é sobre eles que as próximas linhas se ocuparão.

O primeiro estado em destaque, sem sombra de dúvidas, é Minas Gerais. Localizado na região sudeste, o estado é o maior produtor de café brasileiro e, sendo assim, responde por aproximadamente 50% de toda a produção nacional, de maneira que se apresenta como uma das principais fontes de cafés especiais do país.

Quase 100% das plantações são constituídas de café Arábica e este café é cultivado, essencialmente, em quatro regiões produtoras: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas (Jequitinhonha e Mucuri) e Matas de Minas. Ressalte-se, ainda, que a exploração do café dessas regiões acontece pelos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

A maneira com que essas regiões estão distribuídas no nosso estado mineiro pode ser observada através dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER, pela EPAMIG e pelo IMA, em que o *terroir* se destaca em posições próprias, com características definidas: sua localização se sobressai pelas condições climáticas e relevos, que as tornam diferentes umas das outras, mas produzindo com qualidade o café mineiro (BATISTA, 2014, p. 68).

De certa forma, o que podemos observar é que aquilo que é significado como “características” do espaço e do café são combinadas num processo de **mútua significação do espaço e do produto**, apontando para a existência de um processo de produção de sentidos sobre o espaço e sobre o café que são contemporâneos e interdependentes. Efeito de sentido de existência de referente – espaço e café, ou seja, por meio da formulação de mapas, descrições e normatizações produziria-se o efeito de existência de um espaço que possuiria “características” descritíveis, sistematizáveis e, portanto, administráveis. O espaço e o café tornam-se, nesse processo, mutuamente compreensíveis, apoiando-se no outro para que sua existência possa ser delimitada.

2.4. As regiões produtoras do café no Brasil

A partir dessa introdução sobre como se caracteriza tecnicamente o *terroir*, apresentamos um primeiro recorte de análise composto por dois “mapas”: uma figura (do mapa do Brasil e suas regiões produtoras de café – Figura 2 – Recorte 1); e, como um segundo recorte (Recorte 2), um texto retirado do site da ABIC (Associação Brasileira de Indústria de Café): que faz referência às mesmas regiões sem, contudo, detalhar as posições/lugares onde as lavouras estão instaladas.

2.4.1. O mapa como significação do espaço

Neste item, encontramos o mapa “Brasil e suas regiões produtoras de café”, produzido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) que atualiza e mostra a localização dos *terroir* produtores de café de qualidade por todo o Brasil, inclusive informando a nova apresentação do cinturão cafeeiro que passou a contar com 32 territórios produtores e suas potencialidades em produzir as três variedades mais aceitas no mercado consumidor internacional e interno, como o Café Canephora, Canephora e Arábica e o Arábica, e, também, os locais onde já se tem as “certificações de origem – CO” e a “Indicação de Procedência – IP” (BSCA, 2019).

É preciso buscar compreender as condições de produção bem como os sentidos que ali se constituem a respeito dessa distribuição da produção de café ao longo do território nacional que ali é “representado” com os estados segundo a última divisão física de 1990 (SANTOMAURO, 2012).

Pela Análise de Discurso, entendemos que o mapa seria a formulação, ou seja, a textualização de sentidos, cuja transparência pode-se considerar um efeito da própria formulação. A que sentidos esse mapa dá corpo? Para buscar tal compreensão desse material de análise, recorreremos a uma obra de referência em cartografia.

Os mapas são representações gráficas feitas geralmente em uma superfície plana (como papel), com a finalidade de apresentar informações de uma determinada realidade. Essas representações fazem parte da humanidade desde os tempos remotos. Devido às inúmeras “informações” (que aqui podemos compreender como

efeitos de sentido) que se pode “representar”, se faz necessário o “isolamento de tema” que se quer representar. Para que não haja sobreposição de informações, os cartógrafos criaram mapas que abordam temas específicos, dando origem aos mapas temáticos que dividem em quatro categorias: mapa político (tem como objetivo explicitar as divisões territoriais, ou seja, as fronteiras entre continentes, países, estados e até municípios), o físico (serve para informar aspectos naturais: relevo, clima, vegetação, hidrografia), o econômico criado para informar as riquezas de um determinado lugar (continente, país, com localização de jazidas minerais etc.) e o Mapas Históricos que informa sobre aspectos que aconteceram no passado (a floresta Amazônica em 1970; a expansão de um território sobre um períodos etc.) (NUNES, 2016).

De acordo com Martinelli (2009, p. 8), embasado em Harley (1988) e Gould e Bailly (1995):

Como linguagem, os mapas conjugam-se com a prática histórica, podendo revelar diferentes visões de mundo. Carregam, outrossim, um simbolismo que pode estar associado ao conteúdo neles representados. Constituem um saber que é produto social, ficando atrelados ao processo de poder, vinculados ao exercício da propaganda, da vigilância, detendo influência política sobre a sociedade (MARTINELLI, 2009, p. 8).

ORIGENS DE CAFÉ NO BRASIL

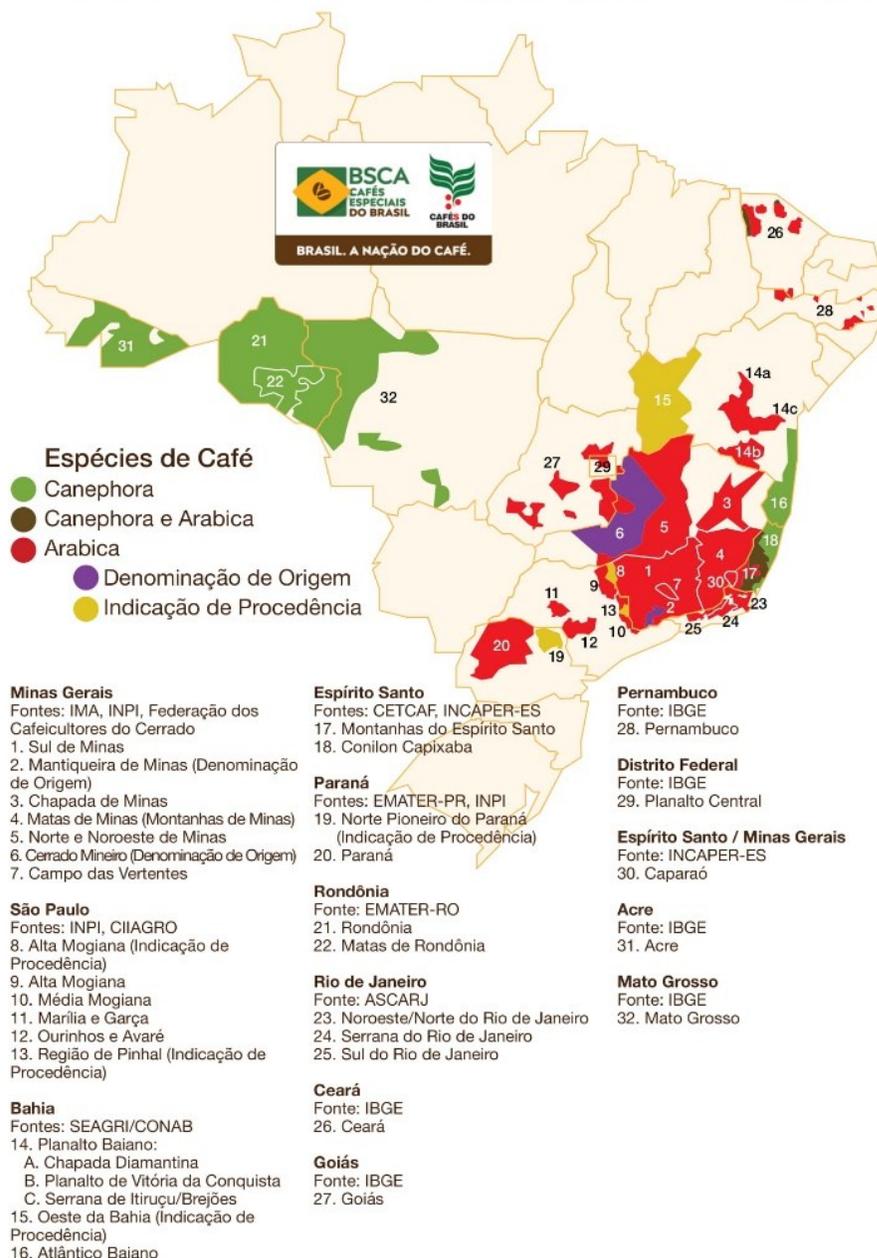


Figura 2 – Recorte 1: regiões produtoras de café no Brasil.

O mapa é a forma de comunicação visual pela representação gráfica por meio da qual espera-se “instruir” o leitor, pela organização gráfica, sobre um conteúdo que representa a “realidade” geográfica sobre um tema específico.

Com os mapas pretende-se esclarecer e informar pela cartografia temática, que deve ser um meio capaz de revelar o conteúdo da figura, fazendo com que ocorra a compreensão que irá nortear a interpretação permitindo ao leitor (aqui como efeito) uma reflexão crítica que o levará ao conhecimento pelos sistemas de sinais que supostamente permitiria a comunicação/informação desejada e vinculada ao âmago das relações que podem se dar entre os significados dos signos. Há de se observar os signos que irão significar a relação entre significado e significante, segundo Martinelli (2009, p. 13).

Como ciência de representação na distribuição espacial, há necessidade do conhecimento das essências dos fenômenos que se pretende representar. Na realidade os mapas temáticos interessam às geografias das informações à medida que abordam um mesmo território, considerando suas diferentes escalas, para atingir objetivamente os temas desejados, onde se conjuga as manifestações de espaço-tempo dos fenômenos dos temas em si.

Nesta concepção, temos para os Mapas Temáticos, segundo Lacoste (1976, *apud* MARTINELLI, 2009, p. 22), que “ele reportaria certo número de conjuntos espaciais resultantes da classificação dos fenômenos que integram o objeto de estudo de determinado ramo específico, fruto da divisão dos trabalhos científicos”. De certa forma, diferentes regiões de saber convergem na constituição dos sentidos do que seriam os territórios e, mais especificamente, o território nacional no qual é produzido café.

Há de ser observado que, no fim do século XIX, altera-se a representação cartográfica temática, já que se instala o espírito de terceira dimensão (Z) ancorada à da localização (X, Y). Um novo elemento significativo que buscaria dar mais precisão e “representatividade”, estabelecendo um efeito de correspondência entre a representação gráfica (mapa) e o espaço geográfico. Deixou, por exemplo, de mostrar as expressões qualitativas e ordenadas para as percepções das quantidades, e, nessa evolução, a partir de 1990, passou a utilizar dados georreferenciados com padrões elevados de precisão tanto na obtenção dos dados como na elaboração dos resultados representativos. Fato que transformou a tradicional cartografia, muitas vezes

desacreditada, em uma dinâmica multidimensional, multissensorial, amplamente interativa e animada (TAYLOR, 1994 *apud* MARTINELLI, 2009, p. 33).

Nessa evolução, dá-se início à delimitação da realidade a ser problematizada pelo pesquisador que busca representar, estabelecendo diretrizes orientadas em busca de respostas que possa definir o “tema” em suas diferentes abordagens em que os fenômenos da realidade geográfica a ser representada no mapa, poderá ter um nível de raciocínio com uma cartografia “analítica” ou de “síntese”. O que nos interessa nesse sentido, é a forma como o “tema” se constitui por meio dessas marcações gráficas na imagem (mapa), produzindo determinada interpretação a respeito do espaço que buscaria “representar”, fazer “corresponder” – efeito de coincidência ou correspondência que, a partir da Análise de Discurso, sabemos ser resultado da materialidade específica e da textualização dos sentidos por meio das imagens. Nos de Cartografia com raciocínio Analítico, abordam-se os temas em mapas analíticos, cuidando dos elementos constitutivos, mesmo na exaustão, através da justaposição ou superposição; enquanto que, nos de Cartografia com Raciocínio de Síntese, procura-se abordar temas de Sínteses, atentando para a fusão dos elementos constitutivos em “tipo” (RIMBERT, 1968 *apud* MARTINELLI 2009, p. 33).

Poderíamos afirmar que o mapa temático da BSCA seguiria as orientações de Martinelli (2009, p. 34 e 37), segundo as quais deve-se responder às perguntas como: “o quê? ”; “onde? ” E “quando? ”, para informar do que se trata, onde se dá o acontecimento e em que data ocorreu a informação e, surgindo assim o “título”: “*Mapa das Origens Produtoras de café no “Brasil”, em “15/07/2019, atualizado”*”. Isso constitui o primeiro momento básico de um registro espacial para a pesquisa que buscou a seletividade para despertar o interesse através do visual que pergunta: Como tal espaço se constitui? Esta condição leva à memorização seletiva das imagens individuais de cada rubrica da classificação que contribui para a memorização.

É nessa abordagem qualitativa que se dá as respostas à essa metodologia, demonstrando as posições dos atuais Estados, porém não denominados, mas identificados - pelos fenômenos em pontos - por infinitos pontos geo-posicionados formando os detalhes de contorno por uma linha cheia (mais grossa) na cor alaranjada e no interior do entorno de todos os estados encontra-se hachuriado pelo sistema “em

pontos” na mesma cor, porém numa tonalidade mais clara. Pela espacialidade entre os pontos, objetivando demonstrar a formação do Brasil com seus estados numa maneira ordenada em que é colocado num nível ou plano de fundo para ser a base material dos sentidos que ali se constituem. O mapa não apresenta escala de redução, mas, mantém uma proporcionalidade lógica de suas dimensões, já reconhecida pelo leitor e também não apresenta a data de sua publicação por toda estampa apresentada, mas é notada pela publicação da revista que foi em 2019.

Seguindo as orientações de Martinelli (2009, p. 36), nota-se a existência de duas legendas estruturadas que vão auxiliar o discurso pretendido pela BSCA (2019), sendo que a primeira legenda quer informar o que se quer saber - “o *quê?* ” - Pela *abordagem qualitativa* - com hachuras cheias e coloridas os atributos das regiões produtoras do café: “Canephora” identificado pela hachura na cor verde, “Canephora e Arábica” identificado pela hachura na cor marrom e o “Arábica” na cor vermelho grená. Dentro dessa legenda informa-se ainda os lugares em que são produzidos cafés com a certificação de “Denominação de Origem - DO”, hachurado na cor roxa (violeta), e a certificação de “Identificação de Procedência – IP”, hachurado na cor amarelo gema, seguindo a *abordagem ordenada*. A segunda legenda utiliza do domínio da cartografia temática, enumerando as hachuras dos diferentes lugares/regiões produtoras, demonstrando na forma descritiva a qual Estado pertence, e cada número apontado segue a *abordagem de ordem* para ligar o nome dos lugares/regiões por estado e as fontes (origem) dos dados colhidos para ser apresentado e sustentar as informações do autor do mapa; tudo para responder ao leitor onde é o lugar que busca ser representado ali de uma forma bastante específica: a produção de café.

Observa-se que os traços dos limites estaduais são razoavelmente visíveis e as áreas de ocorrência da produção cafeeira é representada pelo método coró cromático para distinguir as rubricas em suas áreas planas de manifestação de maneira imponente, buscando salientar o objetivo principal do mapa: regiões e lugares que produzem café de qualidade. Ainda há de se notar que a numeração apresentada segue uma ordem sequencial referente à produção, do mais para o menos, produzindo um efeito de sentido relacionado a uma hierarquia de produção. Essa representação

quantitativa evidencia a relação de proporcionalidade entre os lugares e regiões em que mais se produz numa sequência, pelo visual do tamanho das áreas, hachuras com suas cores de destaque.

2.4.2. Outras formas de significar o espaço

O recorte seguinte é um mapa/texto desenvolvido pela Associação Brasileira das indústrias de Café – ABIC (2019a), que tomou como fonte de pesquisa os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que teve como fonte a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Tem como tema “O café brasileiro na atualidade” e ele se mostra como uma descrição de um mapa em que quer demonstrar o Brasil como o maior exportador de café no mercado mundial, informando dois detalhes que merecem ser considerados: que ocupa a segunda posição entre os países consumidores da bebida e que responde por um terço da produção da produção mundial, colocando-o como o maior produtor mundial a mais de 150 anos.

O Brasil é o maior exportador de café no mercado mundial e ocupa a segunda posição, entre os países consumidores da bebida, respondendo por um terço da produção mundial de café, o que o coloca como maior produtor mundial, posto que detém há mais de 150 anos. Conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a cafeicultura brasileira é uma das mais exigentes do mundo, em relação às questões sociais e ambientais e há uma preocupação em se garantir a produção de um café sustentável. A atividade cafeeira é desenvolvida com base em rígidas legislações trabalhistas e ambientais. São leis que respeitam a biodiversidade e todas as pessoas envolvidas na cafeicultura, e que punem, rigorosamente, qualquer tipo de trabalho escravo e/ou infantil nas lavouras. As leis brasileiras estão entre as mais rigorosas entre os países produtores de café.

Brasil: Mapa representativo das regiões produtoras de Café.

MINAS GERAIS: localizado na região Sudeste, Minas Gerais é o maior estado produtor de café do Brasil, responde por cerca de 50% da produção nacional e é uma das principais fontes de cafés especiais do país. Praticamente 100% das plantações são de café Arábica, cultivado em quatro regiões produtoras: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas e Matas de Minas, que exportam seus cafés pelos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

ESPÍRITO SANTO: é o segundo maior estado produtor de café do país e o principal produtor de Conilon (Robusta). Com plantações de café Conilon nas áreas mais quentes ao norte, região chamada de Conilon Capixaba, e de Arábica ao sul, região conhecida como Montanhas do Espírito Santo, o estado é grande fornecedor do mercado brasileiro e escoar seus cafés especiais pelo porto de Vitória.

SÃO PAULO: é um dos mais tradicionais no cultivo de café. Sua produção é exclusivamente de Arábica, distribuída em duas regiões: Mogiana e Centro-Oeste Paulista, que alternam fazendas com pequenas propriedades e produzem cafés especiais em áreas específicas. São Paulo abriga o porto de Santos, que escoar cerca de 2/3 das exportações de café do Brasil.

BAHIA: está localizado na região nordeste do Brasil, de clima quente e temperaturas mais altas. São duas as regiões produtoras de café no estado: Planalto da Bahia e Cerrado da Bahia, onde se cultiva. Arábica. Ao sul do estado também há áreas onde se produz café Conilon (Robusta).

PARANÁ: é o estado produtor de café localizado mais ao sul do país. Apenas café Arábica é cultivado em plantações adensadas, que usam variedades adequadas ao clima mais frio da região. Outrora o maior estado produtor do país, vem recuperando sua produção com forte ênfase no processo de cereja descascado.

RONDÔNIA: localiza-se na região norte do país. Com uma produção anual de aproximadamente 2 milhões de sacas, o estado produz exclusivamente café Conilon (Robusta). A cafeicultura é tradicional e familiar, com pequenas propriedades.

Recorte 2 - Fonte: CONAB.

Analisando essas afirmativas, podemos observar que são coerentes a um mapa temático, pois os mapas são uma expressão da necessidade humana de conhecer e representar determinada região e seu espaço ou mesmo porções, porém podem ser emitidos como carta bibliográfica, ou seja, uma descrição de mapas impressos, podendo ser ainda uma crítica ou descrição ou análise cartográfica. Os mapas podem ser descritivos quando se referem a peças, utensílios, imagens, figuras de regiões e ou espaços dominados ou de interesse do homem (OLIVEIRA, 1993, p. 75).

Como mapa temático, temos que possui um tema que está declarado em seu título “*O café brasileiro na atualidade*”, mostrando do que se trata, o local do acontecimento e a data: café produzido no Brasil no momento atual, favorecendo o “raciocínio, a reflexão e a organização mental do Leitor”, conforme ensina Martinelli (2009, p. 34).

Nesse pensamento, temos que o autor continua em seu discurso sobre o café e sua produção afirmando que:

Conforme dados do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa), a cafeicultura brasileira é uma das mais exigentes do mundo, em relação às questões sociais e ambientais, e há uma preocupação em se garantir a produção de um café sustentável [...]. (Recorte 2)

Os autores do mapa/texto continuam dizendo sobre os principais lugares produtores de café no Brasil, caracterizando-os numa abordagem qualitativa que busca “demonstrar” ou “representar” o quê ou como cada estado brasileiro comporta estatisticamente na atualidade, considerando as diversidades entre as regiões - ou conjunto de detalhes especiais que individualmente possuem - significando seus espaços e suas posições no cenário social e no comércio interno e internacional.

Esses espaços utilizados pelo autor são simbólicos e procuram representar dentro de cada Estado da Federação as regiões de produção dos cafés com qualidade a nível internacional.

Pode-se dizer que, da forma como é descrito, há uma sobreposição coincidente dos “mapas” dos estados e das regiões produtoras de café. Existe uma opacidade do espaço físico que é significado enquanto estado federativo e depois resinificado enquanto região produtora de café. É notório que, na produção da imagem do mapa, administra-se o sentido sobre o espaço.

Seguindo na análise desse mapa desenvolvido pela ABIC, observa-se que, na caracterização dos Estados, iniciou com o subtítulo *Brasil: Mapa representativo das Regiões produtora de café*. Analisando o objetivo desse subtítulo, nota-se que a palavra “Mapa” produz dois sentidos que levam a um impasse, que toma corpo na ambiguidade ali presente.

Há uma contraposição. No primeiro momento a palavra produz o sentido de pertencer como sigla do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Num segundo momento, a palavra quer referir-se a um desenho cartográfico no qual informa-se sobre os estados brasileiros produtores de café de qualidade. Há uma dupla informação; e, para que haja a distinção dos significados, adota para o mapa que representa o lugar, o território, a região e o estado o termo “mapa/texto”.

A abordagem ordenada da ABIC caracteriza as relações de ordem entre os conteúdos dos lugares ou Estados em seus conjuntos espaciais. Ao citar os Estados com seus detalhes em relação à produção cafeeira, inseriu a abordagem quantitativa conforme orienta Martinelli (2009, p. 36).

A disposição dos Estados no mapa/texto segue uma ordem decrescente de produção a nível nacional, e o conteúdo de cada um desses mapas aborda a localização da (s) região (ões) produtora (s), a dimensão da produção, os principais tipos de culturas, as regiões produtoras e as principais colocações da produção: exportação e/ou consumo interno. Dessa maneira, esclarece como se legenda fosse, com todos os detalhes importantes, de maneira metódica, levando em conta os elementos básicos, o conteúdo, a expressão cartográfica descritiva em uma execução técnica. Obedece ao conjunto de regras que definem as características dos diversos elementos que concorrem para a elaboração de um mapa, onde as representações de elementos destinados a completar o mapa, venham facilitar a leitura, conforme esclarece Martinelli (2009, p. 88; 193; 219).

Diante de todos esses destaques, é importante salientar que a produção cafeeira no Brasil ocorre, como se nota, em diversos estados, além de Minas Gerais.

Apesar dessa realidade, o estado mineiro será o maior alvo dessa pesquisa, pois é com base nele que as principais informações desse trabalho serão apresentadas.

Observa-se, brevemente, que os espaços geográficos afetam as características do café, dando-lhes caracteres específicos que são institucionalizados e significados enquanto “*terroir*”. Esse processo será retomado mais à frente quando trataremos do movimento de nomeação dos cafés a partir do espaço geográfico no qual ele é cultivado.

2.5. *Terroir* e as qualidades do café mineiro

O café mineiro tem grande destaque no mercado mundial, em razão de sua “qualidade”, sentido esse que se constitui em relação a diversos aspectos da sua

produção. Seriam, assim, inúmeros os fatores que justificariam a importância e o destaque concedido ao café de Minas Gerais. Muito além de apenas qualidade que se constitui como efeito de sentido relacionado ao sabor, o café mineiro se tornou um movimentador da economia brasileira, e, atualmente, o café é uma importante fonte de receita para centenas de municípios, além de ser relevante na criação de postos de trabalho na agropecuária nacional. O expressivo desempenho na produção, beneficiamento, industrialização, exportação e do consumo interno conferem sustentabilidade econômica ao produtor e sua atividade correlatas (BRASIL, 2018, s.p.).

No “Café das Montanhas do Sul de Minas” são encontrados padrões interessantes de qualidade dos grãos e aromas em um sistema diferente de ocupação de terras e distribuição da produção, possuindo uma quantidade expressiva de estabelecimentos familiares.

As quatro regiões mineiras apresentam-se com *terroir* característicos, e seus produtos, com certificação e selos de qualidade com Indicação Geográfica – IG e Origem de Procedência – OP, são distintamente encontrados:

1. Nas regiões mais frias, como as Serras do Sul do estado de Minas Gerais, onde o café apresenta-se encorpado, com acidez de média a fraca, de característica cítrica e doce;
2. Na região das Matas de Minas onde o café produzido em áreas montanhosas impede uma mecanização da lavoura. Por esse motivo o café da Mantiqueira é fino e de altíssima qualidade, que o caracteriza como um café mais encorpado, doce, com acidez acentuada, mas equilibrado;
3. No Cerrado mineiro, com predomínio do bioma Cerrado, e por isto, os cafés caracterizam-se pelo aroma intenso com notas de chocolate, caramelo e nozes, acidez delicada, corpo moderado, sabor adocicado com finalização longa;
4. Na chapada, confrontante com as montanhas capixabas, os cafés especiais ali produzidos apresentam corpo médio a encorpado, com sabor intenso adocicado, aroma achocolatado e sabor cítrico ou acidez frutada mediana, que confere equilíbrio à bebida.

Antes, é preciso salientar que o Brasil é o segundo país que mais consome café no mundo. Minas Gerais enxergou a oportunidade e substituiu o garimpo do ouro pelo cultivo do café. Cultivar por longos anos permitiu que o estado conhecesse bem este grão e identificasse quais as melhores condições para o seu cultivo; tanto é que em algumas regiões mineiras o café melhor se desenvolveu e ganhou visibilidade mundial.

Alguns estudiosos do tema ressaltam que, se Minas Gerais fosse um país, seria o maior produtor de café a nível mundial. Inclusive, maior que todo o Brasil, que o Vietnã e até mesmo o dobro da Colômbia. Apesar de existirem diversas fazendas espalhadas por todo o estado, algumas regiões ganham destaque como as maiores produtoras. Tais regiões são: o Sul de Minas, o Cerrado Mineiro, a região das Montanhas de Minas e a região do Vale do Jequitinhonha, identificações estas desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) (BATISTA, 2014, p. 68).

O SEBRAE, através de sua agência de notícias – Agência SEBRAE de Notícias (ASN) – mostra, em sua edição de 03/08/2015, intitulada “O Café no Baixo Jequitinhonha”, a distribuição percentual da produção cafeeira no Estado de Minas Gerais pelas quatro regiões produtoras.

A Chapada de Minas responde por 4% da produção mineira. As outras são: Sul de Minas (47%), Mata de Minas (no leste mineiro, com 30%) e Cerrado de Minas (região Triângulo e Alto Paranaíba, com 19%).

A região das Montanhas de Minas é compreendida pela Região do Sul de Minas e a Zona da Mata mineira, formada por 63 municípios que produzem os cafés especiais com sabor adocicado, aroma intenso e vivem as notas florais e cítricas. No total são cerca de 36 mil produtores e 275 mil hectares plantados, o que configura uma vasta área a ser explorada para o cultivo cafeeiro. Nessa região, a produção cafeeira fechou o ano de 2016 com mais de 15 milhões de sacas produzidas. As variedades de plantas cultivadas são várias como Bourbon, Topázio, Icatu, Catuaí, Rubi e outras.

A maior característica da região é o café com aspecto encorpado, com aroma frutado e ácido, como bem descreve a Revista Cafeicultura, em sua edição de 2016.

A bebida característica é a do tipo Mole, para as peneiras com vãos de 17 acima e a do tipo Dura, para as peneiras de 14 a 17, moca e bica corrida (BATISTA, 2014, p. 69).

No Cerrado Mineiro, que engloba as regiões do Alto Parnaíba, parte do Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas, são produzidos cafés com corpo médio e sabor mais relacionado ao aspecto doce e de mediana acidez. Esta região é identificada pela sólida experiência protagonizada por organizações representativas dos produtores de caráter especializado (ORTEGA, 2005, p. 31). No cerrado, a bebida característica é a do tipo Mole (padrão Ouro), para as peneiras com vãos de 14 acima; a do tipo 3-4, de bebida Mole (padrão Prata), para as peneiras com vãos de 16 acima e a do tipo 4-5, bebida Dura, para as peneiras de 16 acima mais os mocas, além de outras classificações para cafés com padrão pouco inferior (BATISTA, 2014, p. 69).

A região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri é a mais nova região produtora de café e está sendo identificada como “A Região de/da Chapada”, sendo integrada por 22 municípios. Trata-se de uma região de grande extensão territorial e com produção significativa, em torno de 400 mil sacas de 60 quilos de café por ano, num rol de aproximadamente 3 mil cafeicultores, em uma área média de 40 mil hectares (VALVERDE, 2015).

Em função das condições de relevo da região – mais de 70% da área plantada são aptos ao uso de mecanização, o que facilita o manejo da lavoura e permite a produção de cafés de elevada qualidade –, praticamente 100% da produção são de variedade arábica, com destaque para o Catuaí e Mundo Novo. Cerca de 80% da produção são exportados e os demais 20% destinados às torrefadoras locais.

Considerando o impacto do relevo, constituição climática e a geográfica da região na produção cafeeira, é importante observar a abordagem das características climáticas específicas de cada uma dessas regiões produtoras já mencionadas. Inicialmente, será apresentado um panorama geral a respeito dos aspectos climáticos de Minas Gerais e, posteriormente, serão detalhados os aspectos específicos de cada região.

O relevo mineiro, de acordo com as descrições técnicas, é caracterizado pela predominância de planaltos, de maneira que o planalto que mais se destaca é o Atlântico, que abrange a maior parte do território nas direções leste, sudeste e sul. Em

decorrência desse tipo de estrutura geomorfológica, as altitudes são normalmente elevadas e variam entre 1200 e 1400 metros em relação ao nível do mar. Em virtude disso, existem dois tipos climáticos bem característicos: o tropical de altitude e o tropical propriamente dito.

O clima mencionado é o mais recorrente e apresenta temperaturas médias que costumam permanecer por volta de 26°C. Graças à definição climática, duas estações podem ser verificadas de forma bem clara: quente e chuvosa entre os meses de outubro e março, e outra estação seca e um pouco mais fria entre os meses de abril e setembro.

Especificamente sobre a região das Matas de Minas, pode-se dizer que se localiza em pleno bioma de Mata Atlântica, encaixada na porção leste do estado de Minas Gerais, percebendo-se nela uma grande área capaz de produzir café de qualidade. Como já mencionado anteriormente, a região das matas de Minas é constituída por 63 municípios produtores de café, de modo que grande parte dele está situada na porção norte da mesorregião geográfica da Zona da Mata mineira e uma pequena porção está localizada no sul da mesorregião do Vale do Rio Doce.

No que diz respeito ao aspecto climático, essa região conta com fatores ambientais favoráveis para a produção de café de qualidade. As características climáticas da região são influenciadas diretamente pela sua localização que se encontra na zona intertropical e, em decorrência disso, recebe considerável quantidade de luz solar durante todo o ano, principalmente quando se compara com outras zonas climáticas do planeta.

Sendo assim, considerando o regime térmico da região e que esse regime é influenciado pela quantidade de radiação solar, é possível destacar que o relevo acidentado na região das matas de Minas se mostra um fator climático, o que influencia na temperatura predominante da região. Além do mais, a geometria do terreno possui diferentes ângulos de exposição, principalmente nas encostas das montanhas, que impactam no total de radiação incidente na superfície do terreno.

Destaque-se ainda que o café arábica, mais produzido na região em questão, é oriundo de regiões de clima tropical úmido, sustentado por temperaturas amenas,

sendo que a temperatura do ar elevada reflete no crescimento e na produtividade desse tipo de café.

No sul de Minas, o clima e o relevo são favoráveis e acabam sendo aliados a uma produção artesanal do café. Possivelmente esses são os segredos da tão famosa região mineira na produção da bebida. Além disso, os fatores que garantem o sucesso são a completa dedicação em todas as etapas da produção, além de infraestrutura sólida e a concentração dos investimentos em pesquisa voltados à exploração do café.

No Sudoeste dessa região, existem cidades produtoras, a exemplo de Guaxupé, que possui a maior cooperativa do Brasil, denominada de Cooxupé, próxima as cidades de Varginha, Três Pontas, Poços de Caldas e Machado. Além disso, o Sul de Minas possui temperatura amena que varia entre 18°C e 20°C e altitudes elevadas que chegam até 1400m. As características da região permitiram que ela se tornasse uma das principais produtoras de café especial do Brasil.

Quanto ao Cerrado Mineiro, o que se percebe é um *terroir* determinado pelas características específicas da região. Na localidade, o ponto marcante é uma perfeita definição das estações climáticas, com verão quente e úmido e inverno ameno e seco. Sendo assim, é justamente o solo, a topografia, o clima e o sistema de cultivo que confeririam a única “identidade” ao café produzido no Cerrado Mineiro.

As altitudes da região variam de 800m a 1250m e temperaturas que variam entre 18°C e 23°C, além do índice pluviométrico de 1.600mm anuais. A localidade é livre de geadas e isso se mostra um importante benefício, pois as geadas representam uma das principais ameaças à produção cafeeira. Ressalte-se, ainda, que sua topografia plana traz benefícios à mecanização das lavouras que, dessa forma, são capazes de proporcionar diferenciais, tais como as floradas intensas e a maturação uniforme dos grãos, o que viabiliza a colheita mecanizada e concentrada de grãos uniformes e de bom aspecto de padronização.

Para abordar as qualidades de café mineiro foi imprescindível que se dividisse o estado em regiões específicas, que ganharam relevância pela produção intensa e harmônica do café. Isso, porque cada uma das regiões possui uma especificidade própria no processo produtivo cafeeiro e são elas que garantem a qualidade diferenciada de cada café mineiro nos seus quatro territórios.

Importante salientar que as regiões foram fragmentadas em grandes grupos a fim de facilitar a compreensão de sua identificação. Considerando a qualidade, de acordo com Souza (1996), essas regiões devem ser analisadas com especificidade onde se considera que o Brasil, especialmente Minas Gerais, busca estratégias para garantir a exportação de grandes quantidades para mercados exigentes em que há consumidores que desenvolvem o prazer de experimentar e degustar e pagam pelas especificidades que são extraídas do café, separando-o pelas origens regionais que possuem maneiras específicas de cultivo.

Nesse outro fator relacionado à qualidade do café produzido, está o manejo do cultivo, a classificação e o armazenamento. No cultivo do café, os processos técnicos e ambientais são utilizados em todas as etapas, desde o plantio até a colheita, incluindo a secagem, a separação dos grãos por buquê, aroma e peneiras e ainda a torra e a moagem. Ressalte-se que o registro do processo de produção, pontualmente, é uma demanda das certificações internacionais e assegura não só a qualidade do produto, mas evita contaminações de colheita e agrega valor ao café produzido.

O café como já dito, é uma bebida que se expressa diferentemente em função do local de plantio. É essencialmente um produto de *terroir*, ou seja, influenciado diretamente pelos aspectos ambientais, tanto os naturais quanto os humanos. Os diferentes métodos de cultivo, bem como as diferentes técnicas de colheita e de secagem, que refletem o “saber fazer” local e as condições particulares de clima, solo e relevo, associados às características genéticas das diferentes variedades, criam a identidade da bebida e implicam na não repetição das safras, seja no aspecto qualitativo, seja no quantitativo (ENSEI NETO, 2009 *apud* ABIC, 2019b).

Como ressaltam Borém e Friedlander (2009), a pluralidade dos sabores e aromas dos cafés são as suas marcas mais notáveis e precisam ser mais bem compreendidas e exploradas, para o bem da nossa cafeicultura. Por isto que regiões são marcadas por grandes variações no solo, na temperatura, na umidade relativa (UR) e na altitude, as quais influenciam a qualidade da bebida do café. Além das regiões e seus efeitos edafoclimáticos, a cafeicultura também é rica em formas de processamento que resultam em cafés com distintas características sensoriais.

Os produtores do café do sul de Minas trazem consigo a tradição do cultivo do café e isto não se traduz somente nos números, mas, essencialmente, em qualidade e excelência. Os cafeicultores dessa região colecionam certificados e prêmios nacionais e internacionais que asseguram a qualidade dos seus grãos, que são vendidos para mais de 60 países do mundo como informa a ABIC (2019b). Quem produz o café nessa região é enfático ao apontar a natureza como um dos principais fatores que asseguram o sucesso na produção. Como já mencionado, essa região mineira é privilegiada para o cultivo do café de diversas maneiras, pois entram em conta a altitude, o relevo, a qualidade do solo e o clima, fatores estes que influenciam e garantem que o café produzido seja de qualidade e com características próprias desse território.

Nessas regiões mais frias, como as Serras do Sul do estado de Minas Gerais, com biomas de transição Cerrado - Mata Atlântica e com ocorrência de Campos Rupestres, altitudes maiores que variam de 800 a 1.400m, temperaturas médias anuais entre 12°C e 22°C e precipitação anual em torno de 1.500mm, o café apresenta-se encorpado, com acidez de média a fraca, de característica cítrica e doce (ABIC, 2019a).

Neste território sul mineiro observa-se as cidades que buscam esse mercado internacional por excelência. Temos, na região sul mineira, especificamente os municípios de Guaxupé e Muzambinho, como também a cidade de Poços de Caldas e arredores, que se destacam numa peculiaridade que merece destaque: a cidade de Poços de Caldas foi construída sobre a cratera de um vulcão extinto. Essa característica proporciona um *terroir* distinto, excelente para a produção cafeeira. Tanto que na região é possível encontrar uma grande quantidade e variedade do café Bourbon Amarelo, além de uma boa quantidade de Fox Bean. Próximo a Poços de Caldas, pelo lado de fora do vulcão extinto, existe aglomeração de destaque com arranjos produtivos locais (APL), como ocorre nas cidades de Campestre, Machado e Poço Fundo e arredores, onde está sendo implantada a Indicação Geográfica – IG, “Café das Montanhas do Sul de Minas” e onde são encontrados padrões interessantes de qualidade dos grãos e aromas em um sistema diferente de ocupação de terras e distribuição da produção, que possui uma quantidade expressiva de estabelecimentos

familiares, numa quantidade aproximada de 4.371 unidades e as não familiares, com aproximadamente 817 unidades (BATISTA, 2014, p. 49).

É importante ressaltar que a região do Sul de Minas se destaca como a maior produtora de café *gourmet* do mundo, principalmente em decorrência do seu *terroir* ideal para produção de cafés finos. É justamente no processo de torra controlado e homogêneo que se obtém um café com aroma equilibrado, doce e de acidez moderada, como já dito.

Na região das Matas de Minas, com bioma predominante de Mata Atlântica, temperaturas médias anuais mais amenas entre 18°C e 23°C, precipitação entre 1.400mm e 1.600mm e altitudes mais baixas de 400m a 1.000m, o café produzido é mais encorpado, doce com acidez acentuada, mas equilibrado.

Nesta outra região, o café das Serras Mineiras, mais especificamente da Serra da Mantiqueira, é marcado por tradição e modernidade associadas à qualidade internacional. Todas essas características são resultantes da combinação do clima frio de altitude, chuva hoje no verão e sempre justamente no período de maturação dos frutos e na colheita. O café produzido em áreas montanhosas impede uma mecanização da lavoura; por esse motivo, o café da Mantiqueira é fino e de altíssima qualidade, chegando a ser reconhecido e destacado em diversos concursos internacionais.

Apesar de estar suscetível à geada, o cultivo na região teve início em meados de 1800, porém a sua expansão aconteceu somente entre 1913 e 1925. Mesmo com o seu destaque nesses tempos, foi somente em 1996 que a tecnologia regional foi aperfeiçoada por meio da introdução de novas culturas, contemplando os ciclos precoces, médios e tardios. Além disso, a partir desse período se percebeu a adequação e a modernização da infraestrutura pós-colheita.

Assim como o café do Sul de Minas, o café da Serra Mineira possui Indicador de Procedência e Denominação de Origem com registro e que servem como certificados de qualidade de sua produção e do próprio café. É importante ressaltar que, apesar da Serra da Mantiqueira reunir municípios em três estados diferentes, quais sejam, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a indicação geográfica para a produção do café considera somente o café produzido nos municípios mineiros.

As regiões com estação seca bem definida, como o Cerrado mineiro, possuem predomínio do bioma Cerrado, e por isto, os cafés caracterizam-se pelo aroma intenso com notas de chocolate, caramelo e nozes, acidez delicada, corpo moderado, sabor adocicado com finalização longa. As características desse ambiente para a produção de cafés são peculiares por apresentar altitudes que variam de 700m a 1.200m, com precipitação anual em torno de 1.500mm e temperaturas médias anuais entre 18°C e 22°C. Nessas áreas, a implantação da irrigação favoreceu o aumento de produção e a expansão da área de cultivo, antes inapta, ABIC (2019a).

O café produzido no Cerrado Mineiro é cultivado em um *terroir* singular, pois como já mencionado, a combinação entre estações climáticas bem definidas, com verão quente e úmido e inverno ameno e seco favorece consideravelmente o cultivo cafeeiro. De modo geral, o café da região possui características específicas quanto ao aroma (que é intenso, com notas variando de caramelo a nozes), onde distingue-se em relação à sua acidez que é delicadamente cítrica, quanto ao seu corpo que pode variar de moderado a encorpado e em relação ao sabor que, quase sempre, é adocicado com aspecto de chocolate com buquê de longa duração.

Em 2014, a denominação de origem do café do Cerrado Mineiro foi lançada nos Estados Unidos, na Feira da Associação de Cafés Especiais e, na época, foi a primeira região produtora de café do Brasil a receber o selo. Esse reconhecimento se deu em razão das características do café somadas à habilidade na produção.

Essa conquista permitiu que o café do Cerrado Mineiro fosse ainda mais valorizado no mercado externo. Desse modo, esse café pode ser vendido como um produto com indicação geográfica "IG", o que assegurou a sua garantia de origem "GO", de procedência "GP", ou seja, a certeza de ser um café com características específicas do próprio clima, do solo e do manejo especial da região produtora. Neste território estão inseridas as principais cidades produtoras que são Patrocínio, Monte Carmelo, Araguari, Patos de Minas, Campos Altos, Unaí, Serra do Salitre, São Gotardo, Araxá e Carmo do Paranaíba.

A região do Alto Jequitinhonha apresentou aptidão para produzir cafés de qualidade (bebida "mole", "apenas mole" e "estritamente mole"). Nesta região, confrontante com as montanhas capixabas, também do bioma Mata Atlântica, onde

encontram as temperaturas médias anuais que variam entre 15°C e 22°C, precipitação média anual de 1.400mm em altitudes entre 650m e 1.200m, os cafés especiais ali produzidos apresentam corpo médio a encorpado com sabor intenso adocicado com aroma achocolatado e sabor cítrico ou acidez frutada mediana, que confere equilíbrio à bebida (ABIC, 2019a).

Essa região da Chapada, integrada por 22 municípios localizados nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, é uma região de grande extensão territorial com 3.000 cafeicultores que possuem uma produção significativa, em torno de 400 mil sacas de 60 quilos de café por ano, em uma área média de 40 mil hectares.

Em função das condições de relevo e clima da região, mais de 70% da área plantada estão aptos ao uso de mecanização, o que facilita o manejo da lavoura e permite a produção de cafés de elevado padrão de qualidade, com praticamente 100% da produção sendo da variedade arábica, com destaque para o Catuaí e Mundo Novo.

Por ser a mais nova região produtora de cafés finos com uma produção de cafés cereja descascado, buscam organizações administrativas, seja por cooperativa ou associação, com o objetivo de promover o fortalecimento dos produtores para que a região avance, aumentando o volume produtivo, a qualidade e a renda de toda a comunidade.

Acreditam eles, os produtores, que ao fundar uma associação ou cooperativa, os produtores poderão buscar outras formas de valorização do café da região, seja pela Identificação Geográfica (IG) ou pelo sistema internacional de representatividade como “Comércio Justo”, “Fair Trade” e demais certificações disponíveis para o grão.

Este território da Chapada ou dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possui produtores que estão entre os finalistas dos concursos de cafés especiais e exportam para países como Japão, Europa e Estados Unidos e pertencem aos principais municípios produtores, como Diamantina, Presidente Kubitschek, Manhuaçu, Ervália, Araponga e Viçosa.

2.6. Políticas públicas adotadas para o café do estado de Minas Gerais

Políticas públicas estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que medeiam a relação entre Estado e sociedade. A gestão das políticas públicas depende fortemente, entre outras coisas, da capacidade técnica dos (as) servidores (as) públicos (as) e do orçamento público.

A despeito de sua importância para a economia e para a sociedade mineira, o setor produtivo rural correspondente à cafeicultura vem vivenciando um intenso processo de transformações e reajustamento, como decorrência da reestruturação tecnológica, migração rural/urbana, dos abalos advindos do setor de produção de fertilizantes, das variações cambiais e da inserção do setor cafeeiro de forma dependente na economia, característica comum aos demais segmentos produtivos rurais (SIMÕES, 2010, p. 11).

A cadeia produtiva do café abarca a produção de insumos, produção de mudas, cultivo do cafezal, beneficiamento do café, aquisição de maquinários, indústria, transporte e comercialização. Em decorrência de suas características, a produção do café é considerada a mais importante produção da agropecuária mineira. Quando se considera um sentido mais amplo, percebe-se que a cadeia produtiva do café envolve ainda os processos relacionados à geração de conhecimento e informação a respeito do produto e sua origem.

Nessa complexidade é imprescindível a existência de políticas públicas que viabilizem a valorização do café e a sua produção de maneira adequada, mesmo com todos os desafios. No Brasil, essas políticas públicas estão direcionadas aos esforços que envolvem as tecnologias de manejo da cultura, a conservação do solo, das águas e da nutrição das plantas. Além disso, é possível notar políticas públicas impactando diretamente a produção cafeeira, voltadas para o financiamento, emprego, certificação da qualidade, regulação dos mercados nacionais e internacionais, entre outras.

Para se compreender toda a influência das políticas públicas na produção do café teríamos que voltar à análise para o período da aliança oligárquica ocorrida entre os anos de 1889 e 1930. Tendo em vista os propósitos da pesquisa, entende-se que é relevante somente a menção aos períodos históricos que exerceram influência, de

maneira direta ou indireta, na construção das políticas públicas da maneira que se compreende atualmente.

Além do período da aliança oligárquica, acima mencionado, é possível citar o período do pacto populista, entre os anos de 1930 e 1964, o período militar que aconteceu entre 1964 e 1985, e o período do pacto democrático e liberal que aconteceu a partir de 1985 e é o período em que o Brasil se encontra hoje. A compreensão da importância histórica desses períodos serve de base para fundamentar a necessidade de políticas públicas voltadas para a produção do café.

Afirma-se isto, porque em todos os períodos citados percebeu-se uma busca dos produtores de café por um suporte do governo que viabilizasse a produção sem qualquer óbice, de maneira que fosse possível a exploração da atividade com todas as garantias e recursos possíveis.

Iniciativas político-financeiras gestadas pelo Estado tiveram como consequência desenvolvimentos regionais pelas dinâmicas interagidas pelos fatores naturais, socioeconômicos e políticos numa recuperação ao período da regulamentação estatal, com interrupção da produção e negócios no início de 1990 observados os negócios Colombiano em relação ao Brasil (ORMOND *et al.*, 1999 *apud* PEROSA, 2017 p. 31).

A partir desse ano, produtores passaram a se organizar por meio de cooperativas e associações (inicialmente no Cerrado Mineiro) onde desempenharam grande estímulo às organizações representativas dos produtos de caráter profissionalizante que, num primeiro momento, tentaram beneficiar somente os produtores nas questões produtivas e comerciais, mas logo passaram a incentivar ações a novos mercados com políticas organizacionais, (ORTEGA, 2005; BARRA *et al.* 2007 *apud* PEROSA, 2017 p. 31).

As propostas governamentais para o desenvolvimento da cafeicultura, ficaram mais aceitáveis e interessantes pelos sujeitos em seus próprios territórios, passando a receber oportunidades através de políticas públicas que já vinham sendo implementadas, como: a Agricultura Familiar (lei estadual nº 11.405 de 1994); a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS; o Conselho Estadual de

Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS que, através da participação cidadã, dá condições de participações às associações de agricultores familiares, assentados e entidades civis afins; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com financiamento à agricultura familiar; o Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar – PAA, com garantias de venda da produção por preço mínimo; e muitas outras políticas que sempre foram administradas por autarquias que objetivavam o desenvolvimento rural e de todos os seus sujeitos envolvidos.

Outras atitudes governamentais ocorreram. Porém, há de se considerar as diferentes iniciativas dos produtores mineiros, que vinham encarando crises em tempos distintos e em condição que tornavam a cafeicultura brasileira uma constante luta para se firmar como fornecedora de café com qualidade no mercado internacional, identificado como “mercado Premium de café”.

Foi necessária a iniciativa de produtores em se organizarem, fato que ocorreu a partir do ano de 1990. Associações e cooperativas foram criadas para defender a proposta de auxílio aos produtores no quesito produção e comercialização (FARINA, 1999; ORTEGA, 2005).

Estas iniciativas obtiveram maior força nas regiões onde a produção se destacava pelas qualidades e quantidades produzidas nos diferentes *terroir* de café mineiro. Nessas regiões produtivas surgiram as cooperativas que, por diferentes interesses de conquista de mercado, buscavam, num primeiro momento, demonstrar interesses no auxílio aos produtores, mas posteriormente passaram a incentivar ações de caráter político-organizacionais tendo como objetivo novos mercados (BARRA *et al.* 2007; SILVEIRA, 1997).

Para alcançar este objetivo, as organizações salientaram e buscaram despertar nos cafeicultores o sentido de patriotismo e ou bairrismo regional com orgulho, a partir do que passaram a defender suas regiões e a população cafeeira como produtoras de qualidade e quantidades sem, contudo, possuírem documentos ou outros dados que sustentassem tais anseios.

Era apenas um ideal. Ideais de maneiras diferentes em tempos e regiões que tornaram atitudes respaldadas em políticas protecionistas onde buscaram a se igualar às regiões que experimentaram com sucesso as políticas de ligação do produto à

região produtora de origem; ou seja, produtos distintos ligados a regiões distintas, experiências já ocorridas em Minas Gerais e no Brasil como o Queijo da Serra da Canastra, a Aguardente Mineira de Salinas em Minas, a cachaça de Parati no Rio de Janeiro e os Vinhos do Vale de Vinhedos no Rio Grande do Sul, etc., (BATISTA, 2014, p. 13; 29).

Com essas intenções de mudanças por melhores condições para a cafeicultura mineira, após o ano de 1990, políticas agrícolas brasileiras radicais mudam para novos direcionamentos, que tornaram possível ressignificar conflitos pela terra ressignificando um sujeito social que se encontrava escondido/oculto nos latifúndios e porções de terras desprezíveis como uma atividade com a agricultura comercial e como um agricultor do tipo familiar, (MARTINS, 2003 *apud* BATISTA, 2014 p. 53).

O papel do Estado no desenvolvimento econômico sugeriu considerar as sociedades como detentoras de um “capital social” latente ou manifesto, entendido como um diferencial na busca da eficiência na implementação de políticas públicas (ANDREWS; KOUZMIN, 1998 *apud* DUTRA *et al.*, 2009).

O fundamento desta vertente foi a ideia de se ampliar o foco das políticas até então adotadas, reconhecendo-se que o Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento ao estabelecer conexões com estruturas sociais existentes, visto que o papel das instituições na indução da mudança social indica o esgotamento dos dois eixos paradigmáticos principais da intervenção pública, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo clássico, quando ele, o Estado, era visto como a força impulsionadora de todo o desenvolvimento (DUTRA *et al.*, 2009).

Com o intuito de mostrar e despontar com seus cafés no cenário internacional, foram adotadas iniciativas interessantes pelos grupos de cooperativas e associações de produtores. Após várias investidas, puderam observar que outras regiões, com produtos específicos, sobressaíam internacionalmente com qualidade e bons resultados econômicos. Utilizando-se de autarquias estaduais agrícolas que tinham conhecimentos científicos através de pesquisas e com os devidos conceitos até então adquiridos tiveram a iniciativa de fomentar a produção com a qualidade desejada.

Com a influência das diferentes autarquias já existentes, observou-se que, com a lei n. 11.405 de 1994, foram criadas diretrizes para a articulação de desenvolvimento

ambiental, econômico e social nas políticas públicas rurais de Minas Gerais. Após esta iniciativa, autarquias foram criadas e merecem destaque, conforme aponta Batista (2014, p. 46):

A Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER presta o serviço de extensão rural, com atuação mais marcante junto aos agricultores familiares e aos produtores de pequeno porte. A Fundação Rural Mineira – RURALMINAS presta assistência nos perímetros de irrigação, que beneficiam centenas de famílias no campo. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG realiza pesquisa de novas tecnologias de produção, também em articulação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, as universidades públicas e Institutos Federais. A questão sanitária e a certificação cabem ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, o qual, dentro do contexto do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária – SUASA, atua de forma integrada aos órgãos federais e municipais de defesa sanitária. (BATISTA, 2014, p. 46)

Antes mesmo de falar sobre as características específicas do café em cada região, é importante mostrar e fazer a distinção entre denominação de origem “DO” e indicação de procedência “IP”, requisitos essenciais para identificar a qualidade⁶ de determinado produto, no caso, do café. Nesse sentido, tanto a denominação de origem “DO” quanto a indicação de procedência “IP” são maneiras de identificar um padrão de qualidade, encontrada nas delimitações de um lugar geográfico em que se encontra a produção padrão do grão de café. Isso, porque a busca por café de qualidade se mostra constante numa crescente produção do mercado cafeeiro mundial. No Brasil, os processos de indicação geográfica “IG” contribuem imensamente para apurar a qualidade do café.

Assim, de acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI, as indicações geográficas são referentes a produtos ou serviços que possuam uma Origem Geográfica (OG) determinada. O registro reconhece reputação, qualidade e características que estão associadas ao seu local de produção. As indicações geográficas no Brasil assumem dois tipos: Indicação de Procedência (IP) e

⁶ A qualidade referida é aquela obtida com os indicadores apontados à página 39 que são aplicadas de maneira cuidadosa e específica a cada IP; IG; OG; DO.

Denominação de Origem (DO). Tratam-se de dois registros diferentes que não estão submetidos a uma hierarquia ou ordem de solicitação. No produto, essas indicações normalmente são representadas por selos.

Na prática, o registro de Indicação de Procedência (IP) assegura a tradição histórica da produção do café em determinada região. Já a Denominação de Origem (DO) aponta que as características de qualidade e do sabor do produto que estão associadas exclusivamente ao ambiente onde ele é produzido, assim como aos processos produtivos e tecnológicos utilizados no território.

Após a conceituação desses indicadores, é possível trabalhar com os recortes já mencionados, considerando a importância da certificação, da Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

2.7. Como a legislação recorta e significa o espaço geográfico

A representação do espaço geográfico produz uma série de formulações conflitantes, pois diz respeito à intervenção do homem sobre o meio, como produto das relações humanas e suas práticas atreladas às questões subjetivas, culturais e sociais. Nesses espaços, os sujeitos se identificam por suas marcas cotidianas complexas, práticas e formas de vida.

Milton Santos (2007, p. 63) afirma que o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de ações não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no que a história se dá. Esse “quadro único” pode ser considerado uma sedimentação de sentidos a partir da perspectiva discursiva.

Canzi e Teixeira (2017, p. 2), citando Lefebvre, mostra que:

[...] o espaço faz parte das forças e meios de produção. É produto dessa mesma relação. É parte essencial desse processo. O espaço tornou-se, para o Estado, um instrumento político de importância capital.

Ao afirmar que o espaço não existe em “si mesmo” e que o espaço é produzido, Lefebvre compreende o espaço como categoria analítica que o pensamento permanece em sua dimensão abstrata e, como produto social, desvela-se no real-concreto (LEFEBVRE, 2006, p. 03-10 *apud* CANZI; TEIXEIRA, 2017, p. 2)

A história mostra que os limites que recortam e significam o espaço geográfico são produzidos à medida que sujeitos ou comunidades de sujeitos se instalam, formando um conjunto de sistemas interessantes de práticas culturais individuais e coletivas que sofrem as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração de produtos que firmam como atividade de subsistência econômica e patrimonial. Pode-se dizer ainda que a produção do espaço geográfico é resultante das atividades sociais nas esferas econômica, cultural, educacional, além de outras. Por esse motivo, compreendê-lo é também uma forma de entender o próprio ser humano e a estrutura das sociedades (PENA, 2020).

Sabendo que o espaço é uma produção social pelas atividades práticas dos seres humanos ao fazerem sua história, atentamos ainda para as considerações de Lefebvre (1993) sobre o espaço:

O espaço não é apenas econômico. Onde todas as partes são intercambiáveis e têm valor de troca. O espaço não é apenas político para homogeneizar todas as partes da sociedade. Ao contrário... O espaço continua sendo um protótipo permanente do valor de uso que se opõe às generalizações do valor de troca na economia capitalista sob a autoridade de um Estado homogeneizador. O espaço é um valor, mas ainda assim é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é nossa vida, nosso valor de uso fundamental. O tempo desapareceu no espaço social da modernidade (LEFEBVRE, 1993, p.132).

De acordo com Milton Santos (2007, p. 253), “*O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social*”. Assim, faz a seguinte afirmativa:

O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que não se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social (SANTOS, 2007, p. 253).

Esses acontecimentos vêm sendo formalizados a partir de sistemas de controle e organização social como as leis e regulamentações que chancelam ou prescrevem as ações dos sujeitos envolvidos ocupantes dos espaços onde se instalam, modificando seus limites nas regiões geográficas por diferentes maneiras e objetivos.

As leis, isoladas ou em conjunto, regularizam determinadas matérias ou ciências, para organizar e regradar a vida de um grupo de sujeitos, ou seja, o que popularmente se chama de ordem jurídica e que estabelece condutas e ações aceitáveis ou recusáveis por um indivíduo, instituição, empresa, entre outros.

As leis são as regulamentações que produzem sentidos sobre o espaço de tal forma que distribuem, administram e organizam as práticas das atividades que formalizam, e incidem em todos os espaços e territórios recortando seus limites conforme cada sujeito ou grupo de sujeitos, com especial atenção para as atividades cafeeiras que ocupam áreas a cada nova lavoura que são incentivadas pelas políticas agrícolas de incentivo aos interesses dos sujeitos envolvidos.

As leis dão corpo, textualizam os sentidos que estão em funcionamento em certo espaço simbólico, significando-o enquanto espaço “oficial” ou “chancelado pelo Estado” e dando legitimidade às formas por meio das quais o espaço é ocupado e modificado pelos sujeitos que adquirem uma ligação afetiva, de aconchego em uma convivência mais próxima.

Sobre esse processo de ocupação promove-se a modificação do espaço adequando-o aos interesses da comunidade ocupante que culminou no desenvolvimento das civilizações, dotadas de seus espaços, sem os quais não seria possível ter referências sobre elas. O espaço é parte constituinte da sociedade que o constrói e, de certa forma, reflexo dela, sendo o produto de suas visões de mundo, práticas sociais, religiões, culturas e, claro, de seu poder, podendo dizer que o nosso espaço atual é fruto não só da sociedade contemporânea, mas também um produto de seu passado (PENA, 2020).

Além das formas pelas quais os espaços são significados na e pela lei no que diz respeito à sua ocupação, podemos pensar em termos de lei como aquilo que regulamenta e administra as relações sociais previstas em certo espaço simbólico; e este mesmo autor escreveu:

Mas é importante também conceber que o espaço geográfico possui diferentes dinâmicas e relações, carregando consigo os valores morais da sociedade. Em muitos casos, relações de poder são estabelecidas e o espaço passa a ser apropriado, ou seja, controlado. Essa apropriação pode receber limites e fronteiras (a exemplo do território

nacional), mas em outros casos não (como os territórios dos traficantes nas favelas, quando os limites não são muito precisos). Por isso, torna-se importante a compreensão do *território*, que é o espaço delimitado a partir das relações de poder, podendo se apresentar em várias escalas (do local ao global) e também em múltiplas formas (contínuo, em rede, etc.) (PENA, 2020, s/p).

Em 1964, o Estado, compreendendo a situação em que se encontravam os espaços de produção na agropecuária brasileira, resolve propor uma política agrícola que, em tese, pretendia uma reforma agrária para qualificar e regular as produções e as ocupações dos espaços dessas produções por todo o país. Para tanto, lança a lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que podemos compreender enquanto uma proposta de recortar e significar o espaço rural (que viria modificar também o geográfico) propondo o “Estatuto da Terra” que inicia com três artigos fundamentais que deram o Norte, ou seja, a meta do que se pretendeu com a lei, e, assim, tem-se no primeiro artigo, o objetivo do que se pretendia, assim descrito:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, afim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (BRASIL, 1964, grifos meus).

Por meio do gesto de proposição dessa lei, a Nação Brasileira recortou as propriedades rurais para significar uma mudança no espaço geográfico objetivando o acesso a todos e um futuro de boas práticas que viessem garantir o bem-estar das famílias no âmbito social, como está demonstrado no segundo artigo da referida lei, como se mostra:

Art. 2º. É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. (BRASIL, 1964)

Para que a lei obtivesse respaldo e alcançasse seu objetivo, ela regulamenta este segundo artigo, dividindo-o em parágrafos para objetivar especificamente a função e dever da terra (propriedade rural), do Poder Público, do agricultor e do indígena e, no quesito da propriedade rural, assim, ficou estabelecido o § 1º:

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, 1964, grifos meus).

Ficou objetivamente demonstrado que, nos itens de “a” até “d”, a propriedade rural deveria favorecer o trabalhador com sua família quando labutassem com afinco e seriedade, produzindo o mínimo satisfatório, assegurando a conservação dos recursos naturais e garantindo os direitos trabalhistas daqueles que ostentam posse e auxiliam no cultivo. Na continuidade dessa intenção, o parágrafo segundo salientou a responsabilidade do poder público para com a Reforma agrária, afirmando:

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou quando as circunstâncias regionais o aconselhem em zonas previamente ajustadas, na forma do disposto na regulamentação desta Lei;
- b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo (BRASIL, 1964, grifos meus).

No trecho destacado no recorte acima, podemos observar certa organização do espaço que prevê / antecipa “zonas”. Ao mesmo tempo “previamente ajustadas”, reconhecem os processos por meio dos quais as zonas são constituídas, dando contornos específicos ao espaço. Ao mesmo tempo em que é reconhecida uma

organização não natural do espaço, é atribuída a responsabilidade dessa organização ao Poder Público, na forma de um “dever”.

O Estado compareceria com sua responsabilidade de promover e facilitar o acesso do produtor à terra, recortando-a para ressignificar o progresso pretendido onde for produtiva; fato que o café teve esta oportunidade, e foi bem aproveitada nas diferentes regiões onde obteve novas fronteiras, ressignificando seus espaços, com a ocorrência do progresso econômico do setor e o desempenho da função social individual e coletiva, colocando o Brasil no *status* que ocupa como um dos maiores produtores de café de qualidade do mundo. Nessa evolução ocorrida nas diferentes atividades rurais, e, em especial, no parque cafeeiro brasileiro, e, notadamente, no Estado de Minas Gerais, onde despontou as quatro regiões de *terroir* peculiar, com seus selos de qualidade num progresso técnico, cultural e científico, o fato apontado assegurou a posição de destaque no que diz à lucratividade, dominando o mercado com cafés com aroma e buquê surpreendentes.

Essa situação fez com que o agricultor viesse permanecer no espaço em que cultivou e modificou seus limites, respeitando as normas de contrato de trabalho como prescreveu o terceiro parágrafo do segundo artigo do Estatuto da Terra, que estabeleceu:

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas, sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho. (BRASIL, 1964)

Como está estabelecido ser da responsabilidade do Poder Público, este, vem assegurando os direitos que lhes são devidos, pelo fato de ser uma população nata desta Terra de Santa Cruz, onde os direitos foram assim descritos:

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas, de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas (BRASIL, 1964, grifos meus).

Na ordem, observa-se que o artigo terceiro, reconheceu o direito à propriedade em domínio das entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, sejam elas como

sociedades abertas ou cooperativas, desde que sejam submetidas às condições de democratização estabelecidas pelo Instituto Brasileiro da Reforma Agrária – IBRA, e assim o é:

Art. 3º. O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas, quer como sociedades abertas, constituídas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.), que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades. (BRASIL, 1964, grifos meus).

No trecho destacado, é possível observar que o reconhecimento dessa outra forma de ocupação do espaço, o condomínio na propriedade rural, dá a ver que, na organização, apresenta-se de formas distintas em cada ocorrência, sendo de responsabilidade do poder público o reconhecimento da legitimidade dessa forma de ocupação do espaço, principalmente no meio rural, por meio de lei.

No âmbito da lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, outros artigos propuseram modificações em diferentes setores da agropecuária; porém já nos basta as observações feitas até então para notar que ocorreram reformulações da lei, sem perder a finalidade com que foi criada, e, em seguida, surgiu o Decreto nº. 55.891, de 31 de março de 1965, que tratou de regulamentar esta lei.

Este decreto teve e tem a intenção de viabilizar a aplicabilidade da lei que, em seu enunciado, propôs melhorias na Reforma Agrária, através de uma Política Agrícola que novamente atravessasse os espaços geográficos utilizados pelos sujeitos agricultores, também os sujeitos produtores de café em Minas Gerais, em especial do Sul de Minas. Este decreto, no primeiro artigo, com dois subitens tratou do que se esperava da Reforma Agrária e da Política Agrícola, da seguinte forma:

Art. 1º A Reforma Agrária a ser executada e a Política Agrícola a ser promovida, de acordo com os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, na forma estabelecida na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, terão por objetivos primordiais:
I - A Reforma Agrária: a melhor distribuição da terra e o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, que atendam aos princípios da

justiça social e ao aumento da produtividade, garantindo o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio;

II - A Política Agrícola: a promoção das providências de amparo à propriedade rural, que se destinem a orientar, nos interesses da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País (BRASIL, 1965).

Com a preocupação de extinguir as pequenas porções de terras (propriedades rurais), bem como as propriedades com grandes extensões, este decreto assegurou o pleno emprego com harmonia para a industrialização do País. Quis este decreto uma relação entre o homem, a propriedade rural e o seu manuseio objetivando a justiça social e a produtividade com progresso e o bem-estar do trabalhador. O que podemos observar, no entanto, são os sentidos de organização do espaço sendo textualizados na lei, seja como reconhecimento seja como prescrição. Ou seja, as formas de ocupação são textualizadas na lei enquanto passado ou antecipa-se a ocupação como forma de “o que pode e deve ser feito” com o espaço geográfico. O funcionamento do imperativo, específico dessa discursividade, dá sustentação aos sentidos que ali se constituem.

Decorridos anos, surge a Nova Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a sexta desde que somos uma República. Essa Constituição vem novamente significar a importância dos espaços rurais assegurando os direitos dos sujeitos produtores sobre os espaços que produzem o sustento de suas famílias e aponta uma nova ordem para manter o agricultor no campo, dando-lhe, nesse novo momento, o direito à moradia, condição que favoreceu os produtores de café visto que cafezais são perenes, possuindo uma vida útil de em média de 25 anos, tempo mais do que suficientes para que ele venha criar raízes no lugar onde trabalham, transformando-se em sujeitos produtores moradores de um território produtor de café.

O art. 5º da CF determina ainda que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” sendo objetivamente apontado no inciso XXIII que a todos “é garantido o direito de propriedade”.

Face ao cafeicultores que labutam por muitos anos ao redor do pé de café necessitando de uma estabilidade social, o art. 6º desta constituição reconhece o direito dos cidadãos reafirmando o “direito de ter direito”, que sofreu modificação segundo a Emenda Constitucional nº 90 de 2015 que propôs nova redação deste artigo, intervindo nos espaços de modo geral para garantir os direitos sociais “a educação, a saúde, a *alimentação*, o *trabalho*, a *moradia*, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo meu).

A CF de 1988 também se preocupou com os lugares e ou territórios produtivos propondo uma política agrícola significada como segura, incentivadora, abrangente e interessante a todos cidadãos, especialmente interessante no nosso caso de estudo, ao cafezais e cafeicultores, conforme aponta o artigo 187:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo *produtores e* trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I - os instrumentos creditícios e fiscais;
 - II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
 - III - *o incentivo à pesquisa e à tecnologia;*
 - IV - *a assistência técnica e extensão rural;*
 - V - o seguro agrícola;
 - VI - o cooperativismo;
 - VII - a eletrificação rural e irrigação;
 - VIII - *a habitação para o trabalhador rural;*
- § 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais;
- § 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária (grifos meu).

Foi necessário incrementar as Políticas Agrícolas proposta pela CF/1988 e isso ocorreu em seu artigo 187 que veio ser regulamentado com a lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que incrementou tais Políticas, trazendo dentro “Dos Princípios Fundamentais”, essencialmente no primeiro artigo, o escopo do que se pretendeu:

Art. 1º Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais. (BRASIL, 1991)

Nota-se que esta lei se preocupou com as ações e instrumentos relativos à atividade rural de maneira abrangente como a produção, processamento e comercialização de tudo que se originou do rural, ou seja, de tudo que não se produz no urbano, de tal forma que esta lei recortou novamente a atividade rural para regulamentar e atribuir competências e, conseqüentemente, as “responsabilidades”. Não só o espaço é administrado por meio das leis, como também as atividades que ali se desenvolvem sob a grande etiqueta da “atividade rural”.

Nesta atividade, está inserido o lugar de atuação ou espaço em que domina e faz produção para o sustento de sua família, e, para tanto, traz o poder público com a responsabilidade de ativar e incentivar as políticas agrícolas para garantir os limites da posse produtiva, com os cuidados trabalhistas dos sujeitos envolvidos e do meio ambiente com seus recursos naturais. A partir dessa questão, esta lei firma e indica textualmente a responsabilidade detalhada das políticas que o poder público deverá assumir com sua publicação; e, assim, especificamente, constou o artigo 19:

Das políticas agrícolas

Art. 19. O Poder Público deverá:

I - Integrar, a nível de Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios e as comunidades na preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais;

II - Disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora;

III - *realizar zoneamentos agroecológicos que permitam estabelecer critérios para o disciplinamento e o ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas, bem como para a instalação de novas hidrelétricas;*

IV - Promover e/ou estimular a recuperação das áreas em processo de desertificação;

V - Desenvolver programas de educação ambiental, a nível formal e informal, dirigidos à população;

VI - Fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas;

VII - coordenar programas de estímulo e incentivo à preservação das nascentes dos cursos d'água e do meio ambiente, bem como o aproveitamento de dejetos animais para conversão em fertilizantes.

Parágrafo único. A fiscalização e o uso racional dos recursos naturais do meio ambiente são também de responsabilidade dos proprietários

de direito, dos beneficiários da reforma agrária e dos ocupantes temporários dos imóveis rurais (BRASIL, 1991, grifo meu).

Deste artigo, chama-nos a atenção o inciso III, que se preocupa com o zoneamento agroecológico no tocante ao “disciplinamento e ordenamento da ocupação espacial” produtiva, e os artigos 49 e 50, que demonstram a atuação financeira sobre o setor agropecuário, como forma de apoio à propositura da referida lei:

Art. 49. O crédito rural terá como beneficiários produtores rurais extrativistas não predatórios e indígenas, assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor...

Art. 50. A concessão de crédito rural observará os seguintes preceitos básicos:

... § 3º A aprovação do crédito rural levará sempre em conta o zoneamento agroecológico (BRASIL, 1991).

Incisivamente a legislação significa o espaço, produzindo sentidos sobre este. Recorta para ressignificar o espaço agrícola, dando a condição de um novo limite geográfico produtivo e com resultado, em especial, o parque cafeeiro de Minas Gerais, que distribuiu a produção cafeeira em regiões com características que levaram em conta o aspecto dos grãos, sabor encorpado tornando o paladar inigualável que forma um buquê instigante aos que sabem apreciar o que é bom. Estas condições vêm propiciando a obtenção dos selos de “Denominação de Origem - DO” e de “Indicação de Procedência – IP”.

Esta lei ainda promoveu uma das mais fortes incrementações em favor do produtor objetivando a fixação do homem à terra, economicamente incentivadora, o que provocou a expansão dos limites geográficos da produção. Deu sustentabilidade ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Este programa teve como regulamentação de seu incentivo, o decreto nº. 175 de 10 de julho de 1991, que assim se apresentou:

Art. 1º. Constituem objetivos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO):

I - Exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações;

II - Indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor rural em custeio rural, quando ocorrerem perdas em virtude dos eventos citados no inciso anterior (BRASIL, 1991a).

A implantação deste decreto deu confiança à produção rural porque livrou o produtor rural daquilo que sempre foi como um fardo a carregar. Livrou dos juros e tributos abusivos, dos prazos curtos e também das responsabilidades econômicas quando das ocorrências dos fenômenos naturais (geadas, chuvas de pedra, enchentes e outros) e das doenças coletivas, como as pragas daninhas sobre a produção rural, nas diferentes atividades desempenhadas por todo o território nacional.

É importante mostrar que o Estado de Minas Gerais criou a lei 11.405 de 28 de janeiro de 1994, que propôs a uma política de desenvolvimento agrícola, dando diretrizes para articular o desenvolvimento ambiental, econômico e social nas políticas rurais.

Em 24 de julho de 2006 surge a lei federal nº 11.326, que objetivou o estabelecimento de diretrizes para a formulação de uma Política Nacional para a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais sobre a qual Batista (2014, p. 37) esclarece:

[...] para efeito desta lei, considera-se “agricultura familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo, simultaneamente, a alguns requisitos”, dentre eles, não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁷, utilizar prioritariamente mão de obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, ter a renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, administrar seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Em suma, o espaço corresponde ao espaço construído e alterado pelo homem e pode ser definido como sendo o palco das realizações simbólicas nas quais estão as relações entre os homens e desses com a natureza.

⁷ Módulo Fiscal de Pequena Propriedade: imóvel com área entre 1 e 4 módulos fiscais. É a classificação do tamanho da gleba de terras explorada agricolamente, definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que varia de acordo com cada município.

Há um conjunto de ações inter-relacionadas e interdependentes em que o espaço é produzido pelo homem, no qual as práticas culturais de uma dada região determinam as atividades sociais ou econômicas que são resultados da produção social do espaço geográfico.

Neste contexto podemos focar a relação homem-terra visando a produção de alimentos, no caso específico em estudo, o café e o ramo próprio socioeconômico e cultural inserido nas regiões onde é cultivado. A atividade econômica atinge um âmbito nas relações regional, nacional e internacional.

O espaço geográfico de produção de café no Sul de Minas reconhece o saber fazer de produtos e serviços atribuídos a esta região que dispõe de regulamentos, com legislações específicas e marcos legais, promovendo suporte nos territórios geográficos que representam potencial adequado e eficiente para se enquadrarem no signo distintivo de reconhecimento nacional e internacional da qualidade do café. Estas indicações geográficas têm a destacar estudos e pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com foco nos potenciais do café de qualidade, como medida de valorização local e regional.

O objetivo deste estudo é identificar o lugar da geografia e a cartografia que se faz presente nestes locais, a legislação e o reconhecimento da territorialidade. As etapas do processo de trabalho constituem-se, na análise e estudos do espaço homem-terra, como principais atores que auxiliam no registro, instrução, divulgação, promoção e qualificação do produto, além da legislação e marcos legais descritos em lei, decretos, instituições normativas e resoluções, certificação, mapas e dados vetoriais para a realização de análise qualitativa, quantitativa, analítica e descritiva. São etapas que permitiram a esta pesquisa reconhecer que as indicações geográficas mostram as principais produções de cafés e apresentam algum tipo de transformação envolvida e que são algum tipo de controle do espaço territorial.

2.8. A significação do lugar, espaço e território na produção do café

As dimensões territoriais e as diversidades existentes, de clima, relevo, altitude e de solo, levaram, ao longo da história da implantação do café em Minas Gerais, à

adequação natural, ou seja, a seleção dos melhores espaços e lugares para a produção de cafés com qualidade. Em Minas Gerais, esta seleção natural identificou através das políticas públicas para o café, as quatro regiões produtoras, identificadas como: região do Cerrado Mineiro, região Montanhas de Minas, a região do vale do Jequitinhonha e Mucuri e o Sul de Minas - onde dedicaremos nossas observações e estudos. Nessas regiões, os produtores e todos os sujeitos envolvidos foram levados ao re/conhecimento de seus *habitats*, geograficamente identificados e adequados à exploração e cultivo do café, com qualidades específicas que viriam a satisfazer as necessidades degustativas de consumidores exigentes.

Compreendendo o significado da denominação de “lugar” nota-se que este é tido como uma localização espacial pontual, e, hoje, conforme demonstram Giometti, Pitton e Ortigoza *et al.* (2012, p. 35) deve ser visto sob duas óticas: “lugar e experiência” e “lugar e singularidade”.

Para a ótica “lugar e experiência”, assim descreveram os autores:

O lugar como experiência caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao ambiente. Nesta linha de raciocínio, o lugar é resultado de significados construídos pela experiência, ou seja, trata-se de referenciais afetivos desenvolvidos ao longo de nossas vidas. (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA *et al.*, 2012, p. 35)

Eles ainda propõem que lugar é onde os indivíduos têm vínculo afetivo, onde se encontram as referências pessoais e os sistemas de valores que induzem a diferentes formas de perceber e construir a paisagem, e o espaço geográfico e, para dar suporte aos seus entendimentos sobre “lugar e experiência”, ainda apontam a explicação de que:

[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança (RELPH, 1979, p. 156 *apud* GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA *et al.*, 2012, p. 35)

Giometti, Pitton e Ortigoza (2012, p. 35) ainda demonstram que “lugar e singularidade” são resultantes de características históricas e culturais inerentes ao

processo de formação. Estaríamos diante de uma dimensão histórica relacionada às práticas cotidianas, sendo que lugar surge do plano vivido. Para estes autores, pensar o lugar seria quando:

O lugar se representaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CASLOS, 1996, p. 16).

[...] significa pensar a história particular (de cada lugar), se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhes são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição mundial, (CASLOS, 1996, p. 20 *apud* GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA *et al.*, 2012, p. 35)

Formalizado o conceito de lugar, entende-se que deve ser diferenciado de espaço geográfico (com o qual pode vir a ser confundido) que é onde determinados grupos de sujeitos produtores exploram de maneira econômica e social uma atividade comum e vivem no interior desse espaço com alguns objetivos bastante semelhantes e aceitam que estes locais os identifiquem.

Procurando compreender com mais detalhes o significado do espaço que forma um território de uma região observa-se o trabalho de Saquet e Silva (2008, p. 7) onde citam a obra basilar de Milton Santos, "Por uma geografia nova" (1978), obra na qual o autor faz a seguinte conceituação:

[...] o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relação sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. "O espaço é um verdadeiro campo de força cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SANTOS, 1978, p. 122 *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p. 7).

No anseio de solidificar seus esclarecimentos os mesmos autores dão outras definições ao espaço, demonstrando que:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de umas práxis coletivas que reproduz as relações sociais. [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (SANTOS, 1978, p. 145 *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p. 7).

Para compreender de forma mais detalhada o espaço, temos que observar os apontamentos Santos (2016, p. 3):

Apoiados na concepção de Raffestin (1993) compreendemos território como frações do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação “o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN 1993, p. 128), isto é, organiza o território, seus interesses, necessidades, de maneira que suas ações revelam as escalas de poder existente. De tal modo que toda sociedade delimita uma porção do espaço para dominá-lo, o território (espaço de vivência). Em uma comparação o autor coloca o espaço como matéria prima e o território como a produção.

Raffestin (1993 *apud* SANTOS, 2016, p. 3) destaca que as categorias espaço e território não são termos equivalentes, sendo o espaço anterior a qualquer ação:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Observando a orientação de sentido já institucionalizada para espaço, apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 2000, p. 109) em que se esclarece que “O espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem, enquanto organiza economicamente e socialmente sua sociedade”, confrontamos com ensinamentos de Orlandi (2011, p. 694-695), que mostram que o modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los.

Numa outra visão, tem-se que o espaço é significado pela relação de poder, é político, e, segundo Brunet (BRUNET *et al.*, 1993 *apud* ORLANDI, 2011, p. 21), apresenta um entendimento em que:

O território não é um terreno, nem o ar da cidade. Ele não se reduz ao enraizamento dos camponeses a um lugar, e também ao apego dos cidadãos humanos a um bairro ou aos lugares que frequenta. Para

definir território é preciso algo mais e este algo mais é um sentimento de pertencimento (“eu sou daqui”) e de apropriação (“isto é, meu”, “esta é minha terra, este é meu domínio”). O território tende a projetar sobre certo espaço estruturas específicas de um grupo humano. Isto inclui um modo de classificação e gerenciamento do espaço, sua administração propriamente dita (BRUNET *et al.*, 1993 *apud* ORLANDI, 2011, p. 21).

Temos também que compreender o significado de espaço de maneira abrangente, maior, onde é tido como território e visto conforme o entendimento de Vargas (2002 *apud* BATISTA, 2014, p. 25):

O território é visto, então, como ambiente de interação e de inovação sistêmica e de aprendizado coletivo. O chamado *conhecimento coletivo* relacionado a proximidade territorial tende a conduzir o comportamento de uma região em relação ao “*como fazer as coisas*” (VARGAS, 2002 *apud* BATISTA, 2014, p. 25).

Santos (1985 *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p. 37) mostra que o sentido de território, como recorte espacial, está contido no sentido de espaço e o de espaço no de território, num movimento dialético e afirma:

O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial. (SANTOS, 1985 *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p. 37)

Os autores Giometti, Pitton e Ortigoza (2012, p. 35) entendem que território se configura como uma porção concreta do espaço geográfico, onde se revelam as diferenças de condições ambientais e de vida da população e citam que:

O território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias etc., ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza (SPOSITO, 2004, p. 112-113 *apud* GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA *et al.*, 2012, p. 35).

Assim, temos que território, como se pretende defini-lo na ótica da agricultura cafeeira, é utilizado como uma referência de lugar e espaço rural onde exista uma identidade peculiar e própria das regiões com algumas características específicas. Assim, o conceito de território tenta explicar alguns fenômenos geográficos que se relacionam à organização da sociedade e seus modos de ver, sentir e interagir pela aparência regional pertencente à comunidade nele instalado.

Neste sentido, o território é definido pelas relações de poder tecidas na existência de práticas sociais que fazem parte da vida. A partir do espaço, os atores sociais territorializam o espaço no momento que dele se apropriarem. Assim, a depender das diversas escalas, os atores sociais produzem territórios a partir de estratégias de seus interesses as quais comumente se chocam.

O território é essencialmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder (SOUZA, 2003, p. 78), no sentido de dominação e apropriação, de território usado destacado por Milton Santos (2001). Entretanto, é fundamental entender que espaço e território não são termos equivalentes nem tão pouco sinônimos. O espaço está em posição que antecede ao território, pois este é criado a partir do espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e especificidades. Assim retratam as diversidades culturais que, buscam na produção cafeeira do território, o reconhecimento de tais especificidades. E, para isto, observam-se as acepções de Santos a partir de Souza (SOUZA, 2009, p. 9):

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem é plenamente realizada a partir das manifestações da sua existência. [nesse sentido] a Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, na nação, do lugar. (SANTOS *apud* SOUZA, 2009, p. 9)

Em uma visão simbólica que confunde com a cultural, tem-se que o tributo humano é que nos diferencia dos demais seres vivos e refutam-se as percepções correntes até o início do século XX de que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural (determinismo geográfico) e/ou de que as

diferenças genéticas definem as diferenças culturais (determinismo cultural) (BATISTA, 2014).

Na identificação da identidade coletiva com vínculos territoriais definem-se as relações com os outros, formando imagens de amigos e inimigos, dos rivais e aliados. A dimensão cultural atua como “um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço” que marca diferença ou distinção entre as comunidades (SÉNÉCAL, 1992 *apud* BATISTA, 2014, p. 24).

Esta distinção ocorre entre as comunidades em função da formação histórica e social dos indivíduos pertencentes ao grupo que desenvolve costumes e hábitos distintos, face à região com sua geografia, clima e recursos naturais de sobrevivência, num sistema peculiar de formação dos sujeitos e ou cidadãos que compõem a comunidade rural com sentidos próprios de territorialidade. Territorialidade esta que Orlandi (2011, p. 20) define como espaço, ou seja, material como parte da produção de sentidos que se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação.

Esse sujeito/cidadão rural que pertence/forma a comunidade do território de hoje, possui um perfil bem distinto daquele de quando se implantou os primeiros cafezais. No início da implantação dos cafezais a população envolvida era estritamente rural com hábitos característicos e hoje é um misto de rural e urbano em virtude da facilidade de locomoção e comunicação.

2.9. Processos de nomeação do café a partir do espaço

Cada lugar onde existia a produção de café com características semelhantes de plantio, manejo, grãos, sabor e buquê passou a ser identificado pelos espaços, lugares, territórios e regiões instaladas pelas políticas administrativas e fiscais estabelecidas pelo IBGE, no estado de Minas Gerais. Observamos, assim, o processo de circunscrição simbólica a partir dos elementos que vimos explorando até o momento: a localização geográfica e os modos de produzir o café (técnicas). Assim, estamos diante de um processo de institucionalização das práticas e processos de nomeações do produto que sedimentam sentidos sobre o espaço rural.

Estas políticas facilitariam as “identificações” e, conseqüentemente, a união dos produtores rurais mineiros em cada um dos quatro territórios produtores de café assim identificados, formados e organizados: 1ª região: a do Cerrado Mineiro formado por parte do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Nordeste de Minas; 2ª região: a região do Sul de Minas que se instalou com o Sul de Minas, juntando com parte da região do Oeste de Minas e mais a parte dos Campos das Vertentes; 3ª região: a região das Montanhas de Minas, formada com parte do Sul de Minas, com a Região da Zona da Mata e com a região do Vale do Rio Doce; 4ª região: a região de Jequitinhonha de Minas formou-se com parte da Região do Jequitinhonha e parte da Região do Vale do Mucuri no nordeste mineiro conforme mapa apresentado anteriormente.

Ao identificar essas regiões ocorreu uma denominação individual, de forma que essas denominações identificadoras se fizeram sentido pelo que o “nome” reconhece e distingue o lugar, pois “toda” denominação circunscreve o sentido do nomeado (ORLANDI, 1990 *apud* COSTA, 2012, p. 134).

Essas regiões passaram a ser identificadas como “lugares” ou “espaços” ou ainda como “territórios” que mais produzem café de qualidade, em Minas Gerais e que possuem características específicas que identificam e distinguem umas das outras. Para entendermos o que são essas identificações geográficas de produção de café, é necessário compreender o significado de cada uma das expressões identificadoras. Lembrando que, para compreender a política da palavra que denomina a partir do funcionamento discursivo da denominação, olha-se para os ensinamentos de Orlandi (1989, *apud* COSTA, 2012, p. 134):

[...] que considera que toda “denominação circunscreve o sentido do nomeado” (ORLANDI, 1990, p. 57) e que “toda denominação acarreta um silêncio que o fato mesmo de nomear produz. Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços, definindo-os” (ORLANDI, 1989, p. 42 *apud* COSTA, 2012, p. 134)

A mesma autora completa sua articulação citando Orlandi (2011), lembrando do ocorrido quando do início das nomeações e que hoje é assim explicado:

[...] ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto em movimento sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentido e esse se instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, também parte da construção discursiva dos referentes.

[...] formular é dar corpo aos sentidos (ORLANDI, 2001) e o gesto de nomear para nós é um dos modos de formular, de se interpor na relação indireta, opaca, da representação linguagem/pensamento/mundo pelo homem. É interpretar. É, por isso, também, dar corpo aos sentidos. É, ainda, levando em conta o que explica Orlandi mais acima, o gesto de nomear situa-se na fronteira entre o dito, o silenciado e o dizível. (COSTA, 2012, p. 134)

As nomeações dos lugares produtores de café mineiro se relacionam com as regiões geográficas já denominadas por políticas administrativas; outras nomeações se sedimentam a partir das práticas sociais aí implicadas de tal forma que as denominações ocorreram pela interpretação num nível simbólico como propõe Costa (2012, p. 134).

As quatro regiões mineiras (Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas – Jequitinhonha e Mucuri – e Matas de Minas) recebem suas denominações em virtude de sua posição geográfica dentro do estado mineiro ao mesmo tempo em que permitem que essa nomeação se formule enquanto tal. Costa (2012, p. 134) mostra que, neste caso, trata-se de uma relação estabelecida entre denominação, sujeito e espaço, uma vez que o “sujeito denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico, um espaço que também é físico, concreto, territorial, geográfico, urbano, estereotipado, ou seja, composto por suas dimensões reais e imaginárias” (COSTA, 2012, p. 134).

Do ponto de vista geográfico, podemos considerar que as nomeações dessas regiões, como “Sul de Minas”, se estabilizariam pela posição ocupada no estado, situando-se no extremo sul, ou seja, na parte geográfica mais ao sul do estado de Minas Gerais, situando-se neste lugar como território mineiro desde 1789, momento em que se evidenciou um processo de redefinição das fronteiras coloniais. Com esta expansão, após o Tratado de Madri de 1789, foram criados os limites dos estados brasileiros conforme mapa da Figura 3 que representaria também a criação do Estado de Grão-Pará e São Paulo, que posteriormente é dividido e dá origem aos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Na formação de 1789 Minas ainda não obteve a

sua formação atual, fato que veio ocorrer em 1889, conforme Figura 4 (SANTOMAURO, 2012, s/p).



Figura 3 – Limite dos estados brasileiros (1789)



Figura 4 - Limite dos estados brasileiros (1889)

A denominação de Cerrado Mineiro ou Cerrado de Minas nos leva a entender que tal denominação viria do efeito estabilizado por pertencimento ao cerrado central brasileiro, que possuiria características próprias, homogêneas em clima, relevo e solo, com um *terroir* que abrange um espaço além das microrregiões políticas, fiscais e administrativas do estado que, a partir de 1789, iniciou a definição do território mineiro. Neste período em que parte do cerrado não pertencia a Minas Gerais, o que veio ocorrer com a nova formação do território mineiro em 1889, quando ficou incorporado

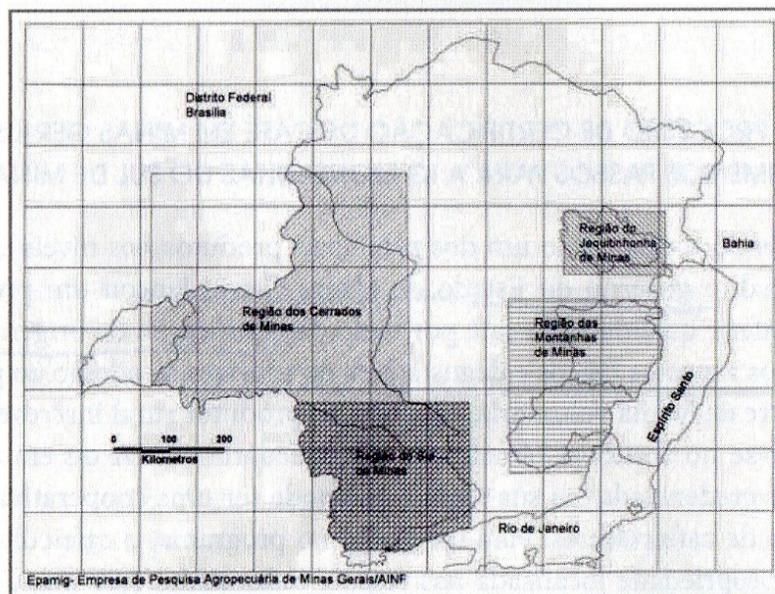
à atual região do Triângulo Mineiro. Assim aconteceu que parte do Cerrado Nacional passou a pertencer à região do Cerrado Mineiro, conforme a Figura 4.

A denominação Chapada de Minas se refere ao conjunto formado pelos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, em razão das formações rochosas, com extensões em chapadas elevadas e planas, tendo como destaque a Serra do Espinhaço, onde toda essa região ficou incorporada ao estado mineiro desde 1789.

A região da Zona da Mata teve derivada do tipo de vegetação dominante na área: a Mata Atlântica era a cobertura vegetal dominante na encosta oeste/noroeste da Serra da Mantiqueira.

Com o passar do tempo, a mata original acabou sofrendo um processo de devastação e atualmente se resume a poucos territórios situados nas partes mais elevadas, onde possui um relevo de morros altos. Esta região está incorporada a Minas Gerais desde 1789.

2.10. Análise do mapa das regiões mineiras produtoras de café



Fonte: EPAMIG

Figura 5 – Regiões produtoras de café com qualidade

Observando o mapa acima (Figura 5) utilizado por Batista (2014, p. 68) para mostrar as regiões produtoras de café com qualidade que, com base nos trabalhos técnicos e científicos desenvolvidos pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), bem como nos estudos realizados em conjunto pela EMATER, EPAMIG E IMA, deparamo-nos com uma sobreposição de imagens em que se salientam e se apagam discursos que objetivam informar um determinado público que trabalha com esse produto.

Analisando este mapa cedido ao autor pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), notamos que busca representar e indicar o local das regiões produtoras de café em Minas Gerais. Detalhando a imagem, observamos que há uma sobreposição de imagem em que um primeiro plano identifica as quatro regiões mineiras produtoras de café de qualidade, que abastecem os mercados internacionais fazendo diferenças na arrecadação financeira estadual e também na esfera federal. Buscou-se em seu processo de produção, sentidos que estabilizam o espaço de acordo com as regiões em que o café é produzido. Um recorte específico que administra os sentidos sobre esse espaço físico e geográfico, dando-lhe contornos particulares.

Isto é perfeitamente compreendido ao considerarmos os estudos de Costa, (2018, p. 47) quando afirma:

Assim, conceber a imagem como parte do trabalho simbólico do discurso, como objeto simbólico, significa observá-la, em sua constituição, como um lugar de inscrição de sentidos. O que requer situá-la em relação à própria especificidade daquilo que a constitui remetida à exterioridade, se ater ao modo como os sentidos ganham corpo em sua formulação, observar a maneira pela qual a memória do dizer se instala em sua constituição, percorrer o trajeto de sua circulação dando peso, na análise, à conjuntura que a concerne, às suas condições de produção (COSTA, 2018, p. 47).

No caso do mapa como imagem analisada, os sentidos de regiões discriminadas entre si, que se distanciam e se diferenciam, ganham corpo por meio da representação gráfica que discretiza suas partes, elementos que a comporiam, por meio de linhas e marcações distintas. Ao separar, supõe o espaço completo.

Pode-se dizer que a proposta de buscar entender, interpretar, compreender o símbolo que foi proposto na primeira estampa, ou nível, do mapa em relação com as

quatro regiões mineiras é um gesto de sentido possível que recorta de modo particular o espaço, pois ao interpretar diferentes linguagens em suas diferentes materialidades (como o mapa em sua linguagem), sabemos que significam, mas que significam de modos diferentes. Esta nossa formulação é sustentada por Orlandi quando afirma que estamos fadados a dar sentidos, interpretar, ou seja, "O homem não pode, assim, evitar a interpretação, ou ser diferente a ela", porque "não há sentido sem interpretação". "E esse é um trabalho contínuo na sua relação com o simbólico" (ORLANDI, 2012, p. 9), como já vimos.

Compreendemos que essa imagem de primeiro plano do mapa venha a significar as principais regiões produtoras de cafés finos de qualidade. É interessante mostrar que esta imagem simboliza e resulta em um efeito de eficiência em seu discurso.

Ainda que a imagem se apresente, inicialmente, como uma imagem, completa e sem ambiguidades, podemos considerar que a divisão possível em dois planos ou níveis nos permite realizar um deslocamento entre dois espaços distintos. A imagem dessas regiões se sobrepõe à figura do Estado de Minas Gerais com algumas de suas regiões do planejamento fiscal, não denominados, porque seus limites não significam no quesito região / qualidade, mas sim na denominação do lugar em que suas fronteiras se baseiam, e interessam apenas nas condições geográficas, climáticas e geológicas propícias à produção de café. Assim o espaço ou região significado como o lugar de produção de café é tomado como lugar em relação ao Estado Mineiro independente das regiões fiscais do Sul de Minas, da Mata, do Centro Oeste de Minas, do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro, do Noroeste de Minas, do Jequitinhonha e Mucuri e da Mata de Minas. É o espaço tomado como simbólico, espaço de sujeitos produtores de café finos, de qualidade específicas que significam cada região que são identificadas pela posição e ocupação do espaço/território mineiro. Cada ocupação se significa via as regiões com seus sujeitos significados e identificados no mapa, pelas imagens simbólicas que este produz.

A forma como ocorre o processo de denominação das regiões produtoras de café de qualidade, em Minas Gerais, pautou-se nos "territórios" os quais estão

inseridos e retoma a identificação que já indicava “o lugar”, e isto ocorreu a partir do funcionamento discursivo da denominação.

Neste sentido, COSTA, (2012) mostra que:

Ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto em movimento sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentidos e esse instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, parte da construção discursiva os referentes (COSTA, 2012, p. 134).

Esta mesma autora, tratando sobre denominação ou formulação nos mostra com base em Orlandi (2001) que:

Formular é dar corpo aos sentidos e o gesto de nomear para nós é um dos modos de formular, de se interpor na relação indireta, opaca, da representação linguagem/pensamento/mundo pelo homem. É interpretar. É, por isso, também, dar corpo aos sentidos. É ainda levando em conta o que explica Orlandi, mais acima, o gesto de nomear situa-se na fronteira entre o dito, o silenciado e o dizível (COSTA, 2012, p. 134).

Paradoxalmente, a dupla inscrição na imagem (das regiões jurídicas e administrativas à qual se sobrepõem as regiões de café) dá a ver que o processo de significação do espaço é sempre inacabado e político.

Nesta formulação específica, que significa o espaço e especializa a produção de café no estado de Minas, deparamo-nos com um discurso que busca novas formas de sociabilidade que atendam às necessidades dos sujeitos inseridos no mundo cafeeiro onde ocorrem políticas que determinam as formas das atividades laborais, sociais e financeiras. Essas relações consideradas como ruralistas que envolvem os sujeitos e os significam no imaginário social do rural e do rural-urbano porque na realidade de hoje com a ocorrência da facilidade de locomoção e comunicação muitos deles ocupam ao mesmo tempo esses dois espaços.

A análise do discurso busca refletir sobre as relações entre o urbano, a cidade e o social, incluindo nele o sujeito e buscando a compreensão entre espaço no rural-cidade/sociedade – rural/cidade compreendido como espaço material (histórico, social, significativo) e o sujeito em sua constituição prática como um ser social histórico, político constituído pelo inconsciente e pela ideologia. Há o pensar da relação rural-cidade/sociedade, introduzindo aí a questão de seus sujeitos articulando o simbólico

com o político. A relação deste sujeito com o Estado Capitalista, articulador do simbólico com o político que individualiza este sujeito, identificado em certa formação discursiva, comparece no modo como esse sujeito estabelece suas relações na sociedade, uma relação política, dominada pelo Estado. Esta é a articulação política-simbólica (ORLANDI, 2011).

Nestes espaços rurais de produtores está presente o sujeito que nele vive com discursos que circulam, atravessam e significam e se situam tanto no urbano como no rural. Hoje pouca distinção se faz entre sujeito urbano e rural devido a seus hábitos serem semelhantes em todos os sentidos. Verifica-se que tanto na alimentação como no entretenimento e nas atividades culturais pouco se distinguem. Os meios de comunicação (televisão e *internet*) e os transportes aproximaram essas comunidades trazendo/formando hábitos semelhantes de forma que os costumes e atividades rurais e urbanas quase que semelhantes, a não ser os hábitos da fala, da dicção que é um detalhe da personalidade intrinsecamente local. Outro detalhe que diferencia é apenas o volume do trânsito e a quantidade de pessoas num mesmo espaço, porém com maneiras semelhantes de viver, falar e agir. Por isto é perfeitamente aceitável a interpretação dos hábitos urbanos como se também fossem rurais, de forma que vão significar no mesmo sujeito, que aceita de maneira harmônica esta situação e seu deslocamento de urbano para rural e vice-versa.

Para compreender este deslocamento do sujeito, observa-se os esclarecimentos de Orlandi (2010, p. 5) quando reflete sobre espaço urbano e que se deslocam para o rural, interpretando numa mesma significação:

[...] pensando ao mesmo tempo os sujeitos que nele vivem e os discursos que circulam, atravessam e significam esses sujeitos e (n) esse espaço. Olhando pelo outro lado, não podemos pensar os sujeitos sem pensar o espaço de vida em que eles existem. Sujeitos que se movimentam não em um espaço vazio, mas em um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade. Espaço que tem sua materialidade, sua não transparência. Espaço administrado, institucionalizado, organizado, calculado (ORLANDI, 2010, p. 5).

É desta forma que dirigimos as considerações de Orlandi em todos os seus ensinamentos teóricos e práticos para a análise do espaço rural adotando a teoria da semelhança quando se volta o olhar para o meio rural adaptando a bagagem

científica do urbano. Neste esforço de estarmos significando o rural e seus sujeitos, utilizamos como forma de adaptar a escrita para esclarecer que “o *rural*” é espaço diferente porque constitui espaço de significação com peculiaridades próprias e diferentes efeitos de sentidos com dis-posições diferentes de espaços, com o corpo do sujeito atado ao corpo *urbano* ou *rural*, (ORLANDI, 2010, p. 6). Esta autora ainda esclarece:

É pela aproximação do espaço com as condições de produção, que podemos ter uma noção de espaço não mais só tecnológica (cf. os cálculos dos urbanistas), mas significativa. Deixa de ser uma noção de espaço instrumental e idealista, sai-se do domínio dos projetos enquanto abstrações, e do construído, para a noção de processo de produção de um espaço em que se entram as práticas públicas enquanto afetadas pelo simbólico, pela historicidade. Afetadas pelo real e pelo imaginário (ORLANDI, 2010, p. 6).

Retomando ao mapa da figura 5, que demonstra as Regiões produtoras de café com qualidade em Minas Gerais, observamos, num segundo plano, ocupando uma posição de suporte dos sentidos, de sustentação e ou coadjuvante, uma figura que textualiza por meio de imagens alguns estados vizinhos de Minas Gerais que também produzem café de qualidade, porém numa escala menor, como os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, e Bahia. Trata-se aqui da textualização dos sentidos, sempre políticos, ou seja, não se trata de uma representação em escala, mas de uma proposição, da constituição de um efeito de sentido que afirmaria a importância da qualidade do que é mineiro, em detrimento (sentido esse formulado pela alteração do que seria uma escala “real”) de outros estados.

Interessante notar ainda que mapa produz também uma referência posicional do Distrito Federal, onde ocorrem as decisões políticas e administrativas nacionais, inclusive as decisões que incidem sobre as atividades da cafeicultura de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender o processo de mútua constituição de sentidos sobre espaço e produção de café por meio da apresentação e da análise de uma série de recortes.

Um primeiro recorte de análise foi composto por um “mapa”, ou seja, uma figura (do mapa Brasil e suas regiões produtoras de café) e um segundo recorte, um texto extraído do site da ABIC (Associação Brasileira de Indústria de Café), que faz referência às mesmas regiões sem, contudo, detalhar as posições/lugares onde as lavouras estão instaladas.

A significação do espaço pelo mapa é uma forma de “comunicação visual”, de “representação gráfica”, de textualização de um espaço (sempre com desvios, uma vez que não correspondência unívoca entre linguagem e mundo), por meio da qual se espera “instruir” o leitor sobre organização gráfica da imagem e, conseqüentemente, sobre um conteúdo que representa a “realidade” geográfica sobre um tema específico. Com o mapa, pretender-se-ia esclarecer e informar, através da cartografia temática, o meio capaz de revelar o conteúdo da figura, fazendo com que ocorra a compreensão que irá nortear a interpretação, permitindo ao leitor uma reflexão crítica que o levará ao conhecimento pelos sistemas de sinais que supostamente permitem a comunicação/informação desejada e vinculada ao âmago das relações que podem se dar entre os significados dos signos.

Justamente por conta da materialidade específica dos mapas, composto por traços e linhas que significam o espaço geográfico por meio de sua significação sempre política, histórica e ideológica, elaboramos o subtítulo da presente tese: “uma análise das entrelinhas”, jogando aí com a polissemia das “entrelinhas”. Entre-linhas, interval entre linhas, traços e delimitações que significam e administram sentidos. Estamos diante então de uma política que se constitui na própria formulação de um mapa, que não se trata de uma representação na qual coincida espaço e informações, mas se configura aí direções de sentido a respeito desses espaços, regiões, e para essas informações.

É nessa perspectiva que as elaborações da presente tese se assentam, demonstrando as posições dos atuais estados, que não são denominados, mas identificados nos seus limites, de tal forma a identificar os espaços ocupados pelos diferentes *terroir*, que se traduzem em qualidade de aspecto, buquê e aroma.

Observa-se que são coerentes a um mapa temático, pois os mapas são uma expressão da necessidade humana de conhecer e representar determinada região e seu espaço ou mesmo porções, porém podem ser emitidos como carta bibliográfica, ou seja, uma descrição de mapas impressos, podendo ser ainda uma crítica ou descrição ou análise cartográfica, o que tem o objetivo de favorecer o “raciocínio e a reflexão com a organização mental do leitor”.

Para sua construção o autor do mapa adotou os dados do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), produzindo ainda o efeito de sentido de que a cafeicultura brasileira é uma das mais exigentes do mundo, em relação às questões sociais e ambientais, com uma preocupação em garantir a produção de um café sustentável.

O mapa/texto continua formulando sobre os principais lugares produtores de café no Brasil, caracterizando-os numa abordagem qualitativa que busca “demonstrar” ou “representar” o que ou como cada estado brasileiro comporta estatisticamente na atualidade, considerando as diversidades entre as regiões ou conjunto de detalhes especiais que individualmente possuem, significando seus espaços e suas posições no cenário social e no comércio interno e internacional.

“O café brasileiro na atualidade” demonstra que o Brasil é o maior exportador de café no mercado mundial, tem a segunda posição entre os países consumidores da bebida e é produtor de um terço de toda a produção mundial, colocando-se como o maior produtor mundial, há mais de 150 anos, sendo o café mineiro o que mais se destaca.

Em função das condições de relevo da região, mais de 70% da área plantada são aptos ao uso de mecanização, o que facilita o manejo da lavoura e permite a produção de cafés de elevada qualidade, onde praticamente 100% da produção é de variedade arábica, com destaque para o Catuaí e Mundo Novo. Formas específicas

de cultivar e comercializar o café de modo a permitir que as regiões se signifiquem a partir dessas práticas.

Os diferentes métodos de cultivo, bem como as diferentes técnicas de colheita e de secagem, se relacionam ao “saber fazer” local e às condições particulares de clima, solo e relevo, associados às características genéticas das diferentes variedades, condicionamento à “identidade” da bebida, seja no aspecto qualitativo, seja no quantitativo.

O setor produtivo rural correspondente à cafeicultura vem vivenciando um intenso processo de transformações e reajustamento, em decorrência da reestruturação tecnológica, migração rural/urbana, dos abalos com origem no setor de produção de fertilizantes, variações cambiais e da inserção do setor cafeeiro de forma dependente na economia. Ideais, de maneiras diferentes em tempos e regiões, tornaram as atitudes respaldadas em políticas protecionistas onde buscaram igualar as regiões que experimentaram com sucesso as políticas de ligação do produto à região produtora de origem, ou seja, produtos distintos ligados a regiões distintas.

Com as intenções de mudanças para melhores condições à cafeicultura mineira, após o ano de 1990, políticas agrícolas brasileiras radicais mudaram para novos direcionamentos, a partir dos quais foi possível observar conflitos pela terra que libertaram um sujeito social que se encontrava escondido/oculto nos latifúndios e porções de terras desprezíveis para a atividade com a agricultura comercial e com um agricultor do tipo familiar. Houve a ideia de ampliar o foco das políticas até então adotadas, reconhecendo-se que o Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento ao estabelecer conexões com estruturas sociais existentes.

A história mostra que os limites que recortam e significam o espaço geográfico são produzidos à medida que sujeitos ou comunidades de sujeitos se instalam, formando um conjunto de sistemas interessantes de práticas culturais individuais e coletivas que sofrem as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração de produtos que se firmam como atividade de subsistência econômica e patrimonial.

As leis, isoladas ou em conjunto, regularizam determinadas matérias ou ciências, para organizar e regradar a vida de um grupo de sujeitos, ou seja, o que

popularmente se chama de ordem jurídica e que estabelece condutas e ações aceitáveis ou recusáveis por um indivíduo, instituição, empresa. Elas são as regulamentações que produzem sentidos sobre o espaço de tal forma que distribuem, administram e organizam as práticas das atividades que formalizam e incidem em todos os espaços e territórios, recortando seus limites. Atuam de forma individual ou por grupo de sujeitos, com especial atenção para as atividades cafeeiras que ocupam áreas a cada nova lavoura e que são beneficiadas pelas políticas agrícolas de incentivo aos interesses dos sujeitos envolvidos.

As leis dão corpo, textualizam os sentidos que estão em funcionamento em certo espaço simbólico, significando-o enquanto espaço “oficial” ou “chancelado pelo Estado”, dando legitimidade às formas por meio das quais o espaço é ocupado e modificado pelos sujeitos que o compram ou o recebem por comodato e que, ao laborarem nesse espaço, se constituem também enquanto sujeitos no e do mundo.

Sobre o processo de ocupação promovem-se a modificação do espaço adequando-o aos interesses da comunidade ocupante que culminou no desenvolvimento das civilizações, dotadas de seus espaços, sem os quais não seria possível ter referências sobre elas. O espaço é parte constituinte da sociedade que o constrói e, de certa forma, determinado por ela, sendo o produto de suas práticas sociais, culturais, religiosas, e, claro, dos regimes de distribuição de poder, podendo dizer que o nosso espaço atual é fruto não só da sociedade contemporânea, mas também de um produto anterior em um processo de reformulação (de movimentos econômicos e políticos que procuraram impulsionar o progresso do desenvolvimento social) – paráfrase e polissemia. O mesmo e o outro.

O Decreto 55891, de 31 de março de 1965, com a finalidade de dar regulamentação ao Estatuto da Terra, ou seja, para viabilizar a aplicabilidade da lei que, em seu enunciado, propôs melhorias na Reforma Agrária, através de uma Política Agrícola que novamente atravessasse os espaços geográficos utilizados pelos sujeitos agricultores, também os sujeitos produtores de café em Minas Gerais, em especial do Sul de Minas.

Para atender à necessidade de incrementar as Políticas Agrícolas, em 17 de janeiro de 1991 foi criada a lei 8.171, com a preocupação de prover ações e

instrumentos relativos à atividade rural de maneira abrangente, como a produção, processamento e comercialização de tudo que se originou do rural, ou seja, de tudo que não se produz no urbano. Assim, esta lei recortou novamente a atividade rural para regulamentar e atribuir competências e, conseqüentemente, as “responsabilidades”. Não só o espaço é administrado por meio das leis, como também as atividades que ali se desenvolvem sob a grande etiqueta da “atividade rural”.

Nesta atividade, ficou inserido o lugar de atuação ou espaço em que domina e faz produção para o sustento da família, trazendo o poder público com a responsabilidade de ativar e incentivar as políticas agrícolas para garantir os limites da posse produtiva, com os cuidados trabalhistas dos sujeitos envolvidos e do meio ambiente com seus recursos naturais.

Esta lei promoveu uma das mais fortes incrementações em favor do produtor, objetivando a fixação do homem à terra, economicamente incentivadora, o que provocou a expansão dos limites geográficos da produção. Deu sustentabilidade ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que teve como regulamentação com caráter de incentivo o Decreto 175, de 10 de julho de 1991, que veio dar confiança à produção rural, livrando-a daquilo que sempre foi: um fardo a carregar.

As dimensões territoriais e as diversidades existentes, de clima, relevo, altitude e de solo levaram, ao longo da história da implantação do café em Minas Gerais, à adequação natural, ou seja, a seleção dos melhores espaços e lugares para a produção de cafés com qualidade.

Nas diferentes posições e pose das lavouras cafeeiras tornou interessante demonstrar que lugar está relacionado às formas de vida (e de afeto), a referências e aos sistemas de valores que condicionam as diferentes formas de perceber e construir a paisagem e o espaço geográfico, dando suporte aos sentidos sobre “lugar e experiência”. Assim, lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Estando formalizado o conceito de lugar, entende-se que deve ser diferenciado de espaço geográfico (com o qual pode vir a ser confundido) que é onde determinados grupos de sujeitos produtores exploram de maneira econômica e social uma atividade

comum e vivem no interior desse espaço com alguns objetivos bastante semelhantes e aceitam que estes locais os identificam.

O espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de práxis coletivas que reproduzem (e transformam) as relações sociais.

“O espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem, enquanto organiza social e economicamente sua sociedade” (ORLANDI, 2011, p. 694-695), o que mostra que “o modo como se dispões o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los”.

A geograficidade é de suma importância para entender o território, uma vez que este se impõe historicamente, e a partir daí, é reconhecido:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a Geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999, p. 1).

A geograficidade é a própria existência do homem na sociedade, que se exprime na capacidade de colocar ordem no externo a partir de uma linguagem específica, de um discurso próprio (SANTOS, 2007).

Essa relação com a exterioridade, a historicidade, tem um lugar importante, eu diria mesmo definidor, na Análise de Discurso. De tal modo que, ao pensar a relação entre linguagem e sociedade, ela não sugere meramente uma correlação entre elas. Mais do que isso, o discurso é definido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o linguístico (ORLANDI, 2005, p. 56).

Para a agricultura cafeeira, o termo território é utilizado como uma referência de lugar e espaço rural onde existe uma identidade peculiar e própria das regiões com algumas características específicas. Assim, o conceito de território tenta explicar alguns fenômenos geográficos que se relacionam à organização da sociedade e seus modos de ver, sentir e interagir pela aparência regional pertencente à comunidade nele

instalado. Deste modo, o território seria a fonte de recursos e só assim pode ser compreendido, no enfoque da relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, etc., pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

O desenvolvimento dessa pesquisa usou do referencial teórico e analítico da Análise de Discurso de tradição francesa, ocupando-se de materiais que puderam permitir compreender as formas de organização, controle, denominação e significação dos espaços ocupados pela produção do café e os seus resultados ao longo de sua história. O objetivo foi o de mostrar, com alguns detalhes, a evolução do café desde sua chegada em território brasileiro ao atual *status* de qualidades e ocupações dos lugares, espaços permitindo a constituição de efeitos de sentido de referente que buscam delimitar, significar e administrar os territórios reconhecidos nacional e internacionalmente como regiões cafeeiras. Nesse processo, que entendemos na presente tese como *espacialização*, observamos a mútua constituição de sentidos de café e de espaço (regiões), processo esse balizado por práticas sociais, políticas, de produção de conhecimento e regimentais que buscamos compreender em nossas análises.

REFERÊNCIAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria do Café. **Expansão do Café no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://www.abic.com.br/o-cafe/historia/a-expansao-do-cafe-no-brasil/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ABIC - Associação Brasileira da Indústria do Café. **O café brasileiro na atualidade**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://www.abic.com.br/o-cafe/historia/o-cafe-brasileiro-na-atualidade-2/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

AGUIAR, Silvio. **Integração das Ferramentas da Qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sigma**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2002

ALVES, Volpato et al. Características ambientais e qualidade da bebida dos cafés do estado de Minas Gerais. Produção de café: opção pela qualidade. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 32, n. 261, p. - mar. / abr. 2011

ÂMBITO JURÍDICO. **O zoneamento ambiental**. 2007. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/o-zoneamento-ambiental/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº.14, p. 2-15, 1986.

ANDRADE, Nelson Lambert, CARIA, Neide Pena. O discurso da Gestão da Qualidade. Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, Pouso Alegre, MG, 2010. Artigo de 26 de dezembro de 2010; de Prof. Ms, Nelson Lambert de Andrade e Prof.ª Ms. Neide Pena Caria. Acesso em 6 de dezembro de 2020. <file:///C:/UNIV%20C3%81S%20Doutorado/3%20%20PAULA%20Chiaretti%20TESE%20DOUTORADO%202/3%20GLEUCE%20TESE/O%20discurso%20da%20Gest%20C3%A3o%20da%20Qualidade%20Neide%20e%20Nelson%20Univ%20C3%A1s.html>.

ASN – Agência Sebrae de Notícias. **O café no Baixo Jequitinhonha**. SEBRAE. Minas Gerais, 03 ago. 2015. Disponível em: <http://www.mg.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MG/o-cafe-no-baixo-jequitinhonha,31589993215fe410VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BARRA, Geraldo; OLIVEIRA, Virgílio; MACHADO, Rosa. Private interest associations in the Brazilian coffee market. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 14, nº 2, p. 17-31, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2007.36595>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BATISTA, Luís Adriano. **A Indicação geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores**: o caso “Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais”. 2014.

114 p. Dissertação (Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Federal Fluminense de Pouso Alegre, Universidade de Minas Gerais: IFSULDEMINAS, 2014.

BERTONE, M.V.F. **Sintercafé conhece competitividade e problemas dos cafés do Brasil**. 1999. Disponível em: Disponível em: www.bertone.com.br. Acesso em: 06 maio 2019.

BIDO, Diógenes de Souza. **Implementação de Sistemas de Qualidade para a Busca de Certificação em Pequenas e Médias Empresas do Ramo Automotivo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
<file:///C:/Users/Fernando%20Facco/Downloads/dissertacao2001.pdf>. Acesso em dez 2019.

BORÉM, F.M.; FRIEDLANDER, D. Navigating origins. Roast Magazine, Portland, p.94-95, Sept. /Oct. 2009
Em <http://www.epamig.ufla.br/geosolos/publicacoes/2011/3.pdf>
Dez, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 55.891, de 03 de março de 1965**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d55891.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2055.891%2C%20DE%2031%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201965.&text=Regulamenta%20o%20Cap%C3%ADtulo%20I%20do,de%201964%20%2D%20Estatuto%20da%20Terra.. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 175, de 10 de julho de 1991(a)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-175-10-julho-1991-342696-norma-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental**: Caracterização da Área de Geografia. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gov.br, **Café no Brasil**. Publicado em 30/01/2017 12h37. Atualizado em 18/09/2018 16h11.
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira#:~:text=Atualmente%2C%20o%20caf%C3%A9%20%C3%A9%20relevante,ao%20produtor%20e%20sua%20atividade>. Acesso em novembro de 2020.

BRASIL, **lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006**: Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11326&ano=2006&ato=981MTRU5kMRpWTf02#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.326%20de%2024%20de%20julho%20de%202006,-> Acesso em novembro de 2020.

BSCA 2019 – Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA). **Concurso aroma 2019**. <https://brazilcoffeenation.com.br/Not%C3%ADcias/bsca-revela-melhores-cafes-especiais-associados-safra2019>. Em maio 2019.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 275p.

CAIXETA, Glória Zélia Teixeira *et al.* Tendências do mercado de café do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasil, v. 27, nº. 2, p. 173-196, 1989. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/5da5909f0e8825873eba68e1>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CANZI, Idir; TEIXEIRA, Marcelo Markus. A produção do espaço jurídico-político da cidade: uma abordagem a partir da teoria de Henri Lefebvre. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 9, nº. 4, p. 1815-1833, 2017.

CARMO, Renato Miguel. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*. **SciELO**, Porto Alegre, nº. 21, jan. /jun. 2009. DOI 10.1590/S1517-45222009000100011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100011. Acesso em: 08 maios 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2004. Revista do ieb n 43; set 2006
file:///C:/Users/Fernando%20Facco/Downloads/851-Texto%20do%20artigo-2857-1-10-20101223.pdf

CONTEÚDO JURÍDICO. **Aspectos jurídicos da política agrícola brasileira**. 2016. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46738/aspectos-juridicos-da-politica-agricola-brasileira>. Acesso em: 12 ago. 2020.

COSTA, Greciely Cristina da. Das imagens desorganizadoras na cidade ao confronto do simbólico com o político. **E-metrópoles**, nº 35, ano 9, pag.47-54, dez/2018.

COSTA, Greciely Cristina da. **Denominação em percurso de sentidos entre espaço e sujeito. Labeurb** - Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, São Paulo, v. 1, n. 18, 2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CUELLO, J. P. **Poder na Belle Époque caipira: Quinzinho da Cunha o Godfather do PRP. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.**

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. **Uma promenade dos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais. Revista da USP**, Brasil, v. 14, n. 2, dez. 2006. DOI 10.1590/S0101-47142006000200007 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5450>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DOIN, José Evaldo de Mello *et al.* **A Belle Époque Caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café. Scielo**, São Paulo, v. 27, n.º. 53, jan. /jun. 2007. DOI 10.1590/S0102-01882007000100005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 01 dez. 2019.

DUTRA, Daniel Resende; MACHADO, Rosa Teresa; CASTRO, Cleber Carvalho. **Ações públicas e privadas na implantação e desenvolvimento da indicação geográfica do café em Minas Gerais. GEPEC**, Minas Gerais, v. 13, n.º. 1, jan. /jun.2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277817118>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ESCOLA, Equipe Brasil. Imigração no Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ESTADO DE MINAS GERAIS Lei 11.405 de 1994.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão e Produção**, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v6n3/a02v6n3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GADELHA, R.M.A.F. **A de terras (1850) e a abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no brasil do século XIX**. Revista de História, 1989. Disponível em: www.18599-Texto%20do%20artigo-22130-1-10-20120523.pdf. Acesso em: maio de 2019.

GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

GIOMETTI, Ana Lúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território**. 1. ed. UNESP/UNIVESP, São Paulo, v. 9, ago. 2012. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47175>. Acesso em: 09 maios 2020.

HAROCHE, C. PÊCHEUX, M. HENRY, P. A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso. **Linguagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**. Acessado em 2 de abril de 2017. Disponível em <<<https://tinyurl.com/y9jbvcvv>>>.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. (Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. (Trad. Jefferson Luiz Camargo). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Dia da Bandeira: 10 coisas que você talvez não saiba sobre o símbolo brasileiro. Laís Modelli. Em 18 de dezembro de 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46259929>

Bandeira Imperial do Brasil – significado, história, cores. História do Brasil.net. https://www.historiadobrasil.net/brasil_monarquia/bandeira_imperial.htm, em 18 de dezembro de 2019.

JURT, Joseph. **O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República**. (2012 s. pág.) No sítio Sielo, traduzido por Roberta Ceva.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000300003
Em junho de 2019.

LAMOUNIER, Wagner Moura. **Comportamento dos preços no mercado spot de café no Brasil**: análise dos domínios do tempo e da frequência. 2001. 207 f. Tese (Pós-Graduação em Economia Aplicada) – Viçosa, Minas Gerais, 2001. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/376/166697f.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. A transformação do trabalho: a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata Mineira. **Revista História da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1990. Disponível em: www.64296-Texto%20do%20artigo-84720-1-10-20131104.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

LAVAZZA. **De “bunn” a “qishr”**: as origens iemenitas do café. 2018. Itália. Disponível em: https://www.lavazza.com.br/pt_BR/quem-somos/training-center/experiencia-de-cafe/iemen.html. Acesso em: 12 ago. 2020. (Site da empresa Lavazza)

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) primeira versão, fev. 2006.

LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. Annablume, 2006.

MACHADO, Sidnei. **Trabalho escravo e trabalho livre no Brasil**. Curitiba, PR. Publicado em 1/9/2004. Disponível em: <https://machadoadvogados.com.br/2004/09/01/trabalho-escravo-e-trabalho-livre-no-brasil/> Acesso em 22 dezembro de 2020.

MARSHALL Jr. Portal da Educação. A história da organização ISO. 2001. <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-historia-daorganizacao-iso/40732>. Em dezembro de 2019

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, Flamarion Jarbas de. **O impacto da implantação da Norma ISO 9001: 2008 na gestão de empresas do setor de prestação de serviços** / Flamarion Jarbas de Miranda. Dissertação: Mestrado Profissional em Administração, Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2014. Em https://fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2014/dissertacao_flamario_n_jarbas_miranda_2014.pdf. Em outubro de 2019

NETTO, Antônio Delfim. O problema do café no Brasil. **Instituto Brasileiro do Café**, Rio de Janeiro, p. 41-160, 1973. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=CAFE.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mnfn=024163>. Acesso em: 30 mar. 2020.

NUNES, Monica Balestrin. Cartografia e Paisagem: o mapa como objeto de estudo. **Revista do Instituto de Estudo Brasileiro** – n. 65. Dezembro 2016. Pags.de 96 a 119. <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n65/2316-901X-rieb-65-00096.pdf> Acesso em dez. 2020.

OLIVEIRA, A.U. “**O campo brasileiro no final dos anos 80**”. In: A questão Agrária hoje. STÉDILE J.P. (org.) Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

OLIVEIRA, A.U. **Proposta Curricular para o Ensino de Geografia no I Grau**. São Paulo: CENP-SEC, 1993. 150p

ORLANDI, Eni Pulccinelli. (Org.). **A casa e a Rua: uma relação política e social. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set. / dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu.realidade>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 5. ed. Campinas: Editora Pontes, 2005. 100p.2013/2001

ORLANDI, Eni Pulccinelli. (Org.). **Discurso, espaço e memória** – Caminhos da identidade no Sul de Minas. Campinas, Editora RG, 2011. 160p.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: Editora RG, 2010.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. (Org.). Espaço violência: O Sentido da Delinquência. **Cadernos de Estudo Linguísticos** - UNICAMP, Campinas, v. 51, n. 2, p. 219-234, jul. /dez. 2009.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORTEGA, Antônio César. **Café do cerrado. Certificação de origem e desenvolvimento territorial rural**. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Disponível em: http://www.sper.pt/oldsite/actas7cier/PFD/Tema%20IV/4_2.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PENA, Rodolfo F. Alves. Produção do espaço geográfico. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/producao-espaco-geografico.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PEROSA, Bruni Benzaquen; JESUS, Clésio Marcelino de; ORTEGA, Antônio César. Associativismo e Certificação na Cafeicultura Mineira: um estudo do caso café do Cerrado e do Café da Mantiqueira de Minas. **Economia e Ensaios**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 29-64, jun./dez. 2017.

PEROSA, Roberto. Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo - no início do século. **Rev. adm. empres.** vol. 20, no.1, São Paulo, jan. /mar. 1980. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901980000100005, Acesso em: 05 jul. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Carolina de Souza. SOUZA, Bruna de Jesus. **Compreendendo a nova norma ISO 45001 e sua relação com a OHSAS 18001**. XXXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. “Os desafios da engenharia de produção para uma gestão inovadora da Logística e Operações”. Santos, São Paulo, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2019. Publicado em 2019. http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_297_1678_36972.pdf Acesso em 22 Dez de 2020.

RODRIGUES, João Paulo Braga. **Efeito do Mathury e Epheton na maturação dos frutos e qualidade do café**. 2015. 52p. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOMAURO, Beatriz; PORTILHO, Gabriela. **Como foi estabelecido as divisões dos estados brasileiros**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/201/como-foi-estabelecida-a-divisao-dos-estados-brasileiros>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. De uma geografia metafórica da pós - modernidade a uma geografia da globalização. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 91, n° 4, ano 91, p. 14-30, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. **Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008,

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. Espaço e território: breves considerações. **Boletim DATALUTA** n. 108 – Artigo do mês: dezembro de 2016. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. (Trad. Marcos Aarão Reis). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; SILVA, Edimilson Gomes da. **O ensino da geografia e a construção dos conceitos científicos geográficos**. VI colóquio internacional, Sergipe, 22 set. 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_05/PDF/6.pdf. Acesso em: 03 maios 2020.

SIMÕES, Juliana Carvalho. Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais: Sul/ Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba– 1: regiões tradicionais. **EPAMIG**, Minas Gerais, n. 46, p. 56, Série Documentos, ano 2010. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/seriedocumentos/sd_diagnostico_caficultura_mineira.pdf. Acesso em: 05 maios 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. cap. 3, p. 77-116.

URZEDO, Raissa Osaki. **Saiba tudo sobre conceito e aplicação da Norma ISO 22000**. Grupo Verde Ghaia – Engenharia de Alimentos, Especialista em Segurança do Trabalho.

<https://www.verdeghaia.com.br/o-que-e-para-que-serve-e-como-aplicar-iso-22000/>
PUBLICADO EM 09 DE JULHO DE 2018. Acesso em 28 de dezembro 2020.

VALVERDE, Michele. **Produtores de café de Chapada de Minas querem ganhar mercado.** Cafeicultura, Minas Gerais, 01/10/2015. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=59535>. Acesso em: 26 abr. 2020.